

20^o **confrontos**

A diversidade do mundo: estudos interseccionais em gênero

20^o **conferências**

**A diversidade do mundo: estudos
interseccionais em gênero**

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima

Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib

Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro

Vice-Reitora

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann

Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas

Secretária Executiva

Wesley Sá

Editor Executivo

Raquel Maciel

Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
(Presidente)

Allison Marcos Leão da Silva

Almir Cunha da Graça Neto

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho

Jair Max Furtunato Maia

Jucimar Maia da Silva Júnior

Manoel Luiz Neto

Mário Marques Trilha Neto

Silvia Regina Sampaio Freitas

Conselho Editorial

Profa. Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva (PPGICH-UEA)

Prof. Dr. João Miguel Teixeira Lopes (UPORTO)

Prof. M.e Rafael Seixas de Amoêdo (UNINORTE)

Organizadores

Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Editoria-Chefe

Msc Rafael Seixas de Amoêdo

Gerência-Executiva

Aline de Souza Rocha

Lauriane Teixeira de Oliveira

Michel Albuquerque Maciel

Secretários-executivos

Priscila Nunes Duarte de Amorim

Msc Betânia de Assis Reis Matta

Msc Patrícia Torme de Oliveira

Assessoria de Relações Públicas e Comunicação

Claudina Azevedo Maximiano, Doutora em Antropologia Social, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

Katiane Silva, Doutora em Antropologia Social, Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará

Júlio Cesar Schweickardt, Doutor em História das Ciências, Pesquisador e Professor do Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/FIOCRUZ Amazonas

Heloisa Correa Pereira, Doutora em Demografia, Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Nelissa Peralta Bezerra, Doutora em Sociologia, Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará

Antonio Carlos Witkoski, Doutor em Sociologia, Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas-UFAM
Edma do Socorro Silva Moreira, Doutora em Ciências Sociais, Professora Associada da Universidade do Sul e Sudeste do Pará -UNIFESPA

Carlo Valério Aguiar Gomes, Doutor em Geografia, Professor Adjunto do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares –INEAF-UFFA

Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Doutora em Sociologia e Antropologia, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas

Jocilene Gomes da Cruz, Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amazonas-UEA

Ruth Helena Cristo Almeida, Doutora em Ciências Agrárias, Professora da Universidade Rural da Amazônia

Pedro Henrique Coelho Raposo, Doutor em Sociologia – Desenvolvimento e Políticas Sociais, Professor da Universidade do Estado do Amazonas-UEA

Comitê Científico

André Yukio Tanaka

Erick Cundiff

Giuliana Loureiro

Samara Nina

Silas Menezes

Projeto Gráfico

Carlos Viana

Marcelo Coelho

Revisão

Iasmim Rodrigues

Loredane Queiroz

Diagramação

6 – 8

APRESENTAÇÃO

Artigos

9 – 26

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DA JORNADA DA HEROÍNA LINN DA QUEBRADA NO BIG BROTHER BRASIL 22

*Ana Carolina Bragatto
Joaquim Maria Mello
Nirvana Maria Dulce
Felipe Campo Dall’Orto*

27 – 45

A RELEVÂNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À JUSTIÇA AOS MAIS VULNERÁVEIS

A alteração de nome diretamente no Cartório de Registro Civil de
Pessoas Naturais e o direito ao esquecimento dos transexuais

*Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann
Orlando de Souza Padeiro Filho*

46 – 69

POR UMA VOZ DO CÂNONE:

A voz delas é resistência

Marcele Aires Franceschini

70 – 84

GESTAR E EDUCAR EM FAMÍLIA:

(res)significações que emergem do legado ancestral de mulheres

*Diana Léia Alencar da Silva
Elaine Pereira Rabinovich*

85 – 97

O DISCURSO SOBRE HOMOSSEXUALIDADE EM “ADONIAS”, DE ALBERTO GUZIK E “PRIMEIRAS VEZES”, DE NATÁLIA POLESSO

*Gabriel André de Barros
Patrícia Silvestre Leite Di Iório*

98 – 109

INTERSECCIONALIDADE E CIBERFEMINISMO

Construindo laços transfronteiriços nos Feminismos
Contemporâneo

Camila Lamartine

110 – 127

NOÇÕES DE TERRITORIALIDADE NA VIVÊNCIA MUSICAL DO COLETIVO DE MULHERES INDÍGENAS “AS KARUANA”

*Michel Albuquerque Maciel
Edilza Laray de Jesus*

128 – 157

DISCURSO 50+: IDADE, ETARISMO E UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA

Neiva Maria Machado Soares

158 – 160

REFLEXÕES SOBRE DANÇA INDÍGENA

Um breve relato sobre visitas aos povos Tukano, Desano e Tatuyo

Pryscila Nunes Duarte de Amorim

161 – 169

AULA INAUGURAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS MINISTRADA PELA PROFESSORA DRA. THERESINHA DE JESUS PINTO FRAXE (08/03/2017)

*Theresinha de Jesus Pinto Fraxe
Rafael Seixas de Amoêdo*

CELEBRANDO A DIVERSIDADE DO MUNDO: NÚMERO COMEMORATIVO DA REVISTA CONTRACORRENTE

por Gimima Beatriz Melo da Silva

É com imenso orgulho e satisfação que apresentamos a vocês o número comemorativo da Revista ContraCorrente, dedicado ao tema “*A DIVERSIDADE DO MUNDO: PESQUISAS INTERSECCIONAIS E ROTEIROS DE RECONSTRUÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS*”. Este Dossiê especial composto por dois Números (nº 19 e nº 20), representa um marco significativo em nossa trajetória de compartilhamento de conhecimento produzido e pela busca por compreensão das complexidades que permeiam as questões que se tornam temas por excelência da abordagem das ciências humanas.

Após XX anos de existência, a Revista ContraCorrente tem se consolidado como um espaço de diálogo, reflexão e compartilhamento de pesquisas e ensaios que abordam as diversas facetas da vida em sociedade permeadas pelas implicações da Cultura. Nesta edição comemorativa, reunimos um conjunto notável de artigos e estudos que ampliam e enriquecem essas discussões tão relevante para o nosso tempo e que se inserem no alcance das reflexões sob as quais as luzes do Observatório da Cidadania e Relações de Poder se lançam.

O Observatório da Cidadania e Relações de Poder, desde seu início em 2018 tem como objetivo também ampliar e lançar luz sobre vozes marginalizadas e perspectivas subestimadas, desafiando paradigmas e ampliando horizontes. Nesta edição, os estudos interseccionais ocupam o centro das atenções, permitindo uma compreensão mais abrangente da diversidade que compõe o mundo contemporâneo.

Assim, nesse periódico nossos colaboradores trazem uma diversidade de olhares sobre o tema, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, como literatura, ciências sociais, direito, arte a partir da perspectiva interdisciplinar. Cada artigo é um convite para desbravar territórios ainda pouco explorados e para reconhecer as múltiplas dimensões que nos constituem como seres humanos.

O Nº 20 da Revista ContraCorrente, intitulado “*A diversidade do mundo: estudos interseccionais em gênero*” constitui-se em uma verdadeira ode à pluralidade de perspectivas e experiências que compõem a temática de gênero nos dias atuais, considerando a perspectiva da interseccionalidade e seus contornos na sociedade contemporânea.

Dos estudos que analisam as representações de gênero na mídia e na literatura, passando por discussões sobre políticas públicas e direitos para segmentos marginalizados, até as análises sobre a ancestralidade e a cultura

das mulheres, todos os artigos desta edição celebram a riqueza e complexidade da diversidade humana.

O primeiro artigo, escrito por Felipe Dall’Orto, mergulha na jornada da heroína Linn da Quebrada no programa Big Brother Brasil, explorando como sua presença na mídia contribui para a construção de gênero e para o debate sobre identidade.

Na sequência, temos a contribuição de Orlando Filho e Edna Raquel que discorrem sobre a importância de uma política pública de acesso à justiça para os mais vulneráveis, abordando a alteração de nome diretamente no cartório de registro civil e direito ao esquecimento dos transexuais.

Marcele Franceschini e Bruno Barra apresentam uma reflexão provocadora sobre a necessidade de revisão no cânone literário, destacando-se como a voz feminina tem sido historicamente negligenciada e a importância de trazer à tona essas vozes esquecidas.

Diana Alencar aborda as (re)significações que emergem do legado ancestral de mulheres no contexto de gestar e educar em famílias, enriquecendo nossa compreensão das relações familiares.

Gabriel Barros e Patrícia Iori analisam o discurso sobre homossexualidade em duas obras literárias, “Adonias” de Alberto Guzik e “Primeiras Vezes” de Natália Poleso, oferecendo uma leitura crítica e instigante.

Camila Lamartine nos conduz pelo universo do ciberfeminismo, examinando como a interseccionalidade tem sido construída nos feminismos contemporâneos e como essa abordagem amplia as possibilidades de conexão e compreensão.

Uma vivência musical do coletivo de mulheres indígenas “As Karuana” é explorada por Michel Albuquerque e Edilza Laray sob a perspectiva das noções de territorialidade, proporcionando uma visão enriquecedora sobre identidade e cultura.

Em um contexto de mudanças sociais, Neiva Maria Machado Soares também traz novos olhares sobre a experiência feminina após os 50 anos, desconstruindo discursos naturalizados e explorando novas possibilidades.

Em um relato de experiência, Pryscila Nunes Duarte compartilha suas experiências e aprendizados sobre a dança indígena por meio das visitas aos Tukanos, Desanos e Tatuyos, contribuindo para uma compreensão mais profunda das tradições culturais indígenas.

Na recentemente criada sessão “Aulas inaugurais”, Terezinha Pinto Fraxe apresenta uma instigante reflexão acerca da relação Sustentabilidade e Sociedade a partir da importância do trabalho interdisciplinar de forma sistêmica para a Amazônia, envolvendo as Ciências Humanas e as Ciências Naturais ao abordar o protagonismo feminino em iniciativa de aproveitamento da economia ecológica a partir do projeto AGROUFAM.

Esta edição da Revista ContraCorrente é um convite à reflexão e à celebração da diversidade e complexidade que permeiam as questões de gênero. Espera-se que os leitores encontrem estes artigos inspiradores para novos e propositivos debates. Agradecemos a todos que colaboraram para tornar esta edição especial possível. Aos autores, revisores, editores e leitores, nosso sincero reconhecimento pelo apoio e dedicação.

Ao celebrarmos à diversidade do mundo, reafirmamos nosso compromisso com a inclusão, com a promoção da igualdade e com o respeito às diferenças. Acreditamos que é a partir do diálogo e do compartilhamento de conhecimento que construímos uma sociedade mais justa e inclusiva, assim como um mundo mais compassivo e plural, rompendo com a reprodução sistêmica das desigualdades e opressões.

Uma boa leitura a todes!

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DA JORNADA DA HEROÍNA LINN DA QUEBRADA NO *BIG BROTHER* BRASIL 22

Ana Carolina Bragatto

Graduada em Psicologia pela FAESA Centro Universitário
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4077-3004>
carolrbragattogmail.com

Joaquim Maria Mello

Graduando em Psicologia pela FAESA Centro Universitário
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7757-9674>
joaquimmfemello@gmail.com

Nirvana Maria Dulce

Graduanda em Publicidade e Propaganda pela FAESA Centro Universitário
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5267-6689>
nirva.vix@gmail.com

Felipe Campo Dall’Orto

Doutor em Estudos Culturais pela Universidade do Minho/Portugal
Professor da Universidade Federal do Espírito Santo e da FAESA Centro Universitário
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5455-9577>
E-mail: fdallorto@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a passagem de Linn da Quebrada no *reality show Big Brother Brasil* (BBB) em 2022. Com o intuito de compreender como sua aparição no programa impactou múltiplos discursos de gênero e de vivência de identidades trans-femininas na sociedade brasileira, a abordagem metodológica desta pesquisa foi inspirada nas doze etapas da Jornada do Herói, teoria criada por Campbell (2007) e usada principalmente para explicar jornadas androcêntricas. Assim, a partir de uma pesquisa explicativa e de um estudo de caso, foi analisada a participação de Linn da Quebrada no BBB e como ela orientou, dentro da sociedade brasileira, múltiplos temas do transgênerismo para além do programa.

Palavras-chave: Identidade de gênero; Linn da Quebrada; Jornada do herói.

Abstract: The present article aims to analyze the passage of Linn da Quebrada in the reality show *Big Brother Brasil* (BBB) 2022. With the intuition of further

comprehending how her appearance in the program has impacted multiple gender discourses as well as the livelihood of trans-feminine identities in Brazilian society, the methodological approach of this research was inspired by the twelve stages of The Hero's Journey, a theory created by Campbell (2007) used primarily to encapsulate androcentric journey's. Thus, based on an explanatory research and a case study, Linn da Quebrada's participation in the BBB was analyzed and how she guided, within Brazilian society, multiple themes of transgenderism beyond the show.

Keywords: Gender identity; Linn da Quebrada; Hero's Journey.

INTRODUÇÃO

A figura do herói é complexa e multideterminada e está presente em diversas culturas, sendo propagada de formas diferentes pelos grupos de mídia, que se apropriam dessa imagem para impactar o público com histórias de superação e influenciar padrões de comportamento, provocando os indivíduos a se envolverem com a jornada do herói, enaltecendo determinadas personalidades e silenciando outras, de acordo com as narrativas construídas.

Dessa maneira, a jornada do herói tem sido utilizada na construção de identidades individuais e coletivas, bem como, sido apropriada pela mídia para reforçar o senso comum e ditar o debate público (VAN DIJK, 2017).

A Jornada do Herói ou Monomito é uma estrutura narrativa elaborada pelo escritor e mitologista Joseph Campbell (2007), que inspirou diversas histórias no cinema e na televisão, que demonstra trajetórias similares pelas quais o herói precisa percorrer para alcançar reconhecimento e atingir seu propósito.

No caso do presente artigo, o objetivo é analisar como o herói, ou melhor, a heroína Linn da Quebrada percorreu as etapas da jornada para alcançar o reconhecimento e contribuir para a construção da identidade de gênero transexual e travesti, além disso, busca-se também compreender se a sua passagem no programa colaborou para dar visibilidade a múltiplos discursos de gênero e de vivência de identidades trans-femininas na sociedade brasileira. Sendo assim, pretende-se responder como se deu a jornada da Linn da Quebrada durante o *reality show Big Brother Brasil 22*?

Para responder a essa pergunta, foram utilizadas as doze etapas da jornada do herói criada por Campbell (2007), a partir de uma pesquisa exploratória e de um estudo de caso (GIL, 2008) sobre a participação de Linn da Quebrada no BBB, na busca por compreender como sua participação pautou o tema da diversidade e colaborou para a construção das identidades de gênero trans e travesti para além do programa.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Nenhum indivíduo existe sem relações sociais, desde que se nasce, o sujeito está imerso em relações interpessoais, possui tendência inata a agrupar-se para assegurar sua sobrevivência como indivíduo e espécie, agrupando-se em diversos grupos, buscando pela sua identidade individual, grupal e social.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz nas relações com os outros, através da aceitação, reconhecimento, credibilidade e também negação, diferença e conflito, visto que, “os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de existência” (ARENDRT, 2007, p. 17). Dessa forma, a identidade pode ser vista como uma representação de um ser, e como seres humanos, somos mutáveis, nos transformamos inevitavelmente.

Nesse sentido, a identidade pode ser entendida como um conjunto de características próprias de um indivíduo, o que faz com que cada sujeito tenha sua exclusividade respeitada, ajudando a diferenciar uma pessoa da outra, pois a identidade é compreendida tanto pelas igualdades, como pelas diferenças e na contemporaneidade passa a ser destacada pela fluidez, de acordo com a forma em que a representamos ou nos relacionamos em sociedade, tornando-nos seres multifacetados, visto que,

Uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade – se antes, estas identidades eram sólidas localizações nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras menos definidas que provocam no indivíduo uma crise de identidade (HALL, 1999, p. 10).

Já Ciampa (2001) destaca a importância de a identidade qualificar o indivíduo nos contextos sociais em que está inserido, tendo como primeira identificação o nome, pois quando recorremos a um nome para nos identificar, passamos a ser associados a ele. Sendo assim, é importante destacar que o nome é mais do que um rótulo que serve para confirmar e autenticar essa identidade, o nome se refere a nossa localização na sociedade, definindo inclusive nossa posição social, ou seja, a qual grupo familiar pertencemos (CIAMPA, 2001).

Dessa forma, o ser humano se classifica pela igualdade e diferença com o outro, seja com a família a qual faz parte ou nas relações em que está inserido, a identidade de um se reflete na do outro e vice-versa.

Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida.

Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhamento das relações sociais. Uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela. A questão da identidade, assim, deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo uma questão social, uma questão política (CIAMPA, 2001, p. 127).

Nesse contexto, utilizar um nome para definir um sujeito, a sua identidade, não é suficiente, porque o nome não é a identidade, mas sim uma representação desta. Com isso, outros fatores vão sendo utilizados para nos definir enquanto indivíduo. Recorremos a fatores como o local de nascimento, descrição física, buscando nos adequar às semelhanças e diferenças para tentar nos classificar como únicos, além de um fator essencial que é o gênero.

O gênero serve para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado e ao se referir ao sexo, o sujeito age de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo (REIS, 2015).

A identidade de gênero é a experiência interna e individual do gênero, pois é profundamente sentida por cada indivíduo que pode estar ou não alinhado ao sexo que lhe foi designado no nascimento, o que inclui percepção individual do corpo e as maneiras de sua expressão, visto que,

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (JESUS, 2012, p. 08).

Importante destacar que cada sujeito performa um gênero, não sendo construído somente socialmente, mas que, de certa forma, constrói a si próprio, ou seja, se identifica (BUTLER, 2018). Além disso, em 1963, é criado o termo 'identidade de gênero' pelo psicanalista Robert Stoller, "que vincula o sexo à biologia e o gênero à cultura" (HARAWAY, 2004, p. 216). Essa distinção provocou uma mudança de pensamento social e "essas reformulações deixaram de interrogar a história sócio-política de categorias binárias tais como natureza/cultura, e também sexo/gênero, no discurso colonialista ocidental" (HARAWAY, 2004, p. 217). Portanto, ao se tratar de gênero, falamos sobre a identificação ou não, que cada sujeito tem em relação ao gênero que lhe foi determinado no nascimento. Essa identificação irá denominar se o sujeito é cisgênero ou transgênero (REIS, 2018).

As pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído, são pessoas do gênero binário, conhecido como cisgênero, pois “refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer” (REIS *et al.*, 2018, p. 27).

E há pessoas que não se identificam com a cisgeneridade, são aquelas que se enquadram em gêneros não binários, ou transgênero, que se entende como uma experiência “identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (BENTO, 2006, p.15), ou “pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade” (REIS *et al.*, 2018, p. 30).

Outro grupo são de travestis que são “pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (JESUS, 2012, p. 9). As travestis sofrem forte estigmatização social, sendo estereotipadas, virando alvo de preconceitos e violências. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo¹. Um dos caminhos para mudar essa realidade é dar visibilidade e protagonismo, para que pessoas transexuais e travestis contem suas próprias histórias, como é o caso da Linn da Quebrada.

LINN DA QUEBRADA

Lina Pereira dos Santos, mais conhecida pelo nome artístico Linn da Quebrada, é uma compositora, escritora, atriz, cantora e travesti brasileira nascida numa área pobre e periférica da cidade de São Paulo. O primeiro hit de Lina, *Enviadescer*², foi lançado em 2016, através do *YouTube*, mas foi com a turnê de estreia “*Bixarya*” que ela conseguiu destaque nacional.

Em 2017, lançou seu primeiro álbum, “*Pajubá*” a partir de uma campanha colaborativa, *crowdfunding*³, uma via para artistas independentes obterem financiamento coletivo, através de doações e outras formas de angariação de capital para produção, divulgação, edificação e lançamento de uma obra.

O álbum é uma espécie de obra incidental que melodiza, encena e transcreve os movimentos de dissolução e de luta contra as dicotomias hegemônicas entre gênero e sexo através de diversas frentes de resistência que ultrapassam o corpo, através, inclusive, do próprio *pajubá*, língua ou gíria falada por dissidentes sexuais e de gênero no Brasil, que mistura léxico *naqô*, *yorubá* e outros, na busca por construir novos espaços discursivos, pois “o discurso sobre a repressão se mantém, pois é fácil de ser sustentado e corrobora com o poder” (FOUCAULT, 1999, p. 11-12).

1 Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 23 de mar. 2023.

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MFmZj4SyrrY>. Acesso em: 23 mar. 2023.

3 Disponível em: <https://www.kickante.com.br/campanhas/linn-da-quebrada-bixa-pode-fazer-um-pedido-0>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Em 2022, Linn se torna a segunda participante transsexual a participar do *reality show Big Brother Brasil*, depois de Ariadna, que participou da edição em 2011. Acusada de “mentir” sobre sua identidade para a casa e para o público, Ariadna foi a primeira a deixar a edição na época. A rejeição que sofreu se propagou fora do *reality*, pois foi alvo de piadas, comentários agressivos e de uma manchete transmisógena, redigida e publicada pelo jornal Meia Hora, conforme imagem abaixo.

Figura 1 – Print do Jornal Meia Hora, publicada em 18 de janeiro de 2011



O episódio impactou a vida da modelo e influenciadora, que custou a se recuperar da humilhação, “enquanto todos os héteros da casa desfilavam e faziam altas campanhas, eu ficava em casa. Quase que passei fome”⁴. Sobre ter ‘escondido’ sua identidade, Ariadna diz que sentiu medo de ser excluída e rejeitada pelos demais participantes e pelo público.

A preocupação de Ariadna em manter sua vida particular separada de sua participação dentro da casa pode ser entendida, pelo fato de no Brasil termos uma alta incidência de casos de suicídio e assassinato contra pessoas trans e travestis. Segundo o dossiê produzido pela ANTRA, cerca de 94% da população trans afirma ser vítima de violências motivadas pela discriminação⁴.

⁴ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Em meio a esse contexto social, Lina Pereira dos Santos, decide participar do *Big Brother Brasil 22* para vivenciar sua jornada.

A JORNADA DO HERÓI

A Jornada do Herói ou Monomito foi elaborada e estruturada pelo escritor, professor e mitologista norte-americano Joseph Campbell (2007) e vem sendo reconhecida por folcloristas e mitólogos pelos últimos 150 anos. Segundo Singh (2021), o monomito pode ser reconhecido como ‘trama simpática’, para demonstrar como a figura do herói está presente em diversas culturas, visto que,

Von Hahn (1876), Rank (1914) e Raglan (1936) documentaram a trama simpática em seus estudos de heróis míticos da Europa, Ásia Ocidental e Oriente Médio (Cook, 1965). Propp (1968, pp. 50, 92) a descobriu em seu estudo sobre os contos populares russos. Thompson (1946, p. 23) viu isso em complexos contos de fadas eurásianos; Kimball (1999) descreveu isso em seu estudo transcultural de contos de órfãos; e Carroll, Gottschall, Johnson e Kruger (2012, p. 26) notaram isso nos romances britânicos do século XIX. Quando Jobling (2001) comparou histórias de heróis e ogros de todo o mundo, ele se concentrou em elementos como a virtuosidade dos heróis e a repulsa dos monstros, mas subjacente a esses paralelos estava a estrutura simpática⁵ (SINGH, 2021, p. 184).

Dessa maneira, “o mito é sempre uma representação coletiva (...) expressa o mundo e a realidade humana” (BRANDÃO, 2015, p. 38). No mais, podemos pensar no valor do mito especialmente para a comunicação, a psicologia e para os estudos do comportamento humano “como a conscientização dos arquétipos do inconsciente coletivo, quer dizer, um elo entre o consciente e o inconsciente” (BRANDÃO, 2015, p. 43).

Os arquétipos são imagens de modelo figurativo, um paradigma a ser seguido, diferente dos estereótipos, que são conceituados através de uma imagem generalizada (JUNG, 2000). Toda figura arquetípica, como a do herói, não se estende através de uma única esfera do gênero. Não há linguística estrutural que contenha ou, ainda, retenha movimentos de revolução provocados pela sociedade ou por grupos sociais enquanto massa coletiva. Seja o herói uma heroína ou a heroína um herói:

A linguagem não é algo natural e sim uma construção social e histórica, que varia de uma cultura para outra, que se aprende e que se ensina, que forma nossa maneira de pensar e perceber

⁵ Tradução nossa.

a realidade, mundo que nos rodeia e o que é mais importante: pode ser modificada.⁶

A figura do herói/heroína está presente em diversas culturas e as virtudes atribuídas ao herói também parecem coincidir, de certa maneira, em termos de valores morais que regem e fundamentam o comportamento humano como um todo. Na Grécia, heróis ocupavam um lugar estruturado entre humanidade e divindade, eram semideuses e semideusas, como é o caso do rei Minos, filho de Zeus e da princesa Europa. Ou, ainda, Perseu, que degolou Medusa, filho de Zeus com a mortal Danaí. Cada jornada é particular, grifada por momentos tanto de glória, quanto de infâmia.

Entende-se que a jornada do herói e da heroína nada mais é do que cumprir uma trajetória excepcional. Jung (2000) mostra que, na verdade, “o principal ato do herói é vencer o monstro da escuridão: a vitória esperada da consciência sobre o inconsciente (...) A tomada de consciência é provavelmente a experiência mais forte” (JUNG, 2000, p. 168).

Para Pino (2015, p. 3), heróis e heroínas, “assim como as figuras mitológicas, presentes nas narrativas clássicas, são personagens que se sacrificam em busca de recuperar um dano, nos servindo como exemplos de sacrifício pessoais para o bem comum”.

Joseph Campbell em grande parte de sua obra e vida criativa, foi bastante inspirado pela psicanálise, tendo explorado e estudado as obras de Carl Gustav Jung e Sigmund Freud, além dos movimentos artísticos de grandes artistas europeus do último século, como Paul Klee (1879-1940), um dos pais do surrealismo e da arte abstrata, e Pablo Picasso (1881-1973), desembarcando na “França em um grande momento de efervescência nas artes e na literatura” (SILVA, 2012).

Um mapa introdutório da cosmologia campbelliana elenca os seguintes índices norteadores de uma compreensão do autor: a organização interna da narrativa mítica; o mito como narrativa de uma criação e/ou explicação do mundo e da cultura; a relação entre mito e história; o mito como relato de um tempo primordial; as transformações do mito em diferentes épocas e sociedades; o mito como uma linguagem arcaica e moderna; a conexão entre mito e religião; mito e arquétipo do inconsciente coletivo; e a representatividade do mito na contemporaneidade. (SILVA, 2012, p. 18).

⁶ Disponível em: <http://www.sofiacavedon.com.br/noticias/sofia-cavedon-e-contra-a-obrigatoriedade-do-ensino-da-norma-culta-da-lingua-portuguesa-nas-escolas-estaduais/>. Acesso em: 20 set. 2022.

A estrutura do monomito, criada por Campbell (2007), se divide em três atos: partida, separação e retorno.

A partida lida com o herói aspirando à sua jornada; a iniciação contém as várias aventuras do herói ao longo do caminho que irá percorrer; o retorno é o momento em que ele volta à casa com o conhecimento e os poderes que adquiriu ao longo da jornada. (SILVA, 2012 p. 65).

Além disso, é dividida em 12 etapas que o herói precisa percorrer para atingir seu objetivo conhecidas por:

Mundo Comum: ambientação da história, onde o herói/heroína se encontra inicialmente, sendo o ponto de partida para a aventura.

Chamado à aventura: é “uma relação com forças que não são plenamente compreendidas” (CAMPBELL, 2007). O herói ou a heroína é convidado e, de certa forma, invocado a escapar da vida comum.

Recusa ao Chamado: é um estado de aprisionamento, onde herói/heroína sente-se preso, seja de maneira cultural, psicológica ou espiritual, ao medo, se mostrando resistente a trajetória. Para Vogler, (2006, p. 3), “a recusa do chamado torna-se uma etapa essencial, pois comunica os riscos envolvidos na jornada adiante”.

O Auxílio Sobrenatural: esta etapa é marcada pelo encontro do herói com alguma simbologia auxiliar; uma afiguração do “poder benigno e protetor do destino” (CAMPBELL, 2007, p. 77), que permeia a psique de modo a ajudar a o herói/heroína a seguir seu chamado.

A Passagem pelo Primeiro Limiar: aqui, os demarques entre o desconhecido e o conhecido tornam-se cada vez mais aparentes através de projeção da energia libidínica.

A aventura é, sempre e em todos os lugares, uma passagem pelo véu que separa o conhecido do desconhecido; as forças que vigiam no limiar são perigosas e lidar com elas envolve riscos; e, no entanto, todos os que tenham competência e coragem verão o perigo desaparecer (CAMPBELL, 2007, p. 85).

O Ventre da Baleia: a passagem pelo primeiro limiar pode simbolizar um processo de maior profundidade e renascimento. O herói/heroína percebe quem são os aliados e inimigos na jornada.

O Caminho das Provas: preenchida pelas “paisagens oníricas” (CAMPBELL, 2007, p. 102) do inconsciente, ou Caverna Secreta, faz com que o herói/heroína se recolha e se prepare para o grande desafio.

O Encontro com a Deusa: o estágio da provação, onde herói/heroína se depara com o ressurgimento da esperança e da beleza em vida, experimentando um novo despertar. Os martírios do sofrimento físico, espiritual e psíquico, causados anteriormente, começam a ganhar sentido. A Deusa é representada pela “totalidade do que pode ser conhecido” (CAMPBELL, 2007, p. 117).

A Recusa do Retorno: o círculo ainda não está completo e o retorno em si estabelece uma nova etapa da jornada, uma passagem para um novo estágio, onde o herói/a heroína deve reintegrar a uma realidade completamente diferente do habitual. Todos os triunfos conquistados, sejam eles materiais ou simbólicos, devem tornar-se coletivos, pois possuem um valor excepcional para todo o corpo social, e somente o herói/a heroína é capaz de transmiti-lo.

A Passagem pelo Limiar do Retorno: aqui, nosso herói ou heroína enfim tomam a corajosa e, por vezes, custosa atitude de corporificar todas as revelações alcançadas e conquistadas.

Senhor dos Dois Mundos: passadas as últimas etapas, herói/heroína saem de um momento de “transfiguração”, de mudança de forma, onde caminham de volta para o mundo comum como uma pessoa completamente diferente.

Liberdade para viver: o herói/a heroína tem o reconhecimento efetivo, simbolizando as conquistas e as mudanças alcançadas ao longo da jornada.

METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, foi utilizada como método neste trabalho a pesquisa exploratória, ao buscar uma aproximação a determinado fenômeno. Acrescenta-se que esse tipo de pesquisa é a que tem maior poder de se aproximar da realidade do problema, tornando-o mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2008). Além disso, a pesquisa também tem caráter descritivo, ou seja, visa a descrever as características de determinado fenômeno ou população, ou ainda, o estabelecimento das relações entre variáveis (GIL, 2008).

Ao se tratar dos procedimentos técnicos, o artigo classifica como um estudo de caso, que consiste em um estudo de profundidade, detalhamento e exaustivo de um objeto específico (GIL, 2008). Acrescenta-se que possui um caráter qualitativo, a qual, preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, motivos, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por fim, o presente artigo traça um percurso metodológico inspirado na jornada do herói (CAMPBELL, 2007), uma teoria criada para explicar jornadas predominantemente masculinas, que também pode ser utilizada para mostrar a jornada de uma heroína, que se dá, a partir de um estudo de caso da Linn da Quebrada no BBB. Sendo assim, busca-se, analisar se Linn da Quebrada percorre as etapas da jornada do herói em sua trajetória pelo *Big Brother Brasil*.

A JORNADA DE LINN DA QUEBRADA NO BBB

A passagem de Linn da Quebrada no *reality show Big Brother Brasil* apresenta semelhanças com a jornada do herói (CAMPBELL, 2007), entendendo que a estrutura da jornada é flexível, ou seja, não possui uma ordem rígida e deve servir a necessidade de cada história (RICÓN, 2006).

O **mundo comum** é o estado embrionário da jornada, e corresponde às estruturas que darão forma aos primeiros estágios da individualização. De alguma maneira, somos convocados, motivados ou misteriosamente incitados a abrir novos caminhos, fazendo com que o passado se rompa diante de um novo mundo.

No mundo comum, Linn da Quebrada, Lina Pereira dos Santos, é uma travesti e uma figura muito importante para a comunidade LGBTQIA+, como foi dito anteriormente, além de cantora, compositora e atriz, como ela mesma se define na segunda chamada do programa:

Quando alguém me pergunta: ‘O que você faz da vida?’ Eu não sou só cantora, não sou só atriz... Eu tenho uma cachorra, tenho uma mãe, sou filha da Dona Lilian de 68 anos, alagoana, estou aqui também por ela, pra dar uma garantia, uma velhice mais confortável pra minha mãe...⁷

Segundo Campbell (2007), o mundo comum apresenta as dificuldades que o herói está enfrentando e destaca as habilidades que este tem para enfrentar a jornada que irá iniciar rumo a um mundo desconhecido.

Ao entrar no programa, Lina aceita o **chamado à aventura**, ou seja, dá início à jornada, retirando-se de sua zona de conforto e de seu mundo comum, visto que, ao aceitar o convite, passaria a ser a primeira travesti a participar do programa. Como em cada jornada do herói, os sonhos mais corajosos tendem a vir com exigências, essa etapa representa um desafio de grande risco para o herói (RICÓN, 2006), e “estabelece o objetivo do jogo, e deixa claro qual é o objetivo do herói: conquistar o tesouro ou o amor, executar vingança ou obter justiça, realizar um sonho, enfrentar um desafio ou mudar uma vida” (VOGLER, 2006, p. 55), ou ganhar o *reality show*.

⁷ Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/bbb-22-linn-da-quebrada-disparao-sou-homem-nao-sou-mulher-sou-travesti> Acesso em: 27 nov. 2022.

Como em toda a jornada do herói, os sonhos mais corajosos tendem a vir com exigências, neste caso, o desafio da Lina simboliza uma trajetória de lutas, no momento em que ela se apresenta no BBB: “sou o fracasso de tudo aquilo que esperavam que eu fosse. Não sou homem, não sou mulher, sou travesti. Essa sou eu e por isso estou aqui”⁸. Esse desafio gera resistência em Lina para entrar no programa, como menciona em uma entrevista:

Senti que eu precisava ir para o *Big Brother*, mesmo com medo. O que me fez ir foi considerar a possibilidade de que, neste novo momento do Brasil, era possível que uma travesti chegasse à final e pudesse ganhar o maior reality show do país, criando um novo imaginário social de quem somos⁹.

Demarcando a **recusa ao chamado**, em um primeiro momento, Lina demonstra receio ao receber o convite, algo natural e que caracteriza essa etapa da jornada. Para Campbell (2007), a recusa pode estar relacionada às incertezas e ao medo, visto que,

A recusa à convocação converte a aventura em sua contraparte negativa. Aprisionado pelo tédio, pelo trabalho duro ou pela ‘cultura’, o sujeito perde o poder de ação afirmativa dotada de significado e se transforma numa vítima a ser salva (CAMPBELL, 2007, p. 67).

Além disso, dentro da casa Lina começa a se sentir isolada pelos participantes e, automaticamente, começa a se isolar, classificando a recusa como um momento eremítico. Perante os abalos sísmicos produzidos pelos pesos e contrapesos dos modelos hegemônicos, as energias psíquicas se embaralham de modo a desafiar a autocompreensão para, quando possível, alçar a autoconsciência para um novo estágio. A introversão é necessária e, junto dela, o isolamento.

Essa etapa aumenta a dramaticidade da jornada, pois “a pausa para medir consequências faz com que o engajamento na aventura seja uma verdadeira escolha, na qual o herói, após esse momento de hesitação ou recusa, dispõe-se a jogar a vida contra a possibilidade de atingir sua meta” (VOGLER, 2006, p. 172).

Ainda nos primeiros episódios do programa, Lina é desrespeitada por outros participantes que erraram ou se recusaram a utilizar o pronome feminino

⁸ Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/bbb/nao-sou-homem-nao-sou-mulher-sou-travesti-diz-linn-da-quebrada>. Acesso em: 27 nov. 2022.

⁹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/06/14/linn-da-quebrada-sobre-bbb-senti-que-eu-precisava-ir-mesmo-com-medo.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ao se referir a ela, tendo o episódio em que o participante Rodrigo utiliza o termo pejorativo “traveco” para falar de Lina. Esse episódio marca a chegada da etapa do **auxílio sobrenatural**, um momento simbólico e representativo para a comunidade trans, quando o apresentador Tadeu Schmidt fala, ao vivo, no programa:

Lina, você tem o pronome ELA tatuado acima da sobrelha. Eu queria que você explicasse o porquê você fez essa tatuagem e também que você dissesse, mais uma vez, reforçando, como as pessoas devem se dirigir a você, devem tratar você¹⁰.

Após a explicação de Lina, o apresentador finaliza “muito importante você ensinar isso Lina, para os moradores da casa e para o Brasil inteiro, para que erros não sejam mais cometidos”¹¹. Assim, esse momento destaca “o primeiro encontro da jornada do herói com a figura protetora (...) que fornece ao aventureiro, amuletos que o protejam contra as forças titânicas com que ele está prestes a deparar-se” (CAMPBELL, 2007, p. 74), ajudando-a a enfrentar **a passagem pelo primeiro limiar**.

Essa etapa caracteriza o momento em que Lina reage, demarcando “o ponto de virada” (RICÓN, 2006, p. 4), quando parte para o embate com outra participante do BBB, Eslovênia, após ser desrespeitada por Lucas durante uma festa e se coloca no jogo, assumindo riscos: “Quando vão me acolher? Quando que a minha dor vai valer alguma coisa? [...] Quer me matar mais uma vez? Eu estou implorando pela minha vida”¹², mas também levando-a a novas descobertas, como a fase do **ventre da baleia**, momento em que a heroína reflete sobre seu processo dentro da jornada (CAMPBELL, 2007), reforça os próprios objetivos e estabelece os aliados (Jessilane e Natália) e inimigos (Arthur, PA e DG) que a acompanharam ao longo da trajetória.

Após cruzar o limiar e escolher as parceiras de jogo, Lina se depara com a caverna secreta ou o **caminho das provas**, onde “o herói caminha por uma paisagem onírica povoada por formas curiosamente fluidas, na qual deve sobreviver a uma sucessão de provas” (CAMPBELL, 2007, p. 102), contando com o auxílio das aliadas para superá-las, e provando seu valor a cada prova de resistência, jogo da discórdia, festa, prova do anjo e de liderança, conforme imagens abaixo.

10 Disponível em: <https://gshow.globo.com/realities/bbb/bbb22/tempo-real/noticia/linn-da-quebrada-explica-tatuagem-ela-na-testa-quer-ser-tratada-pelo-pronome-feminino.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2022.

11 Disponível em: <https://gshow.globo.com/realities/bbb/bbb22/tempo-real/noticia/linn-da-quebrada-explica-tatuagem-ela-na-testa-quer-ser-tratada-pelo-pronome-feminino.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2022.

12 Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/02/24/cansada-lina-desabafa-voce-quer-me-matar-mais-uma-vez.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.

Figura 2 – momentos de Lina no BBB 22.



Font: Retirados do gshow.globo.com

Um dos momentos marcantes da jornada de Lina no BBB é o **encontro com a deusa**, que funciona com uma renovação das forças da heroína. Esse encontro se deu em uma das festas do programa, com a participação da cantora Liniker, uma mulher trans, com quem Lina tem amizade e é parceira musicalmente, deixando-as muito emocionadas. Isso porque, “o encontro com a deusa (que está encarnada em toda mulher) é o teste final do talento de que o herói é dotado para receber a benção do amor, que é a própria vida, aproveitada como o invólucro da eternidade” (CAMPBELL, 2007, p. 119).

Dessa forma, Lina reúne forças para uma nova etapa da jornada, nomeada como a **recusa do retorno** ou recompensa, momento em que ela vence a prova do líder no BBB, depois de enfrentar por 17 horas uma prova de resistência. A liderança acontece após seus adversários diretos desistirem da prova, mostrando como ela impactou os participantes do *reality*, incluindo competidores considerados seus inimigos dentro do programa. Lina se torna a primeira travesti a ser líder na história do BBB, servindo como uma importante referência para a sociedade, visto que, estamos falando de um dos programas de maior audiência da TV aberta em 2022¹³. Sendo assim, é importante destacar que,

A maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias. Talvez não haja outra prática discursiva, para além da conversação cotidiana, que seja tão

13 Disponível em: <https://exame.com/casual/como-o-bbb-se-tornou-a-maior-audiencia-da-tv-brasileira-em-2022/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

frequentemente exercida e por tantas pessoas como o são as notícias da imprensa e da televisão (VAN DIJK, 2017, p. 63).

Dentro desse panorama, a imagem da Lina consegue chegar a diversas casas que acompanham o programa, influenciando simbolicamente a formação da sociedade contemporânea, tendo a visibilidade da liderança, marcando **a passagem pelo limiar do retorno**, que marca o início da volta do herói/heroína ao começo da jornada, trazendo consigo, as conquistas do percurso (CAMPBELL, 2007).

Nesse momento da jornada, os heróis “alcançaram um patamar de conforto e devem sair dele, seja por sua própria decisão íntima, seja pela ação de uma força externa” (VOGLER, 2006, p. 273). No caso de Lina, a decisão vem pela eliminação ao enfrentar seu terceiro paredão no programa, se tornando **senhora dos dois mundos**, especificando

A liberdade de ir e vir pela linha que divide os mundos, de passar a perspectiva da aparição no tempo para a perspectiva do profundo causal e vice-versa – que não contamina os princípios de uma com os da outra e, no entanto, permite à mente o conhecimento de uma delas em virtude do conhecimento da outra – é o talento do mestre (CAMPBELL, 2007, p. 225).

Talento que foi evidenciado pelo apresentador Tadeu Schmidt ao discursar na eliminação de Lina: “Você foi campeã desde o momento em que você pisou naquela casa”¹⁴. No discurso final, Tadeu Schmidt reforçou também a importância de tê-la no programa:

Por sua causa Lina, o Brasil inteiro sabe. Não tem mais desculpa para errar o pronome. É ela. Por sua causa Lina, não tem mais desculpa para errar o artigo. É a travesti e não alguma palavra pejorativa. Quem é capaz de medir o quanto esses erros mexeram com as pessoas aqui fora e como definiram trajetórias aqui dentro. Não foi só o Júnior que você matou, Lina. Você matou também um bocado de preconceitos¹⁵.

O impacto de Lina no programa reforça a importância de gerar visibilidade para a comunidade LGBTQIA+, pois a figura da heroína construída ao longo do programa, transpassa as paredes da casa do Big Brother e reforça a visão de Campbell (2007), de que o herói deve utilizar o que aprendeu na jornada para

14 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/04/4999667-bbb22-lina-e-eliminada-e-emociona-ate-mesmo-tadeu-schmidt.html>. Acesso em: 23 de mar. 2023.

15 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/04/4999667-bbb22-lina-e-eliminada-e-emociona-ate-mesmo-tadeu-schmidt.html>. Acesso em: 23 de mar. 2023.

beneficiar o mundo comum. Assim, Lina encerra a última etapa da jornada e conquista a **liberdade para viver**, tendo o reconhecimento fora do programa, deixando um legado positivo de representatividade.

CONSIDERAÇÕES

Para responder como se deu a jornada de Linn da Quebrada no *Big Brother Brasil 22* e atingir o objetivo do trabalho, foi necessário recorrer as doze etapas da jornada do herói criada por Campbell (2007) e traçar um paralelo com o percurso percorrido por ela ao longo do *reality show*. Assim, foi possível observar que a jornada de Linn não acaba com o fim do programa, pois sua participação pautou o tema da diversidade para além dos cem dias que o BBB 22 ficou no ar, destacando-a como uma referência da população LGBTQIA+ na sociedade.

Utilizar as doze etapas da jornada (CAMPBELL, 2007) possibilitou observar como uma travesti pode assumir o papel de heroína dentro do programa ou de qualquer outro produto midiático, ajudando a desconstruir estereótipos sociais e compreender como sua passagem colaborou para a construção das identidades de gênero trans e travesti para além do *Big Brother*, destacando, nesse caso, a etapa **Senhora dos Dois Mundos**, em que caminha de volta para o mundo comum, alcançando um patamar (VOGLER, 2006) de destaque junto à sociedade brasileira.

A participação de Lina gerou visibilidade e garantiu protagonismo e representatividade em um dos programas de maior audiência da televisão aberta no Brasil¹⁶. Após a participação no BBB, ela se tornou consultora de diversidade e inclusão da marca Ambev, tendo o desafio de “apoiar a ampliação de práticas de inclusão e visibilidade de pessoais LGBTQIAP+ e, em especial, da comunidade trans e travesti”¹⁷.

Isso mostra que é preciso ampliar o debate e dar oportunidade, para que tenhamos uma sociedade mais diversa, com equidade, pois a presença de Lina no programa já reverberou de forma positiva. Mesmo assim, esse é apenas um exemplo, que pode servir de referência para que outras heroínas tenham a possibilidade de contar as suas próprias histórias.

Dessa forma, é importante pensar a possibilidade de que outras empresas de mídia desenvolvam estratégias mais inclusivas a diferentes grupos considerados de ‘minorias sociais’, gerando um diálogo mais aproximado com a população LGBTQIA+.

16 Disponível em: <https://exame.com/casual/como-o-bbb-se-tornou-a-maior-audiencia-da-tv-brasileira-em-2022/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

17 Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2022/06/13/ambev-apresenta-linn-da-quebrada-como-consultora-de-di.html>. Aceso em: 23 mar. 2023.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRANDÃO, J. S. **Mitologia grega: v. 1**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMPBELL, J. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DA SILVA, C. A. F. **Joseph Campbell: trajetórias, mitologias, ressonâncias**, 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 1999.
- HARAWAY, D. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, n. 22, p. 201-246, jun. 2004.
- JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília Abril, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf.
- JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORIN, E. Indústria Cultural: grande público. *In*: MORIN, E. **Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

PINO, J. W. S. A construção da jornada do herói contemporâneo pelas crônicas de Lourenço Diaféria. **Comtempo**, São Paulo, v. 7, n. 3, set./dez. de 2015.

REIS, T. (org). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

SINGH, M. The sympathetic plot, its psychological origins, and implications for the evolution of fiction. **Emotion review**, EUA, v. 13, n. 3, jul. de 2021.

RICÓN, L. E. **A jornada do herói mitológico**. II Simpósio RPG & Educação. 2006.

VOGLER, C. **A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

A RELEVÂNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À JUSTIÇA AOS MAIS VULNERÁVEIS

A alteração de nome diretamente no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e o direito ao esquecimento dos transexuais

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Professora permanente do PPGD
E-mail: edna.r.hogemann@unirio.br

Orlando de Souza Padeiro Filho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Mestrando em Direito e Políticas Públicas
E-mail: orlando.padeiro@unirio.br

Resumo: Este artigo aborda a relevância de uma política pública de acesso à justiça aos mais vulneráveis, com ênfase no procedimento de alteração de nome e de sexo diretamente no Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN). Tal processo foi facilitado a partir do Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que tal procedimento passou a ser feito integralmente no Cartório de RCPN, sem intervenção judicial, o que facilitou muito o acesso. Ademais, o direito à liberdade de expressão passa a ser contraposto aos direitos de personalidade, visto que os transexuais desejam ter o direito ao esquecimento aos fatos anteriores à alteração do nome, o que pode gerar um aparente conflito com o direito à informação.

Palavras-chave: dignidade da pessoa humana; política pública; direitos de personalidade; direito ao esquecimento.

Abstract: This article addresses the relevance of a public policy of access to justice for the most vulnerable, with emphasis on the procedure for changing name and sex directly at the Civil Registry of Natural Persons (RCPN). This process was facilitated from the 73/2018 Provision of the National Council of Justice (CNJ), in which this procedure started to be carried out entirely at the RCPN Registry, without judicial intervention, which greatly facilitated access. Furthermore, the right to freedom of expression is now contrasted with personality rights, since transsexuals wish to have the right to forget the facts prior to the change of name, which can generate an apparent conflict with the right to information.

Keywords: dignity of human person; public policy; personality rights; right to be forgotten.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo uma análise quanto à ponderação entre o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade, considerando a política pública de acesso à justiça que facilitou a alteração de nome e de gênero diretamente em Cartório, sem a necessidade de ação judicial, nos termos do Provimento nº 73/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A questão que norteia a pesquisa promovida pelos autores relaciona-se a perquirir em que medida, nos casos específicos de alteração de nome de transexuais, os direitos personalíssimos ao esquecimento e às liberdades de informação e de expressão se interconectam ou se opõem. Essa questão assume especial relevância, considerando os direitos de personalidade e os princípios do Estado Democrático de Direito brasileiro, em especial na implementação de políticas públicas que facilitem a vida de minorias. Sendo certo que a interpretação do Direito também deve ser efetuada a fim de permitir que os direitos e garantias individuais previstos constitucionalmente sejam efetivamente cumpridos.

Para tanto, a pesquisa resta desenvolvida em tópicos, sendo o primeiro relacionado com a Introdução e a Metodologia; o segundo aborda a questão das políticas públicas relacionadas ao acesso à justiça, em especial, as relativas ao Registro Civil de Pessoas Naturais que teve novas atribuições decorrentes do modelo de justiça multiportas, inaugurado pela Resolução nº125/2010 do CNJ. O segundo tópico adentra na temática relativa aos direitos de personalidade e à alteração de nome e de sexo, abordando a questão por um olhar lastreado pela ambiência do Estado Democrático de Direito. No terceiro tópico, os autores vão refletir analiticamente a respeito do direito ao esquecimento no caso dos transexuais, como uma das facetas de sua vida privada e as possíveis colisões de direitos fundamentais dele consequentes para, em sede de considerações finais, apontar no sentido da defesa da intimidade do transexual, configurada pela necessária concretização desse direito ao esquecimento.

METODOLOGIA

Adota-se o referencial teórico de Robert Alexy, Norberto Bobbio e Boaventura de Sousa Santos, com indicadores teóricos dos enfoques que respaldam os objetivos pretendidos. Diante desse pressuposto, buscaram os autores, inicialmente, o amparo teórico no pensamento de Alexy, com a sua teoria sobre direitos fundamentais para situar o status dos direitos

fundamentais em apreço, na medida em que possuem caráter de princípios e, nessa condição, tais direitos eventualmente colidem, sendo assim necessária uma solução ponderada a favor de um deles. Assim, no que diz respeito ao cenário democrático necessário para a realização e a efetivação dos direitos fundamentais, o contributo de Bobbio se fez necessário, a fim de sedimentar as posições que apontam para a importância da democracia para a realização e a efetivação dos direitos fundamentais. Além disso, a pesquisa busca lastro axiológico no pensamento de Sousa Santos no que diz respeito às tarefas postas ao Estado moderno no que pertence à superação da desigualdade, exclusão social e degradação ecológica, sem olvidar o contributo precioso das pesquisas de Capelletti no que concerne às diversas ondas de acesso à justiça. Por fim, Maria Paula Dallari e Felipe de Melo Fonte são referenciados no tocante ao papel das políticas públicas na efetivação de direitos fundamentais.

Dessa forma, a presente pesquisa se torna relevante, na medida em que aborda temas de caráter social, configurando uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter interdisciplinar, que afeta os Direitos Humanos, configurando-os em uma revisão narrativa crítico-reflexiva da literatura utilizada, para discutir, refletir e buscar responder os questionamentos e atestar as hipóteses aqui elencadas voltadas para o âmbito do respeito ao direito ao esquecimento como elemento necessário de preservação da intimidade do transexual e parte inexorável da sua condição de indivíduo dotado de dignidade pessoal.

Política pública de acesso à justiça

O cenário brasileiro de conflituosidade, com um elevado número de processos judiciais e prazos muito longos de conclusão, fez com que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) agisse na formulação de uma política pública de acesso à justiça. A partir da Resolução 125/2010, foram institucionalizadas as formas alternativas de solução de litígios, como conciliação, mediação e a utilização das serventias extrajudiciais em procedimentos que antes eram exclusivamente judiciais. E, decorrente de tal política pública, o provimento 73/2018 do CNJ previu a execução integral do procedimento de alteração de nome e de gênero diretamente no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais.

A evolução da sociedade, pilar fundamental para a atualização das normas jurídicas, trouxe novas formas de identificação sexual, e a alteração de nome por mudança de gênero passou a ser possível no ordenamento jurídico brasileiro. E tal procedimento foi facilitado, a partir do Provimento 73/2018 do CNJ, dada a grande capilaridade dos Cartórios de RCPN. Em que pese a liberdade de busca de informações, pessoas que efetivaram a alteração de nome e de sexo têm buscado formas de apagar a sua história prévia, o chamado direito ao esquecimento.

No contexto brasileiro e de outros países em desenvolvimento, percebe-se uma violação contínua e generalizada de direitos fundamentais de grupos menos favorecidos. Mesmo com uma nova esperança para os mais vulneráveis, a partir do fenômeno mundial de reconstitucionalização dos Estados, muitos dos direitos passaram a ser previstos a partir do final da segunda guerra mundial, porém muitas vezes sequer implementados. Boaventura Sousa Santos reflete bem esse cenário em suas palavras:

Somos herdeiros das promessas da modernidade e, muito embora as promessas tenham sido auspiciosas e grandiloquentes (igualdade, liberdade, fraternidade), temos acumulado um espólio de dívidas; Cada vez mais e de forma mais insidiosa, temos convivido no interior de Estados democráticos clivados por sociedades fascizantes em que os índices de desenvolvimento são acompanhados por indicadores gritantes de desigualdade, exclusão social e degradação ecológica. Utilizado a expressão de Warat, a promessa de igualdade nunca passou de uma fantasia jurídica (SANTOS, 2011, p. 13).

As palavras do sociólogo e professor português refletem de forma clara que o Estado, por si só, vem deixando muitas dívidas pelo descumprimento das promessas de modernidade. E isso é verificado no dia a dia das pessoas mais vulneráveis, que não têm acesso às políticas públicas mais básicas. Ademais, a fim de que o Direito e a justiça sejam efetivos fatores de emancipação social, possibilitando que os mais vulneráveis tenham os seus direitos efetivamente realizados, o acesso à justiça é um direito fundamental, visto que a justiça está intrinsecamente ligada à igualdade e à promoção da justiça social.

E o Poder Judiciário passa a ser fundamental na garantia dos direitos dos menos favorecidos, a fim de equilibrar as forças desiguais no mundo atual. O jurista italiano Mauro Cappelletti, em seus estudos sobre o sistema jurídico e as formas de acesso à justiça, já identificara a expressão “terceiro gigante” para o Judiciário, a fim de manter tal equilíbrio:

Vivemos o fenômeno do pluralismo, no sentido de que não é suficiente a divisão simplista entre público e privado, Estado e indivíduo. Surgem formações intermediárias de extrema importância, capazes de representar o indivíduo e de protegê-lo contra os efeitos potencialmente desastrosos da economia de massa, da sociedade de massa (CAPPELLETTI, p. 180, 1985).

No entanto, o cenário brasileiro vem apresentando grande litigiosidade, e o Poder Judiciário não vem trazendo as respostas necessárias aos menos favorecidos. De acordo com dados do CNJ, no ano de 2020, foram 75,4 milhões

de processos em tramitação, aguardando uma solução definitiva, com um tempo médio de finalização de 5 anos e 2 meses. Embora o número de processos pendentes a partir de 2016 venha diminuindo (eram 79,9 milhões em 2016), o número de processos judiciais no Brasil continua muito grande.

Em resposta a esse cenário, a Resolução 125/2010 do CNJ institucionalizou uma política pública de acesso à justiça, tendência mantida pelo Código de Processo Civil de 2015 e por diversos provimentos do CNJ. Thomas Dye traz o conceito de que será política pública tudo aquilo que o governo decida ou não fazer (DYE, 2013, p. 03). Maria Paula Dallari Bucci complementa o conceito, definindo que as políticas públicas são os programas de ação do governo, para a realização de objetivos determinados, num espaço de tempo certo (BUCCI, 1996, p.180). Já Felipe de Melo Fonte traz ainda um conceito um pouco mais detalhado, em que as políticas públicas compreendem um conjunto de atos e fatos jurídicos que têm por finalidade a concretização de objetivos estatais da Administração Pública (FONTE, 2015, p. 57).

Assim, a partir da identificação de um problema real da sociedade brasileira, o Poder Judiciário, por meio do CNJ, tomou ações a fim de propor soluções para mudar essa realidade social. Dessa forma, foi efetivado um modelo de justiça multiportas em que, embora o Poder Judiciário esteja sempre disponível, passa a não ser mais a única via de acesso à justiça. Os notários e registradores, titulares das serventias extrajudiciais, são profissionais do Direito, que recebem delegação por meio de concurso público de provas e títulos, e são fiscalizados pelo Poder Judiciário. A Constituição de 1988 trouxe maior projeção jurídica a tais serviços, e diversas alterações legais posteriores. A Carta Magna de 1988 ratificou o papel fundamental dos serviços extrajudiciais no art. 236:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

Dessa forma, muitos procedimentos foram facilitados e as serventias extrajudiciais passaram a ser executoras dessa política pública de acesso à justiça. E os notários e registradores, que já exerciam um importante papel na busca pela pacificação social, passaram a exercer mais atividades nesse cenário. Há diversos tipos de serviços prestados pelas serventias, desde a garantia ao direito de propriedade, por meio do Registro de Imóveis, até a recuperação de crédito por meio do protesto de títulos no Tabelionato de Protesto. Já o Tabelião de Notas atua prevenindo litígios, sendo um assessor jurídico na confecção de instrumentos jurídicos, além da execução de alguns procedimentos que antes eram somente judiciais, como divórcios e inventários, um caso de sucesso nessa política pública de acesso à justiça executada pelas serventias¹⁸.

Já o Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) é o cartório responsável pela emissão da Certidão de Nascimento, documento fundamental para que a pessoa possa exercer a sua cidadania, além de realizar outros procedimentos, como alterações de nome, inclusive por declaração de mudança de gênero, reconhecimento de paternidade, celebração e registro de casamentos, inclusive homoafetivos. Assim, a Certidão de Nascimento, primeiro documento que a pessoa possui ao adquirir personalidade jurídica, é o elemento inicial de individualização, produzindo efeitos jurídicos, econômicos e estatísticos. Sem individualidade, dilui-se na mais primitiva e bruta humanidade, deixando de ser pessoa, ao menos para o mundo dos direitos. (NETO, 2014, p. 19).

Importante citar, ainda, que a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) prevê a existência de pelo menos uma unidade de RCPN em cada município do Brasil. Apenas como ilustração, dados de 2021 contabilizam 7.800 Cartórios de RCPN espalhados pelo Brasil. Um fato relevante foi a promulgação da Lei Federal nº 13.484/17, que transformou os Cartórios de RCPN em Ofícios da Cidadania, permitindo convênios com diversos órgãos para a emissão de outros documentos como RG, CPF e passaporte. Considerando a grande capilaridade dessas serventias, o RCPN torna-se fator fundamental para a proteção de direitos fundamentais, principalmente de minorias que lutam por reconhecimento.

Por fim, os Cartórios geram informações fundamentais para o planejamento de diversas políticas públicas, como estudos estatísticos dos índices de natalidade, mortalidade, densidade demográfica, além de alimentarem diversos bancos de dados públicos que evitam fraudes como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal do Brasil (RFB) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

18 Estimativas da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG-BR) demonstram que, desde a promulgação da Lei 11.441, a execução de procedimentos de divórcio e de inventário nos Tabelionatos de Notas gerou uma redução do prazo em relação ao processo judicial de um ano para um dia e de dez anos para quinze dias, respectivamente, além de uma economia estimada até 2020 de R\$ 6,3 bilhões aos cofres públicos.

Os direitos de personalidade e a alteração de nome e de sexo

Os direitos de personalidade são direitos próprios da pessoa em si (ou originários), existentes por sua natureza, como ente humano, com o nascimento. Referem-se às suas projeções para o mundo exterior (a pessoa como ente moral e social, ou seja, em seu relacionamento com a sociedade) (BITTAR, 2000, p.10). Assim, tais direitos são essenciais à pessoa, tendo por base a dignidade da pessoa humana, que é fundamento básico da República Federativa do Brasil (Inciso III do Art. 1º da Constituição Federal de 1988).

A primeira classificação de direitos de personalidade foi feita por Orlando Gomes: direitos à integridade física (direito à vida e direito sobre o próprio corpo) e direitos à integridade moral (direito à honra, direito à liberdade, direito ao nome, direito moral, direito à imagem) (GOMES, 1998, p 153-154). Já Rubens Limongi França, corroborado por Maria Helena Diniz, dividiu os direitos de personalidade em três grandes categorias: direito à integridade intelectual (direito à liberdade de pensamento, direito de autor), física (direito à vida, ao corpo, aos alimentos) e moral (liberdade civil, política, religiosa, honra, imagem, identidade pessoal, segredo pessoal) (FRANÇA, 1998, p. 1029-1030).

O Código Civil (Lei 10.406/2002) trouxe em seu Capítulo II a previsão dos Direitos de Personalidade, em que o direito ao nome é previsto nos Art. 16 a 19:

Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Além de elemento de individualização da pessoa humana, o nome é parte integrante da personalidade, tendo inclusive garantias de proteção como exposto nos artigos acima. Além disso, o direito geral de personalidade protege também a identidade de gênero, visto ser importante para a identidade individual e a percepção pessoal. O transexual é uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu. Até 2018, não havia normatização da alteração do prenome em virtude de mudança de sexo no

Brasil. Era necessária a ida ao Poder Judiciário para que o direito à identidade pessoal fosse assegurado. Porém, ao julgar a ADI 4275/DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de alteração de nome e sexo no registro de nascimento, independentemente de autorização judicial. Cita-se trecho do voto do Ministro Celso de Mello nesta decisão:

Esta decisão – que torna efetivo o princípio da igualdade, que assegura respeito à liberdade pessoal e à autonomia individual, que confere primazia à dignidade da pessoa humana (...)

O exercício desse direito básico, que pode importar em modificação de aparência ou em alteração das funções corporais do transgênero, também legitima a possibilidade de retificação dos assentamentos registrais, com a conseqüente mudança do pronome e da imagem registrados em sua documentação pessoal. (STF, Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275/DF, Relator: Min. Marco Aurélio. Data de Julgamento: 01/03/2018).

Importante demarcar, no que diz respeito aos transexuais, que esse movimento de ultrapassar limites já estabelecidos e consolidados tradicionalmente em relação ao gênero ou à sexualidade, na medida em que é posta em xeque e altera-se códigos já estabelecidos como padrão de conduta, tem levado a sociedade a estabelecer rótulos como “desviante” e “anormal”, suscetível a retaliações e julgamentos porquanto minoria de direitos. Cumpre considerar que “o tema da diversidade sexual é uma das feições mais complexas e de difícil tratamento da sexualidade por parte da sociedade humana” (HOGEMANN, 2014, p. 217-231). Isso porque o reconhecer-se como homem ou mulher não fundamentalmente guarda correspondência ao sexo biológico: transexuais e travestis, por exemplo, representam identidades que não correspondem aos padrões estabelecidos pela sociedade. Daí o porquê da importância da proteção do direito ao nome, consubstanciado não somente na inscrição do registro de nascimento junto ao cartório do registro civil, mas principalmente na liberdade da autonomia do transexual em exercer tal direito em consonância com sua opção de gênero e do esquecimento a uma condição pretérita indesejada e, muitas vezes, de profundo sofrimento.

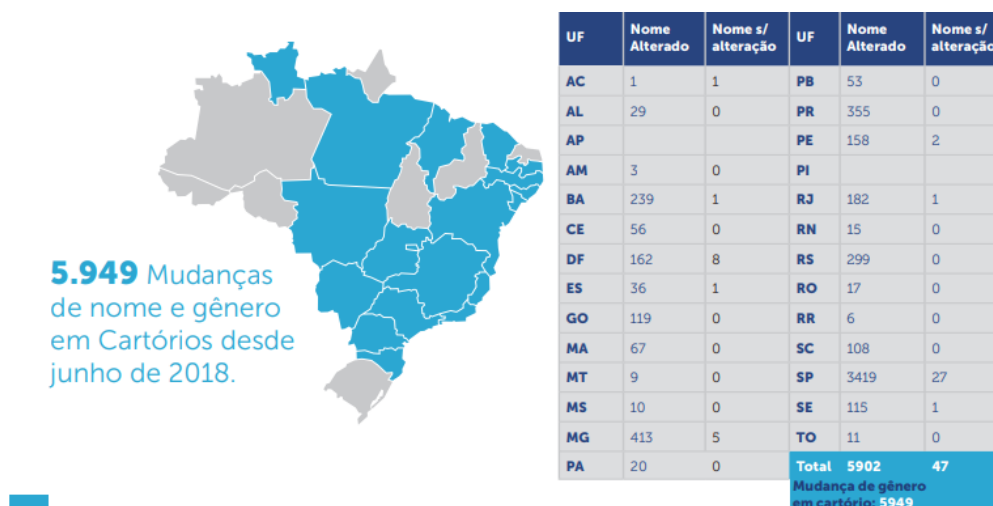
O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia decidido pela possibilidade de alteração do nome do transexual operado para o apelido público e notório, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, por meio dos Recursos Especiais – REsp 737.993/MG e REsp 1.008.398/SP. Dando interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José das Costa Rica ao Art. 58 de Lei 6.015/73 – Lei de Registros Públicos, o STF ratificou o entendimento, frisando inclusive a desnecessidade de cirurgia ou tratamento hormonal:

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. (Redação dada pela Lei nº 9.708, de 1998).

Importante citar tal decisão como fundamental ao Estado Democrático de Direito e aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, tanto que o CNJ, dado o seu poder de normatização geral das serventias extrajudiciais, editou o já citado Provimento 73/2018, regulamentando a alteração do nome e do sexo diretamente no RCPN. Ressaltando que a Certidão de Nascimento, que possui o nome da pessoa natural, é fundamental para o exercício da cidadania que, em sua concepção mais ampla, abrange muito mais do que exercer direitos políticos, sendo entendida como próprio direito de possuir direitos, o que dá a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo (DALLARI, 1998, p. 14).

Dados da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG-BR) mostram que já foram efetuadas 5.949 mudanças de nome e gênero em Cartórios de RCPN entre Junho de 2018 e Novembro de 2021, o que demonstra a relevância de tal possibilidade a partir do Provimento nº 73/2018:

Figura 1: mudanças de nome e gênero em Cartórios brasileiros.



Na visão de Alain Touraine, o regime democrático é a forma de vida política que dá maior liberdade ao maior número de pessoas, que protege e reconhece a maior diversidade possível. A democracia não existe sem o reconhecimento da diversidade de crenças, origens e opiniões (TOURAINÉ, 1996, p. 104). Dessa forma, chega-se à relevância do reconhecimento de direitos das minorias no contexto do regime democrático.

O direito ao esquecimento no caso dos transexuais

Desde a Grécia antiga, a liberdade de expressão já se apresentava como tema fundamental para a sociedade: qualquer que fosse o debate público, se não fosse aberto aos cidadãos atenienses, era considerado como um sintoma de grave doença ao corpo político (COMPARATO, 2001, p. 156-157). Sem maiores pretensões de esgotar o histórico deste direito, vale ressaltar que, ainda em 1798, na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, baseado no ideal de liberdade, igualdade e fraternidade humanas, já previu em seus Artigos 10 e 11 a liberdade de opinião:

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Já em Constituições, o direito à liberdade de expressão foi expresso pela primeira vez na Constituição Norte Americana de 1788, contida na primeira emenda que passou a ser adotada em 1791:

EMENDA I – O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos.

Além de expressa previsão tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (art. 19), como no Pacto de San Jose da Costa Rica em 1969 (art. 13)¹⁹, esse breve histórico demonstra a relação umbilical entre liberdade de expressão e democracia. Bobbio contrapõe democracia ao segredo: se, por um lado, a democracia é o governo visível ao público, o segredo, por outro, é aquilo que não deve ser visto (BOBBIO, 2015, p. 43). Cass Sustein ainda faz uma citação de um dos juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos quanto à importância de liberdade de expressão:

19 Artigo 19: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo 13 – Liberdade de pensamento e de expressão: Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.

Louis Brandeis, um dos maiores juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos, insistiu que a maior ameaça à liberdade é “um povo inerte”. Para evitar a inércia, um público democrático deve certamente estar livre de censura (SUSTEIN, 2017, p. 7).

As citações acima corroboram a importância do direito à liberdade de expressão para um verdadeiro Estado Democrático de Direito. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) ratificou esse entendimento visto que, nos ditames do Artigo 1º, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e, ainda, previu diversos artigos relacionados à liberdade de expressão no rol de direitos e garantias fundamentais, presentes no Art. 5º. Tais direitos e garantias têm como objetivo o respeito à dignidade de pessoa humana, contra o arbítrio do poder estatal, estabelecendo condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana. No tocante ao tema liberdade de expressão, considera-se a combinação de alguns incisos do Art. 5º, a saber IV, V, IX, XII e XIV:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Considerando as diversas formas de expressão humana, o direito de expressar-se envolve liberdade de expressão, em sentido amplo, como um conjunto de direitos relacionados às liberdades de comunicação, que compreende: a liberdade de expressão em sentido estrito (ou seja, de manifestação do pensamento ou de opinião), a liberdade de criação e de imprensa, bem como o direito de informação (TÓRRES, 2013, p. 62). Assim, além de ser um direito fundamental, a liberdade de expressão é um dos mais relevantes e preciosos direitos fundamentais, correspondendo a uma das mais antigas reivindicações dos homens de todos os tempos. (BRANCO, 2009, p. 402). Porém, mesmo sendo um direito fundamental, a liberdade de expressão não se sobrepõe de forma absoluta aos demais direitos.

No tocante à intimidade, o conflito com o direito à liberdade de expressão ganhou notoriedade nos últimos anos, conforme relata Regina Vera Villas Bôas:

Nos últimos anos o conflito entre liberdade de expressão e intimidade tem despertado, no Brasil, grande interesse da doutrina jurídica, dos meios de comunicação e da sociedade em geral, especialmente a respeito dos limites a que a imprensa estaria submetida ao noticiar certos fatos, afetos à vida privada, do cidadão comum e de determinadas pessoas públicas (BÔAS, 2014, p. 59).

O direito ao esquecimento pode ser interpretado como uma das facetas da vida privada, ligado diretamente à intimidade, em que a pessoa deseja impedir a exposição de um fato passado, ainda que verdadeiro. O termo, cunhado por Viktor Mayer Schonberger, Professor de Governança e Regulação da Internet na Universidade de Oxford, advém da expressão norte-americana *the right to be forgotten* e demonstra o impasse citado no parágrafo anterior, contrapondo o avanço da tecnologia da comunicação e informação e o controle de dados particulares.

Um caso de grande repercussão quanto ao direito de esquecimento foi o da apresentadora Xuxa Meneghel, que perdeu a ação que movia contra o Google. A ex-modelo pedia que a empresa excluísse de sua pesquisa qualquer conteúdo para a expressão “Xuxa pedófila” e deixasse de disponibilizar imagens dela nua, dado que a apresentadora havia atuado num filme envolvendo crianças. A defesa da apresentadora alegou direito ao esquecimento e ressaltou decisões condenando o Google na União Europeia. Em primeira instância, o resultado foi favorável ao Google, sendo que a 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro também indeferiu o recurso. Em Recurso Especial no Superior Tribunal de Justiça, o pedido também foi indeferido e a Relatora, Ministra Nancy Andrighi, entendeu que restringir as buscas conforme requerido pela autora reprimiria o direito à informação. No caso em apreço, foram citadas algumas expressões que poderiam ser prejudicadas como, por exemplo, outros crimes de pedofilia ou até mesmo homônimos como o caso do nadador brasileiro também conhecido como Xuxa.

Por outro lado, um caso europeu emblemático de direito ao esquecimento envolveu também o Google, caso inclusive citado pela defesa de Xuxa. Em 1998, o jornal espanhol La Vanguardia publicou dois anúncios sobre a alienação de imóveis em hasta pública para pagamento de dívidas da Seguridade Social, sendo um desses imóveis de Mario Gonzáles, cidadão espanhol. Alguns anos após o pagamento da dívida, González percebeu, ao pesquisar seu nome no Google, que aparecia como resposta as páginas do jornal com os anúncios da hasta pública. Mario tentou solicitar a retirada desses dados diretamente ao Jornal e ao Google, que negaram, protocolando ação junto à Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD) em 2010, que acolheu em parte o seu pedido

(manteve a publicação no jornal). A empresa Google recorreu e a decisão foi suspensa e submetida à Corte da União Europeia, que decidiu no sentido de que a busca não deveria retornar tais informações e que as empresas que administram os motores de busca devem suprimir as informações da busca, sem necessidade de processo judicial.

Vale ressaltar que houve alteração do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia (Regulamento 2016/679), com a inclusão do Art. 17 do “Direito ao apagamento dos dados”, que passou a ter força de lei. Já no Brasil, a Lei 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) trouxe mecanismos para auxiliar na contraposição entre direito ao esquecimento e liberdade de expressão, muito embora traga em seu Art. 2º diversos fundamentos, sem qualquer hierarquia:

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

Percebe-se que a LGPD traz, como fundamentos, tanto o direito à intimidade, como o direito à liberdade de expressão. Porém, a Lei fala também em “eliminação”, definida no inciso XIV do Art. 5º:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável; (...)

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico; (...)

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Entende-se que tal eliminação faria o papel do direito ao esquecimento, porém ainda persiste a necessidade de análise do caso concreto para a contraposição dos direitos, sendo uma possível forma de solução do caso concreto a aplicação da lei de sopesamento de Robert Alexy:

Havendo colisões entre princípios jurídicos na sua condição ideal, pela aplicação máxima de suas ordens a solução proposta seria um refinamento de acordo com as soluções jurídicas e fáticas entrelaçadas em determinado caso concreto. Isso se daria pela orientação da máxima da proporcionalidade, em que, uma vez constatada a adequação e necessidade, a resolução das ordens contrárias entre princípios seria resolvida pela lei de sopesamento, ou proporcionalidade em sentido estrito (ALEXY, 2009, p. 148).

Dessa forma, se há colisão entre dois princípios, um deles terá de ceder. Assim, sob determinadas circunstâncias concretas, um deles terá precedência sobre outro e, sob outras condições, a precedência poderá ser oposta. No caso de alteração de nome dos transexuais, deve-se considerar, por exemplo, os reflexos dessa alteração em outras pessoas envolvidas como, por exemplo, a existência de descendentes, além de outras questões de interesse público que possam influenciar a ponderação.

CONSIDERAÇÕES

Chega-se à parte conclusiva do presente, em que o Poder Judiciário decidiu no sentido de manter a dignidade das pessoas transexuais, com a proteção de seus direitos de personalidade, ao autorizar a alteração de nome e de sexo diretamente no Registro Civil das Pessoas Naturais. E tal decisão, acertadamente, fora ratificada e nacionalizada por meio do Provimento 73/2018 do CNJ. O nome da pessoa natural é um atributo da personalidade que identifica a pessoa na sociedade e que reflete o direito à identidade pessoal, estando diretamente ligado à dignidade da pessoa humana, princípio fundamental da Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, a liberdade de expressão é um princípio básico dos estados democráticos, e há um aparente conflito com o direito à privacidade quando há a exposição de dados do transexual anteriores à alteração de nome. Tal exposição não deveria ser realizada contra a sua vontade, corroborando a aplicação do direito ao esquecimento e a proteção dos direitos de personalidade do transexual. Ademais, o atual estágio de desenvolvimento da Internet faz com que a velocidade de divulgação das informações possa colocar em risco a privacidade de diversos indivíduos, inclusive com geração de danos à imagem muitas vezes irreversíveis.

Dessa forma, é necessário considerar o caso concreto para uma ponderação entre liberdade de expressão e direito à intimidade e a conclusão de qual dos princípios deverá prevalecer. Assim, conclui-se que seria viável a não exibição dessas informações sem contrapor a liberdade de expressão em algumas situações. O direito ao esquecimento do antigo nome vai em busca da preservação de sua intimidade para construir uma nova história. Importante destacar que, embora o nome seja alterado, são mantidos os mesmos documentos de identificação (RG e CPF), o que reduz riscos de possíveis fraudes. Assim, em casos específicos como, por exemplo, por razões de interesse público, a divulgação poderia ser efetuada em contraposição ao direito à privacidade do transexual.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL. *Cartório em Números - 3ª Edição de 2021*. Brasília: ANOREG, 2022. Disponível em: https://www.anoreg.org.br/site/wp-content/uploads/2021/12/Anoreg_BR-Cart%C3%B3rios-em-N%C3%BAmoros-2021-3%C2%AA-Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BLOUSTEIN, Edward J. **The origin, validity, and interrelationships of the political values served by freedom of expression**. Rutgers Law Review, 1980.

BÔAS, Regina Vera Villas. O direito fundamental à liberdade de expressão em face do direito fundamental à intimidade. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, RT, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e Segredo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2015.

_____. **Governo dos homens ou governo das leis**. In: **O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. **Liberalismo e Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Número – Ano 2020**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-justica-em-numeros2021-221121.pdf>.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento nº 3/2009**. Implementa mudanças nos modelos das certidões de nascimento, de casamento e de óbito, em consideração às sugestões apresentadas pela Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Brasil – ARPEN-BR. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1310>.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento nº 73/2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 125/2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 175/2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

_____. **Decreto nº 678/1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Do678.htm.

_____. **Lei nº 6.015/1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm.

_____. **Lei nº 8.935/1994**. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8935.htm.

_____. **Lei nº 10.406/2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.

_____. **Lei nº 11.441/2007**. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11441.htm.

_____. **Lei nº 13.105/2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.

_____. **Lei nº 13.709/2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Jurisprudência do STJ**. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/SCON/>.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudência**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/pesquisarInteiroTeor.asp>.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **As políticas públicas e o direito administrativo**. Revista Trimestral de Direito Público. n. 13, 1996.

_____. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BUENO, José Antônio Pimenta. **Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Serviço de Documentação, 1958.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. *Tutela dos interesses difusos*. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, ano XII, n. 33, p. 169-182, mar. 1985.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie. Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

COLLIARD, Claude-Albert. **Libertés Publiques**. Paris: Dalloz, 1972.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Wills Santiago (coord). **Direito Constitucional: Estudos em homenagem a Paulo Bonavides**. São Paulo: Malheiros, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

-
- DYE, Thomas. **Understanding public policy**. 14. ed. NJ: Prentice Hall, 2013.
- EL DEBS, Martha (coord). **O Registro Civil das Pessoas Naturais – Temas aprofundados**. Salvador: Editora Juspodivm, 2019.
- EL DEBS, Martha; JÚNIOR, Izaías Gomes Ferro (coord). **O Registro Civil das Pessoas Naturais – Reflexões sobre temas atuais**. 2. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020
- FONTE, Felipe de Melo. **Políticas Públicas e Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- FRANÇA, Rubens Limongi. **Instituições de Direito Civil**. São Paulo, Saraiva, 1998.
- GALDINO, Valéria Silva; RUFFO, Luiz Augusto; CAZELATTO, Caio Eduardo Costa. **Direito ao esquecimento enquanto instrumento de efetivação dos direitos dos transgêneros**. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rppgd/article/view/29020/17274>. Consulta realizada em: 23 mar. 2022.
- GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos humanos e diversidade sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. *In: Revista SJRJ*, v. 21, n. 39, p. 217-231, 2014.
- LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos – Teoria e Prática**. 11 ed. Salvador: Juspodivm. 2021.
- MACEDO, Lírida. **Direito ao esquecimento e a LGPD**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/335739/direito-ao-esquecimento-e-a-lgpd>.
- MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MORAES, Alexandre De. **Direito Constitucional**. 21. ed. São Paulo: Jurídico Atlas, 2007.
- MOREIRA, Rodrigo Pereira; ALVES, Rubens Valtecides. Direito ao esquecimento e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa transexual. **Revista de Direito Privado**, São Paulo: Ed. RT, 2015.
- NETO, Mario de Carvalho Camargo. **Registro Civil das Pessoas Naturais I, Parte Geral e Registro de Nascimento**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
-

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

SUNSTEIN, Cass. **#Republic: divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TÔRRES, Fernanda Carolina. **O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/502937>.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a Democracia?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

POR UMA REVISÃO DO CÂNONE:

A voz delas é resistência

Marcele Aires Franceschini

Professora do Programa de Pós-graduação em Letras (PLE)
e do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias (DTL)
da Universidade Estadual de Maringá (UEM).
Doutorado em Literatura Brasileira (USP, 2009)
Contato: mafranceschini@uem.br
<https://orcid.org/0000-0001-7060-9629>

Resumo: Este texto, primeiramente, aborda a noção histórica de interseccionalidade, partindo-se das intelectuais negras norte-americanas, na década de 1980, a fim de dialogar com pensadoras brasileiras, tomando-se como ponto de partida a ideia de amefricanismo de Lélia Gonzalez e o quilombismo de Beatriz Nascimento. A partir da teoria, apresentam-se aqui textos poéticos que fazem parte de um amplo coletivo de escritoras negras no Brasil, a exemplo de Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Jarid Arraes e Ryane Leão. Buscou-se traçar o percurso das autoras negro-brasileiras e suas intrínsecas formas de resistência à imposição de uma literatura moldada no pensamento colonial, hegemônico. O objetivo é que nomes tanto de autoras ancestrais quanto das contemporâneas se manifestem, ampliem-se e sejam celebrados na construção de um novo e orgânico cânone literário nacional.

Palavras-chave: Autoras negras; Literatura brasileira; Novo cânone; Ancestralidade.

Abstract: Firstly, this text offers a historical notion of intersectionality from the North-American Black intellectuals, mainly from the 1980's, in order to dialogue with Brazilian thinkers of the time, taking as the starting point the concept of Amefricanism from Lélia Gonzalez and the idea of Quilombism from Beatriz Nascimento. From the theory, hereby are presented poetic texts which are part of a wide collective of Black Brazilian writers such as Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Jarid Arraes, and Ryane Leão. It was traced the route of distinct Black Brazilian writers and their inherent ways of resistance against the imposition of a literature which is shaped by the hegemonic, colonial thinking. Our aim is to manifest either ancestral female authors as their contemporaries, in such a manner their names are spread out and keep safeguarded in a new, organic national canon.

Key words: Black writers; Brazilian Literature; New canon; Ancestry.

INTRODUÇÃO – SOBRE AS OMISSÕES

Por séculos, a história oficial da literatura brasileira não validou, consagrou, estudou ou ousou colocar autores(as) negros(as) brasileiros(as) no cânone nacional. O exemplo de Maria Firmina dos Reis (1822–1917) é categórico: por que a escritora maranhense não teve sua prosa elencada como representante da tradição romântica se seguiu os preceitos formais e conteudísticos de sua escola? Por que somente um século após sua morte é considerada a primeira romancista brasileira, com a publicação de *Úrsula*, em 1859? Vamos a outro questionamento: por que tantas décadas se passaram até que a crítica, os intelectuais e a academia consagrassem a obra de Carolina Maria de Jesus, que já na primeira edição de *Quarto de despejo* (1960) vendeu mais de um milhão de cópias, traduzida a catorze idiomas? Por que críticos ainda se mostram reticentes a aceitar seu talento literário? Em 17 de abril de 2017, em evento na Academia Carioca de Letras, o professor Ivan Cavalcanti Proença afirmou: “Só tem uma coisa, isso não é literatura [...] Isso pode ser um diário e há inclusive o gênero, mas, definitivamente, isso não é literatura” (*apud* LUCINDA, 2017). Como se não bastasse o constrangimento, visto que o evento era em homenagem à escritora, o crítico comentou que havia ouvido de muitos intelectuais paulistas: “Se essa mulher escreve, qualquer um pode escrever” (*apud* GUIMARÃES, FORTUNA, 2017).

Tais considerações reforçam que, “como ideia, a literatura negra congrega uma potência irreduzível de ruptura”, sobretudo porque “mescla em um sintagma dois nominativos que a racionalidade eurocêntrica não concebe em paralelo: como já foi dito por inúmeros pensadores negros e antirracistas” (MIRANDA, 2019, p. 18). A pesquisadora ainda adverte que, “diferente do que acontece com ‘música negra’, ‘arte negra’, ‘dança negra’, etc., a ‘literatura negra’ causa incômodo e reação porque deliberadamente posiciona o negro como sujeito da escrita” (MIRANDA, 2019, p. 18).

Não obstante, as omissões e demonstrações de racismo não são fortes o suficiente para apagar as vozes de autoria negra. É justamente com o intuito de corrigir ou ao menos reparar tais lapsos que a interseccionalidade pode agir como metodologia. Remontando-se à origem do termo, a jurista Kimberlé Crenshaw o cunhou em 1989, no texto “*Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*” (“Desmarginalizando a intersecção de raça e de sexo; uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e das políticas antirracistas” – trad. nossa). Contudo, Crenshaw o inaugura porque ceifou o que plantou o movimento de conscientização e politização da mulher negra norte-americana, com nomes como Angela Davis em *Women, Race and Class* (*Mulheres, raça e classe*, 1981); bell hooks em *Ain’t I a Woman?: Black Women and Feminism* (*Não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*, 1981); Alice Walker em *In Search of Our Mothers’ Gardens* (*Em busca dos jardins de nossas*

mães, 1983); Audre Lorde em *Sister Outsider (Irmã outsider, 1984)*, Patricia Hill Collins em “*Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought*”²⁰ (“Aprendendo com a *outsider* de dentro: o significado social do pensamento feminista negro”, 1986), entre outras pensadoras.

Ainda na década de oitenta, o Brasil segue o fluxo e propõe debates com Lélia Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1983), “Mulher negra” (1985), “Por um feminismo afrolatinoamericano” (1988), “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social” (1988), entre outros textos. A intelectual mineira é uma das pioneiras ao adotar a visão de interseccionalidade em seus estudos – ainda que o termo não estivesse em voga então. Seu conceito de “amefricanidade” (1988) é pioneiro na sistematização de discussões em torno da tríade “racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos” (GONZALEZ, 1988a, p. 71). A autora pensa as “implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade” para além de suas “limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico”, na tentativa de agregar “todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” no que se relaciona à realidade “afrocentrada” (GONZALEZ, 1988a, p. 76).

Desde então, a abordagem acerca da interseccionalidade tem sido usada em profusão. Em entrevista, Patricia Hill Collins define o conceito como um “quadro de referência que diz respeito primeira ou unicamente à experiência das mulheres de cor, das pessoas negras, das minorias sexuais, dos pobres, jovens e politicamente excluídos”. Na sequência, a autora ressalta que “a interseccionalidade não é um campo que pretenda explicar ou manter a ordem social; ao contrário, almeja criticá-la e transformá-la” (*apud* GUIMARÃES, 2021, p. 288).

Assim que, ao tomarmos o conceito de interseccionalidade aplicada à literatura brasileira, é preciso partir da ideia de reconstrução do cânone nacional. Cuti, em *Literatura negro-brasileira*, observa que “o chamado cânone literário predominante no Brasil é de estofado europeu” (2010, p. 48). O teórico questiona: “Qual a margem de negociação para quem deseja furar o bloqueio que o cerca no ato da construção de seu texto?”, e logo responde: “Pagar o preço pela ousadia de tentar propor a mudança de hábitos de escrita cristalizados e pagar o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área” (CUTI, 2010, p. 49).

De fato, reconstruir o cânone é sinônimo de renovar textos, normas e nomes formadores em aderência às instâncias de poder. Com relação à crítica literária, o sociólogo francês Roger Bastide é um dos pioneiros a incluir autores negros em *A poesia afro-brasileira*, publicado em 1943. Contudo, os nomes que compõem a obra são apenas masculinos: Gonçalves Crespo, Cruz e Sousa,

²⁰ Todos os títulos são traduções nossas. Lembrando-se que o termo “outsider” se refere à “forasteira”, “intrusa”, “marginal”, e, nas obras supracitadas, pode ser traduzido como “de fora do sistema”, “contrária ao sistema”.

Gonçalves Dias, dentre outros. Não consta um só nome de escritora mulher na seleção – nem de mulher, nem de mulher negra. A razão da omissão nos é historicamente conhecida: durante o regime escravocrata e mesmo no pós-abolição, o pensamento era o de que, como “as mulheres africanas já trabalhavam na agricultura antes de serem transportadas para a América, isto foi entendido como uma confirmação de que elas ‘naturalmente’ serviam para o trabalho nas plantations, em oposição à figura ‘frágil’ da mulher branca europeia” (SOUSA, 2021, p. 199). Jamais o sistema escravocrata permitiria que a mulher, negra, ocupasse outros espaços senão o trabalho pesado, a função de procriar e servir, sem acesso à educação e à literatura.

Como romper, pois, com “os discursos sacralizados da tradição”, como aponta Zolin (2009, p. 218)? Hoje, passados mais de um século da abolição, a academia pode – e deve – reavaliar o cânone. Veja-se o exemplo de Carolina Maria de Jesus, que em fevereiro de 2021 recebeu o título de Dra. Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tais acontecimentos, porém, só foram alcançados porque novos estudos sobre sua obra vêm, cada vez mais, sendo desenvolvidos, impulsionados, sobretudo pela filha da autora, Vera Eunice, uma das protagonistas nas edições de Carolina. Outro caso feliz é o de Conceição Evaristo, que em setembro de 2022 tomou posse como titular da Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência, da Universidade de São Paulo.

Nesse compasso, esboçam-se questões acerca do cânone e da vital participação da autoria negra de mulheres na literatura brasileira. Desde já importa observar que esse estudo adota a terminologia “literatura negro-brasileira”, cunhada por Cuti: “O sujeito étnico negro do discurso enraíza-se, geralmente, no arsenal da memória do escritor negro. E a memória nos oferece não apenas cenas do passado, mas formas de pensar e sentir, além de experiências emocionais” (CUTI, 2010, p. 89). Assim que importa aqui a noção de autoria da mulher negra como agente de seu texto, crítica de sua sociedade, verdadeira cronista de seu tempo:

Os conceitos para articular a ideia de literatura negra estão em amplo funcionamento, provando sua substância e nos dando margem para, enquanto corpo crítico que já parte da herança deixada pelos primeiros estudiosos (que precisaram empenhar todos os esforços para mostrar a legitimidade de tal produção), tentar ficar a par das tessituras de variadas linhas, de textos que capturam, atingem, significam, comunicam – independente do aparato conceitual prévio mobilizado pela crítica (MIRANDA, 2019, p. 39).

Precisamente, a leitura de *Silêncios e prescritos* (2019), da pesquisadora Fernanda Miranda, traz a análise de oito romances de autoras negras brasileiras, que escreveram entre 1859 e 2006. Sem dúvidas, ações como esta nascem

na tentativa de reinserção do cânone literário, deixando-se nomes clássicos, homogênicos de lado, dando-se primazia às autoras mulheres, negras, antes caladas. Recortes interseccionais importam à historiografia literária e à produção de autoras que foram relagadas ao esquecimento – ou ao menos à tentativa de.

Além de Cuti, essa revisão bibliográfica compartilha da visão de negritude expressa por Munanga (2015), que entende que as definições de “negro(a)” no Brasil, principalmente as difundidas pelo Movimento Negro, apresentam caráter político e social, e não biológico:

O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente. No entanto, o racismo no século XXI não precisa mais do conceito de raça, pois se fundamenta sobre novas essencializações (MUNANGA, 2015, p. 25).

Com esta prerrogativa em mente, importa pensar que implantar ações afirmativas na área da historiografia/crítica literária da produção de autoras negras brasileiras são urgentes, pois salvar as memórias, os escritos e os percursos sociais, políticos, econômicos, culturais e étnicos dessas mulheres é garantir seu lugar de direito na produção da literatura nacional.

AMEFRICANANDO, SULEANDO CONCEITOS

Outro vocábulo adotado aqui é ‘*sulear*’, usado como enfrentamento ao caráter superior do termo ‘*nortear*’, contrariando a lógica eurocêntrica como referência universal. Na década de 1990, Paulo Freire usou a expressão “*suleá-los*” em *Pedagogia da esperança*, propondo uma aproximação à “pedagogia do oprimido” (1992, p. 15). Freire se apoiou no conceito do físico brasileiro Marcio D’Olme Campos, que em “*A Arte de sulear-se*” (1991) faz menção aos termos “*sulear-se*” e “*suleamento*”, denunciando as demarcações de territórios/espacos e épocas que se apoiaram exclusivamente na realidade dos países colonizadores/dominantes. De modo que associamos *sulear* não apenas à questão geográfica, mas a epistemologias que valorizem e reconstruam a identidade negra, ou, nas palavras de Freire, como “práticas educativas emancipatórias” (1992, p. 15).

Intentamos aqui *sulear* conceitos que celebram a mulher negra na posição de intelectual, produtora de literatura, que se quer emancipada e vê na escrita um lugar para isso. A poeta e atriz Elisa Lucinda, em “A escrevente” (2016, p. 199), posiciona-se: “Eu escrevo o meu desejo / ‘Poesia é o documento do sonho’ / De quem não aceita o degredo”. Conceição Evaristo, em “Ao escrever” (2017, p. 90), confia no coletivo: “Ao escrever a dor, / sozinha, / buscando a ressonância

/ do outro em mim / há neste constante movimento / a ilusão-esperança / da dupla sonância nossa”. Já a poeta Jarid Arraes, em “Caligrafia da resistência”, poema em homenagem à Conceição Evaristo e Amelinha Teles (2018), salienta sua metodologia literária: “queria ter essas / mãos / que escrevem / a caligrafia da resistência / os discursos que / irão e continuarão / exclamando cheios / de força / jorrando / identificação / essas mãos” (grifo nosso).

Resistente, pulsante, visceral, a escrita da mulher negra se configura como contraponto interseccional no sistema literário nacional. Vozes não faltam, e elas falam mais alto na coletividade, como esboça Jarid Arraes sobre a ideia grifada acima:

A caligrafia da resistência é nossa insistência, nossa criatividade, nossa resiliência, nossa força, nosso sofrimento e nossa festa em escrever a História, a literatura e as estratégias para construir uma coisa outra, um mundo outro. Essa caligrafia da resistência talvez faça parte da minha produção literária, mas eu desejo muito ter essas mãos que escrevem a caligrafia da resistência. Porque eu insisto bastante e tento ser criativa para continuar escrevendo, publicando, inventando projetos, sobretudo coletivos (ARRAES *apud* SILVA *et al*, 2018).

Ou, como poetiza Ryane Leão, “cada vez que encontro outras mulheres / para partilhar histórias / nos tornamos terra fértil” (2017, p. 108). Não há dúvidas de que a mobilidade interseccional vinga na literatura brasileira a partir de uma coletividade, desde o foco de Sueli Carneiro em “Mulheres em Movimento”, ao diferenciar o feminismo negro das demais correntes e ideologias dominantes:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Carneiro ressalta que, “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos” (2003, p.

119). As distintas matizes identitárias amalgamadas nos grupos subalternizados vigentes no mundo hegemônico, sobretudo o das mulheres negras no campo da produção literária, dialetiza na medida em que enxerga e enaltece o processo de escrita dessas mulheres, e, simultaneamente, exige o reconhecimento de suas palavras como ação, em sentido engajado.

Veja-se Carolina Maria de Jesus, que em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) narra sua vida entre os anos de 1955 e 1960, para ainda além de temas como a fome, a miséria e a opressão do mundo racista que a cerca – tanto na comunidade carente onde habita quanto fora dela. A escritora não deixa de transpor sua visão política ao se posicionar como “poeta”, pronta a “enfrenta[r] a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 1960, p. 35). Uma poeta *flâneur*: “E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias [...]” (JESUS, 1960, p. 45). Em sua *flânerie*, o eu-poético não atravessa as pontes da Paris baudelairiana; não compreende a multidão a partir da estética vanguardista europeia. Ao contrário, ela se expõe como “expectador[a] que assiste e observa as tragédias”.

Atenção aos verbos “assistir” e “observar”: no escopo da interseccionalidade, a poeta coletiva é aquela que fixa os olhos com destreza, que estuda, que lê seu ambiente e quem nele convive, sobrevive, oferecendo assistência, ainda que na rotina das mazelas. Ao direcionar a atenção ao outro, a poeta coletiva “torna-se sujeito”, denunciando o racismo, as injustiças, as tragédias e vivências de seu tempo baseada “em suas subjetividades e próprias percepções”, como entende Grada Kilomba em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019, p. 12).

Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Cidinha da Silva, Cristiane Sobral, Geni Guimarães, Jarid Arraes, Ryane Leão são uma dezena de nomes, entre tantos outros, que experimentam a vivência “amefricana” (GONZALEZ, 1988b). Carla Akotirene, em *Interseccionalidade*, atenta para a história: “O pensamento feminista se deu mediante a construção a ferro e águas atlânticas, e a interseccionalidade veio até nós como ferramenta ancestral” (2019, p. 17).

Por certo, a ancestralidade é marca de um posicionamento interseccional no tocante ao grupo das mulheres negras, cujos antepassados africanos deixaram seu rastro pelas Américas. Akotirene segue com sua argumentação sobre a relação ancestralidade/interseccionalidade ao perceber que a “articulação metodológica proposta pelas feministas negras, atualmente chamada de interseccionalidade, recupera as bagagens ancestrais perdidas, milhões delas espiritualmente, presentes n[as] palavras do transatlântico” (2019, p. 25). A estudiosa parte do princípio de que é crucial “descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como *locus* de opressões cruzadas” uma vez que acredita “que esse território de

águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Diante da perspectiva Atlântica, eis que surgem as perguntas: afinal, o que é literatura negro-brasileira (ou afro-brasileira)? Além de sua origem, quais critérios a circunscrevem (ou não) à produção literária nacional como um todo? Seria essa área marcada pela presença autoral ligada à questão diaspórica/africana? Collins (*apud* GUIMARÃES, 2021, p. 318) responde que “ampliar essa lente para abranger as mulheres na diáspora africana e suas relações com o feminismo negro agrega camadas adicionais de complexidade e de possibilidade”:

Meu foco nos últimos anos tem sido o feminismo negro no Brasil, um importante local do feminismo diaspórico africano que, por não se originar nos Estados Unidos, oferece uma âncora importante para o feminismo negro diaspórico. O Brasil se constitui num importante ponto de referência, entre o feminismo africano e o feminismo negro nos Estados Unidos. Para mim, o feminismo negro no Brasil é um projeto que tem uma energia que deriva dessa herança africana, mas que também se baseia na necessidade. Enquanto as necessidades das mulheres negras no Brasil permanecerem não atendidas, a necessidade do feminismo negro persistirá. Tive a sorte de passar um tempo com uma incrível variedade de mulheres negras no Brasil que afirmam sem pejo a negritude e o feminismo. Além disso, é impressionante o alcance do feminismo negro para ultrapassar as fronteiras do ensino superior, das políticas públicas, das artes e do ativismo popular. Existe aqui uma sinergia intelectual e uma energia que faltam nos Estados Unidos. Esse é o tipo de compromisso a que me referi anteriormente, e está profundamente organizado nos diferentes locais, mas também entre gerações. Enquanto as necessidades das mulheres negras no Brasil permanecerem não atendidas, a necessidade do feminismo negro persistirá (COLLINS *apud* GUIMARÃES, 2021, p. 318).

Patricia Hill Collins qualifica o Brasil como “importante local do feminismo diaspórico”, verdadeiro “ponto de referência entre o feminismo africano e o negro nos Estados Unidos”. Se considerarmos que a realidade sociocultural brasileira se constitui de um mosaico, o sujeito negro reconstrói sua ancestralidade africana por meio de rupturas e junções, concomitantemente. O escritor Edimilson de Almeida observa:

No Brasil, as investigações, simpósios, conferências e publicações levadas a termo por pesquisadores de diversas universidades

têm chamado a atenção para nomes de importantes poetas e prosadoras afro-brasileiras. Dentre estas, destacam-se a já citada Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, Carolina Maria de Jesus, Ruth Guimarães, Conceição Evaristo, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Geni Mariano Guimarães e Ana Maria Gonçalves. Esse elenco demonstra que, apesar do espaço restrito oferecido às mulheres no cenário da literatura nacional, pode-se, hoje, tomar contato com percursos que revelam autoras mergulhadas na análise de seus dramas pessoais e também nos dramas da sociedade brasileira (PEREIRA, 2010, p. 177).

Diante de tal quadro, Collins diz que “o feminismo negro no Brasil é um projeto” cuja “energia deriva” da ancestralidade, da “herança africana”, muito embora se paute e sobreviva a partir da “necessidade” das mulheres presentes nesse modelo de interseccionalidade. Ademais, Collins fala de uma “sinergia” e um valor de “compromisso” organizado e repassado entre “gerações”. Esse é o caso das escritoras negro brasileiras: Conceição Evaristo, aos 75, escreveu o prefácio de *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta* (2019), antologia de jovens poetas negras organizada por Mel Duarte, de 33 anos. Diz Evaristo: “Ao compor este texto, me coloco apenas como uma leitora que encontra, nas vozes desta coletânea, um lugar em que as falas de outras mulheres, assim como a minha, se compactuam, se encontram no que está dito, no que está escrito” (*apud* DUARTE, 2019).

Falas que se compactuam: mais, falas que se encontram, falas que existem em junção, seguindo-se o fluxo de grupos de mulheres amefricanas que surgiram entre as décadas de 1970 e 1980, a exemplo do Coletivo de Mulheres Negras de SP, do Grupo de Mulheres Negras do RJ, do Aqualtune, do Luísa Mahin e do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (RJ) (DOMINGUES, 2009, p. 39). Notemos que alguns dos nomes fazem referência a heroínas negras, como a princesa do Congo escravizada no Brasil, Aqualtune, líder quilombola dos mocambos do Quilombo dos Palmares, avó materna de Zumbi; Luísa Mahin, personalidade cuja existência paira entre a ficção e a realidade – de origem africana, teria articulado levantes de escravos na Bahia, muito embora críticos e historiadores apelem para o caráter de a heroína ser uma espécie de *alter ego* de Luís Gama; e a grande Rainha do Ndongo e de Matamba, Nzinga Mbande, guerreira, astuta nas negociações com os portugueses, conduziu os exércitos angolanos até os 73 anos. Isso nos leva a perceber que o aquilombamento dos grupos exigia o compromisso de salvaguardar a memória de figuras históricas importantes, míticas, criando novos modelos identitários, alheios ao padrão europeu de poder e/ou narrativa heroica.

Ao amefricanar, *sulear* conceitos, encontramos a presença do quilombismo na década de oitenta, em especial no período da redemocratização, com a

promulgação da Constituinte de 1988, quando Abdias do Nascimento clama pela luta que os povos dominados travaram no continente: “O quilombismo busca o presente e o futuro e atua por um mundo melhor para os africanos nas Américas, reconhecendo que esta luta não pode se separar da libertação dos povos indígenas também, igualmente vítimas de racismo e da destruição desumana” (2003, p. 20).

Ainda na década de oitenta, conectada à ideia de quilombismo, a pesquisadora, jornalista e escritora Beatriz Nascimento encontra no quilombo resistência por seu “caráter libertário”, cujo motor “ideológico” mantém-se “na tentativa de afirmação” do coletivo (1981 *apud* NASCIMENTO, 2018, p. 211); verdadeiro “reforço à identidade cultural” (1985, p. 48). A estudiosa já estava conectada à ideia do quilombismo ainda antes da década de oitenta, visto que em 1976, especificamente no texto “Quilombos: mudança social ou conservantismo?”, entende que os agrupamentos se formaram “mais na necessidade humana de se organizar de uma forma específica que não aquela arbitrariamente estabelecida pelo colonizador” (*apud* NASCIMENTO, 2018, p. 7). Daí a ideia de resistência do quilombo como nova epistemologia.

Entre as poetisas contemporâneas que retomam a concepção de quilombismo e amefricanismo, ressalte-se Conceição Evaristo em “*Malungo, brother, irmão*”, poema publicado originalmente na década de noventa nos *Cadernos Negros*:

No fundo do calumbé
nossas mãos ainda
espalmam cascalhos
nem ouro nem diamante
espalham enfeites
em nossos seios e dedos.
Tudo se foi
mas a cobra
deixa o seu rastro
nos caminhos aonde passa
e a lesma lenta
em seu passo-arrasto
larga uma gosma dourada
que brilha no sol.

um dia antes
um dia avante
a dívida acumula
e fere o tempo tenso
da paciência gasta
de quem há muito espera.

Os homens constroem
no tempo o lastro,
laços de esperanças

que amarram e sustentam
o mastro que passa
da vida em vida.
no fundo do calumbé
nossas mãos sempre e sempre
espalmam nossas outras mãos
moldando fortalezas e esperanças,
heranças nossas divididas com você:

malungo, brother, irmão (EVARISTO, 2017).

Note-se que o próprio título é um chamado à luta coletiva: “*Malungo, brother, irmão*”. Câmara Cascudo, em *Dicionário do folclore brasileiro*, informa que “*malungo*” (do kikongo *m’alungu*) alude à gíria falada pelos escravizados e significava “companheiro de navio”, uma vez que os africanos se referiam a seus “irmãos” de cativo de “*meu malungo*” (2005, pp. 540-541).

O poema, de vigor visual, retrata uma cena bastante comum dos séculos XVII e XVIII, principalmente em Minas: a caça aos metais e pedras preciosas. Assim que as mãos se encontram no fundo do “*calumbé*”, vocábulo que tanto em tupi (*karumbé*) quanto em banto (*carumbé*) significa: “vasilha ou gamela cônica, de pau, na qual se conduz o cascalho que vai ser lavado nas catas de ouro ou diamante” (QUEIROZ, 2019, p. 105). É como se o eu-lírico nos levasse, em movimentos circulares da água lavando o ouro, ao passado colonial brasileiro. Observe-se que a primeira estrofe é marcada pelo adjetivo de negação, indicando que tais mãos jamais serão adornadas por “ouro” ou “diamante” – ao contrário, são mãos que trabalham, que “espalmam cascalhos”.

Na sequência, a segunda estrofe dá continuidade à viagem histórica proposta na primeira: “Tudo se foi”. O correr da história. Contudo, logo no segundo verso a presença do advérbio, “mas” torna legítima a força do passado, cujas marcas não foram – nem podem – ser apagadas da memória. Por isso “a cobra / deixa o seu rastro / nos caminhos aonde passa”. Quanto à presença da “lesma”, metaforicamente ela casa tanto com o sentido de lentidão histórica do processo escravista, secular, como também tem ligação direta à associação do dourado, do ouro da primeira estrofe: a lesma “larga uma gosma dourada / que brilha no sol”. A sequência de imagens douradas traz os malungos e malungas à uma história de luz, e não de trevas, como poderia prevalecer no poema. A luta é eterna e a luz sempre esteve no processo de engajamento histórico da poeta.

Seguindo-se, a passagem do tempo é o propulsor do poema. A terceira estrofe marca esse fluxo: o dia é “antes” e “avante” – compreende o ontem e o amanhã –, por isso “a dívida acumula”. Por certo, quatro séculos de escravidão são uma dívida assombrosa. Desde o princípio, a colonização no Brasil foi pautada por um sistema que define as práticas sociais em favor do grupo dominante – no caso, o europeu, branco, patriarcal. Tal estrutura impunha as

leis de mercado, da propriedade privada, das finanças e da própria questão da liberdade. Mbembe, em *Políticas da inimizade*, remonta ao fato de que “a ordem democrática, a ordem da plantação e a ordem colonial” mantiveram, durante muito tempo, relações que “estão longe de ter sido acidentais” uma vez que “democracia, plantação e império colonial fazem objetivamente parte de uma mesma matriz histórica” e que esse “fato originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência” (2017, p. 44).

Historicamente, há uma “dívida acumulada” do país com a população negra e os povos indígenas. Séculos de escravidão e desigualdade econômica e social despertam no eu-lírico a voz coletiva: “a paciência está gasta”. E assim como as mãos dos escravizados eram gastas no garimpo, a capacidade de suportar as injustiças sociais e os problemas remanescentes de um país que se fortaleceu com base escravocrata também se mostra saturada. Não são alguns dias, não são meses, não são anos. São séculos, por isso a reflexão: “de quem muito espera”, contida no verso final dessa estrofe, não pode ser descrito como hiperbólico, senão como retrato social, real de seu tempo. A resistência é contínua:

da luta e do futuro que há que sulcar custe o que custar. Essa luta tem como finalidade produzir a vida, derrubar as hierarquias instituídas por aqueles que se acostumaram a vencer sem ter razão [...]. Essa luta tem uma dimensão tripla. Visa antes destruir o que destrói, amputa, desmembra, cega e provoca medo e cólera [...]. Depois, tem por função acolher o lamento e o grito do homem mutilado, daqueles e daquelas que, destituídos, foram condenados à abjeção; cuidar, e eventualmente, curar aqueles e aquelas que o poder feriu, violou ou torturou ou, simplesmente, enlouqueceu (MBEMBE, 2011, p. 2).

De fato, a última estrofe do poema faz valer a luta em “dimensão tripla” apontada por Mbembe (2011), sobretudo por seu sentido de esperança, de construção. As mãos aqui já não executam o movimento circular de achar ouro e diamantes “no fundo do calumbé”, porém se “espalmam”, dão-se “moldando”, construindo “fortalezas e esperanças”. Note-se que o antepenúltimo verso segue uma sequência interessante: ao terminar com “esperança”, o penúltimo verso traz “herança”, não apenas estabelecendo uma cadência oral ao texto poético como ressaltando, nas paroxítonas, a espera conjunta, consciente da ancestralidade que marca a vida “dividida” com os malungos e malungas de luta.

Na pegada do quilombismo que transborda na poética negra, Ryane Leão, em “Identidade”, consegue captar o sentido de coletividade presente no poema de Evaristo:

foi uma mulher negra e escritora
de pele e alma como a minha
que me ensinou sobre os vulcões e as rédeas e os freios
sobre os tumultos dentro do peito
e sobre a importância de ser protagonista
nunca segundo plano

se você encostar a mão entre os seios
vai sentir os rastros de nossas ancestrais
somos continuidade das que vieram antes de nós (2017, p. 68).

O poema, publicado em *Tudo nela brilha e queima: poemas de luta e amor* (2017), apresenta o eu-lírico meditativo com a memória de uma descoberta: “foi uma mulher negra e escritora” quem a “ensinou” sobre imagens e linguagens poéticas, instigando-lhe sensibilidades. Há, aqui, o que poderíamos chamar de uma pedagogia do afeto, pois quem ensina não é um indivíduo alheio, estranho, mas uma mulher “de pele e alma” como a da presença poética. Temos um reconhecimento, pois, como sinaliza Kilomba, as mulheres negras representam uma espécie de “dupla alteridade” uma vez que são “a antítese de ambos, branquitude e masculinidade” (2019, p. 124). A alteridade do eu-poético foge do polo “branquitude e masculinidade”, pois se liga à tríade que a qualifica (juntamente com a figura inspiradora escolhida) como: 1. mulher; 2. negra; 3. escritora. O espelho primeiro focaliza o gênero, depois a etnia, para então extravasar no âmbito da escrita. Uma escritora que ensina a outra.

Desde o primeiro verso a noção de ancestralidade impera. É essa mesma mulher negra, escritora, quem ensina a poeta sobre “a importância de ser protagonista” de sua própria vida. Mas, para que tal consciência se instaure, há um processo: é preciso “encostar a mão entre os seios” para identificar “os rastros” das vozes “ancestrais”. O gesto poético de “encostar a mão entre os seios” liga-se, primeiramente, ao fato de que os seios materializam o mais forte vínculo afetivo de maternidade; fonte de amamentação, conforto. Ademais, os seios são o símbolo vivo da resistência da mulher negra, sobrevivente num mundo de opressão e desigualdades. Lélia Gonzalez entende que a herança e a resistência cultural são fatores dinâmicos na construção das mulheres “amefricanas”, descritas por ela como as “herdeiras de uma outra cultura ancestral” (1988, p. 2).

Os rastros, tanto no poema de Evaristo quanto no de Leão, são vestígios, o concreto de quem existiu e, no entanto, apesar de o tempo, permanece. Tal e qual, o eu-lírico de Elisa Lucinda, no poema “Última moda”, apega-se à tentativa de negar o que lhe é imposto, enaltecido como verdade pelo mundo de consumo, por estéticas e vivências distintas à sua:

Esta roupa não me serve
aquele uniforme não me cai bem
não quero essas regras

não mereço
não quero essas formas
essas ordens
essas normas
esses panfletos
o que pode ser dito
o que não deve ser falado
o importante não dito
o que deve ser feio
o que pode ser bonito.
Algemas nas correntes estéticas
não me interessam
não quero esses boletos
essas etiquetas
esses preços
esses compromissos.
Não tenho código de barras
não tenho marcas
comportamento,
não caibo nestas caixas
nestas definições
nestas prateleiras.
Quero andar na vida
sendo a vida pra mim
o que é para o índio a natureza.
Assim voo, pedalando solta
na estrada do rio da beleza
nos mares da liberdade alcançada, essa grandeza.
Em tal grandeza meu corpo flutua...
Nos mares doces e nas difíceis águas da vida crua,
minha alegria prossegue, continua.

Despida de armas e de medos
sou mais bonita nua (LUCINDA, 2016, pp. 273-274).

O texto faz parte de uma extensa gama de poemas publicados em *Vozes guardadas* (2016), livro que traz a junção de sensações, memórias, angústias, críticas, devaneios, sabores e desejos da autora durante o período de uma década. Em entrevista ao programa *Diálogos ausentes* (jun. 2017), Lucinda apresenta-se: “Sou uma mulher, sou negra e sou brasileira, e o impacto dessa realidade escorre na minha literatura. [...] Sou uma pessoa muito dependente dessa inspiração do cotidiano, seja ele qual for: uma guerra, um luar”. Por certo, o alumbramento do dia a dia está no poema supracitado: os “uniformes”, as “regras”, as “formas”, “as normas”, as “ordens” e os “panfletos” são rejeitados pelo eu-lírico, de modo que o engajamento da autora já se mostra nos primeiros versos, ao aplicar o valor negativo, com sentido de rejeição.

Como poeta, há um apreço pela liberdade em todos os momentos, desde quando a entidade lírica informa que “algemas nas correntes estéticas” não a

“interessam”, ao bradar que não tem “código de barras” tampouco “marcas” ou moldes de “comportamento”. A voz é categórica: “não caibo nestas caixas”. Quais seriam, pois, as “caixas”? Em *“Racismo e sexismo na cultura brasileira”*, lê-se:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações (GONZALEZ, 1983, p. 225).

Em “Última moda”, Elisa Lucinda quebra as caixas ao “desafiar” os modelos e o sistema imposto como norma à mulher negra – por isso rejeita “estéticas”, “definições”, “prateleiras”. Note-se que a imanência poética passa mais da metade do poema negando, para então, numa segunda parte, entender-se, definir-se, aceitar-se: “Quero andar na vida”. Não somente andar, a poeta quer “voar”, “pedalar solta” nas águas, sejam elas de Oxum, orixá das águas doces, da fecundidade e da beleza (“na estrada do rio da beleza”); sejam elas de Iemanjá, orixá das águas salgadas, da maternidade, do cuidado (“nos mares da liberdade alcançada, essa grandeza”). O eu-lírico busca, desde o início, pela liberdade de ser quem é, por isso, “despida de armas e de medos”, ela, a mulher negra, escritora, vê-se “mais bonita nua”. Contrariando a expectativa do mundo de consumo e das estéticas hegemônicas, a nudez aqui está metaforicamente ligada à alma franca do eu-poético. Nudez como autoconhecimento, como ato político, de quem se despe das amarras sociais, das convenções e imposições que apertam, que não servem como não serve a roupa apertada, sem serventia.

A não serventia das convenções pode ser empregada à teoria crítica literária atual, que já não cabe na fórmula utilizada por estudiosos que não incluíam escritores(as) negros(as) em sua análise do cânone brasileiro. Vejamos alguns casos: Afrânio Coutinho, em *“O processo de descolonização literária”* (1983, p. 54), chega a afirmar que não há literatura negra, mas sim, escritos fruto de uma época, da qual fazem parte negros e brancos. Contra tal posicionamento, o escritor e professor Edimilson de Almeida Pereira, em artigo produzido à revista *Callaloo*, produzida pela John Hopkins University/University of Virginia, inverte o conceito de “tradição fraturada” de Coutinho sobre os países colonizados, abrindo espaço à representatividade negra na literatura brasileira, desde a poesia, o conto, a crônica, o teatro e o romance. O autor defende o uso de um “critério mais pluralista” que possa “demonstrar a Literatura Afro-brasileira como uma das faces da Literatura Brasileira – esta mesma sendo percebida como uma unidade constituída de diversidades” (PEREIRA, 1995, pp. 1035-1040).

Voltando-se ao período aqui enfocado, década de 1980, as publicações tomam fôlego com *Raça e cor na literatura brasileira* (1983), ensaios de David Brookshaw; e *Negritude e literatura na América Latina*, de Zilá Bernd, em 1987. Embora os dois estudos tomem metodologias distintas – Brookshaw puxando para o lado da “raça”, conceito que Bernd considera perigoso –, a leitura de Bernd (1987), sobretudo nos capítulos “Negritude e identidade” e “O processo de construção de uma identidade negra”, remonta ao percurso dos africanos às Américas, enfatizando-se o processo de *desculturação* de suas origens, ao mesmo tempo em que os sujeitos, apesar da passagem dos séculos, não são inseridos na construção da identidade nacional brasileira, tendo em vista sua condição de escravizados e de descendentes.

Um ano depois, em 1988, Bernd lança *Introdução à literatura negra*, livro que desdobra questões impostas anteriormente, a exemplo do espaço dado à literatura negra, já que tal campo não se insere na dimensão clássica, dominante: “Na verdade, é possível afirmar que a literatura negra surge como uma tentativa de preencher vazios criados pela perda gradativa de identidade determinada pelo longo período em que a ‘cultura negra’ foi considerada fora-da-lei” (pp. 22-23). Contudo, com a tomada de consciência de identidade, a autora vai dizer que “é visível o esforço” da literatura negro-brasileira “de não renegar um passado histórico de sofrimento mas, ao contrário, de evocá-lo, associando-o ao permanente impulso do negro em direção à sua liberdade” (BERND, 1988, p. 91).

Nesse sentido, sobretudo depois do período repressivo no país, com presenças cruciais como a de Abdias Nascimento, a crítica tomará contornos bastante distintos. Particularmente, o ano de 1988 marca o centenário da Abolição, de modo que as editoras passam a demonstrar maior “interesse” na questão negra, em todos os seus aspectos. Hattner (2009), explica que nesse ano foram publicadas duas obras “fundamentais para os estudos de literatura de autoria negra no Brasil: *Poesia negra no Modernismo brasileiro*, de Benedita Gouveia Damasceno, e *Introdução à literatura negra*, também de Zilá Bernd”. O ensaio de Damasceno, originalmente apresentado na Universidade de Brasília como dissertação de mestrado em 1980, mostra a visão “mercadológica” da ‘inclusão’ salientada por Hattner (2009, p. 79), visto que “é curioso pensar como um trabalho interessante como esse [...] precisou esperar tanto tempo para ser publicado”. Ele completa; “Nesse caso, o oportunismo de sua publicação em 1988 apenas comprova os mecanismos de exclusão da literatura afro-brasileira, que atingem não só as suas expressões, mas também seus discursos críticos” (HATTNER, 2009, p. 79).

Cronologicamente, nossa leitura nos levou a perceber que de Bastide e Milliet uma lacuna se moveu nos anos 1950, 1960 e 1970 sobre os estudos focados em autores e obras de escritores negro-brasileiros. Ou seja, também os(as) autores(as) negros(as) foram silenciados durante o período ditatorial. Por razões óbvias, tal engajamento incomoda em países racistas, conforme

discursou Abdias do Nascimento anos depois, já no Brasil democrático, sobre o apoio do país, na era Sarney, ao regime do apartheid na África do Sul:

O apartheid já foi definido muito propriamente como um crime contra a humanidade. A consciência livre do mundo, o espírito de justiça e de solidariedade humana tem repudiado essa prática do Governo da África do Sul [...].Entretanto, para nossa vergonha, constatamos a ausência e a omissão do Governo do Brasil, no sentido de uma ação concreta que justifique uma prática as suas declarações contra o apartheid proferidas tanto na assembleia da ONU como mesmo pelo Exmo. Presidente José Sarney. É realmente uma contradição terrível que o Brasil, o maior país negro do mundo depois da Nigéria, que tanto se proclama o berço da “democracia racial” e que deveria liderar internacionalmente a luta contra o apartheid, mantenha relações diplomáticas e comerciais com o Governo sul-africano. Mais do que uma contradição e um infortúnio, a cumplicidade do Brasil com o apartheid é uma cegueira política de graves consequências para o futuro de nossas relações internacionais. Porque, mantendo esse tipo de endosso tácito ao governo assassino sul-africano, o Brasil se mantém um aliado das forças mais retrógradas e obscurantistas do nosso tempo (NASCIMENTO *apud* LARKIN, 2014, p. 77).

Em nosso estudo, compreendemos que a condição de silêncio foi rompida, principalmente, com a inauguração dos *Cadernos Negros*, em 1978, que, juntamente com as ações do Movimento Negro Unificado (MNU), passou a ser o veículo de maior voz aos autores fora do eixo europeizado como única vertente. Além de os *Cadernos Negros*, outra significativa fonte de informações é o site “Literafro – o portal da literatura afro-brasileira”²¹, fruto do trabalho do Grupo de Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira, coordenado pelo professor Eduardo de Assis Duarte (UFMG), cujas obras se destacam: *Notas sobre a literatura brasileira afro-descendente* (2002), *Brasil Afro-Brasilidade* (DUARTE; FONSECA, 2000) e *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica e “Por um conceito de literatura afro-brasileira”*, ambas de 2011.

Entre os(as) estudiosos(as) contemporâneos(as), a escritora, professora e pesquisadora Miriam Alves é outro nome de peso, com diversas publicações, principalmente voltadas às questões de gênero, as quais destacamos: “Axé Ogum” (1985), “Empunhando bandeira: diálogo de poeta” (2002), “Negra e lésbica: a leitura do corpo” (2002) e *Brasil Afro Autorrevelado: literatura brasileira contemporânea* (2010). No livro supracitado, a estudiosa aponta a

21 <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>

importância da literatura negra como forma de se guardar a memória, espécie de “catalizador de histórias as quais transforma em registro ficcional e poético para transmiti-las não só como anais de fatos, mas, sobretudo, como a grafia de emoções perpetuando, no ato da escrita, o resgate do passado, o registro do presente da trajetória” (ALVES, 2010, p. 44) de seu povo. Ainda, a pesquisadora entende novas epistemologias levando-se em conta não apenas a literatura como forma de patrimônio histórico e cultural como também utilizando a noção de interseccionalidade, uma vez que a literatura negra de autoria feminina humaniza. Aqui, vamos além e entendemos que a literatura que humaniza é a mesma aberta à (re)criação do cânone.

Entre as centenas de estudiosos contemporâneos que publicaram livros, estudos, teses e artigos sobre a temática de autoria negra, destacam-se ainda: *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira* (1987), de Oswaldo de Camargo; *O negro e a literatura brasileira* (1988) e *A trajetória do negro na literatura brasileira* (2004), de Domício Proença Filho; *A representação do negro na literatura brasileira* (1994), de Gizêlda Nascimento; *Imagens do negro na literatura brasileira* (1998), de Jean M. Carvalho França; *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas* (1999), de Heloísa Buarque Hollanda e Maria Helena Capellato; *Brasil Afro-brasileiro*, de Maria Nazareth Soares Fonseca (2000); *O negro brasileiro* (2001), de Arthur Ramos; “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade” (2009), de Conceição Evaristo, entre outros.

Silêncios e prescritos (2019), de Fernanda Miranda, é um dos estudos atuais que mais chamam positivamente à atenção tanto pela seleção de conteúdo quanto pelo viés crítico da autora, instigada a apreender novos paradigmas:

A questão, portanto, é esta: superamos a fase de provar a existência desta literatura, pois quem duvida, sofre de cegueira. Embora os critérios elaborados por Bernd, Duarte e Cuti para classificar a autoria negra e a sua escrita encontrem ressonâncias em várias obras, nem sempre encontrarão correspondência em uma produção literária viva, dinâmica, crescente (envolvendo não apenas novas autorias, mas também novas leituras do passado). Por uma simples razão: a literatura estará sempre um passo à frente da crítica (MIRANDA, 2019, p. 39).

Curiosamente, no ponto de confluência entre a literatura estar sempre um passo à frente da crítica, Miranda acerta em cheio, uma vez que autoras como a própria Maria Firmina dos Reis é prova de que a literatura é, repetidamente, ação e reflexão: antes de a crítica se debruçar sobre a autora, primeira mulher a publicar um romance no país no século XIX, quando a atividade era efetuada pelos homens de amplos saberes de então, brancos, no poder. Adianta-se, pois, a escritora maranhense considerar temas como a escravidão, as mazelas da senzala,

ainda que se utilizando do artifício de uma digna estória do amor burguês. Tais particularidades confiam à autora um vanguardismo nas letras brasileiras.

Ao reconstruir o cânone da literatura de autoria negra e feminina no Brasil, o exemplo da escritora nordestina serve como guia político das produtoras literárias, sejam elas da escrita ou da palavra cantada. Sobretudo porque de Maria Firmina à jovem Ryane Leão já se vai um século e, no ínterim, os/as pesquisadores/as e as autoras demonstram um maior engajamento em relação à sua própria produção, de modo que a crítica não mais pode cobrir os olhos e deixar nomes importantes da literatura brasileira fora do cânone “apenas” por uma questão racial. Em nosso estudo, entendemos que esse “apenas” alcança dimensões paradoxais, “apenas” como um mar sem fim. Nesse sentido, a presença autoral da mulher negra supera a própria obra, já que o livro não é somente objeto de entretenimento, arte; porém instrumento de luta contra o projeto racista que exclui o pensamento daqueles que não seguem os preceitos caros ao colonizador: família patriarcal/branca/latifundiária. É contra essa tríade que notamos que as escritoras tem se posicionado desde que a primeira caravela aqui embarcou, com as velas flamejantes da cruz. Olhar o passado histórico nos fortalece a buscar soluções e a refletir sobre os impasses presentes na literatura de autoria negra contemporânea no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam. **Brasil Autorrevelado: literatura brasileira contemporânea**. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2010.

_____. Axé Ogum. In: Quilombhoje (org.). **Reflexões sobre a literatura afro-brasileira**. São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, 1985.

_____. Empunhando bandeira: diálogo de poeta. In: SANTOS, Rick, GARCIA, Wilton (org.). **A escrita de Adé – perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbicos no Brasil**. São Paulo: Nassau Community College; ABEH, 2002. p. 153–161.

_____. Negra e lésbica: a leitura do corpo. In: LYRA, Bernadette; GARCIA, Wilton (org.). **Corpo & Imagem**. São Paulo: Ed. Arte & Ciência, 2002.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais / coord. Djamila Ribeiro).

ARRAES, Jarid. **Um buraco com meu nome**. São Paulo: Ferina, 2018.

BASTIDE, Roger. **A poesia afro-brasileira**. São Paulo: Martins Editora, 1943.

- BERND, Zilá. **A questão da negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Em torno da literatura negra brasileira. **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 49, n. 1/4, jan.-dez. 1988.
- _____. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1987.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CAMARGO, Oswaldo de (org.). **O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Ashoka Empreendimentos Sociais e Takano Cidadania (orgs.). Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, pp. 49-58.
- _____. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 1995.
- CASCUDO, Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. [S.l]: Ediouro: 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. 14-32, oct./dec. 1986.
- COUTINHO, Afrânio. **O processo de descolonização literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.
- CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- DAMASCENO, B. G. **Poesia negra no Modernismo brasileiro**. Campinas: Pontes, 1988.
- DAVIS, Angela. **Women, race and class**. New York: Vintage Books, 1981.
- DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 39, São Paulo, 2009.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil Afro- brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. Notas sobre a literatura brasileira afro-descendente. In: SCARPELLI, Marli Fantini e DUARTE, Eduardo de Assis (orgs.) **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: FALÉ-UFMG, 2002.

_____. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 4, p. 375-403, 2011.

DUARTE, Mel (org.) **Querem nos calar**: poemas para serem lidos em voz alta. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Afrodiaspora**, Brasília, v. 6 e 7, n. 19, pp. 94-106, 1985.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, pp. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988c.

GUIMARÃES, Cleo; FORTUNA, Maria. Racha entre intelectuais sobre obra de Carolina Maria de Jesus: clima cada vez mais tenso. **O Globo**, 22 abr. 2017. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/racha-entre->

intelectuais sobre obra de carolina maria de jesus clima cada vez mais tenso.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Patricia Hill Collins. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 287-322, jan/abr 2021.

HATTNER, Álvaro. A poesia negra na literatura afro-brasileira: exercícios de definição e algumas possibilidades de investigação. **Terra Roxa e Outras Terras**, Londrina, v. 17a, p. 78-89, dez. 2009.

HOLLANDA, Heloísa Buarque; CAPELLATO, Maria Helena R. **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. São Paulo: EDUSP, 1999.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Pref. Audálio Dantas. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**: poemas de luta e amor. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LORDE, Audre. **Sister Outsider**. Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1984.

LUCINDA, Elisa. Carolina de Jesus é literatura sim! **Publishnews**, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. **Diálogos ausentes**. Itaú Cultural, jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5UBFdowZ94>, acesso em 21 set. 2022.

_____. **Vozes guardadas**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MBEMBE, A. **A universalidade de Frantz Fanon**. Cidade do Cabo, 2 set. 2011. Disponível em: <https://www.epedagogia.com.br/materialbibliotecaonline/2894A-universalidade-de-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

_____. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MILLIET, Sérgio. **Diário crítico de Sérgio Milliet**. São Paulo: Martins; Edusp, 1981, 10vol.

MIRANDA, Fernanda. **Silêncios prescritos**: estudo de romances de autoras negrobrasileiras (1859-2006). Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MUNANGA, Kabenguele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombo: vida, problemas e aspiração*. São Paulo: editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-**AFRICANISTAS** (org.). Pref. Anin Urasse. *Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018.

_____. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Revista Estudos AfroAsiáticos**, Rio de Janeiro: CEEA/UCAM, v. 6–7, pp. 259–265, 1982.

_____. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, ano 3, n. 6–7, p. 41–49, 1985.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento: grandes vultos que honraram o Senado**. Brasília-DF: Senado Federal, 2014.

NASCIMENTO, Gizêlda. A representação do negro na literatura brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: SEAFROUERJ, v. 2, 1994.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Panorama da literatura afro-brasileira. In: **Callaloo**, Virgínia: Universidade da Virgínia/ Editora Universitária John Hopkins, v. 18, n. 4, p. 875–880, dez. 1995.

_____. Territórios cruzados: relações entre cânone literário e literatura negra e/ou afro-brasileira. In: _____; JUNIOR, Robert Daibert (org). **Depois, o Atlântico: modos de pensar, crer e narrar na diáspora africana**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, p. 319–349, 2010.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **EstudosAvançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161–193, abr. 2004.

_____. O negro e a literatura brasileira. **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 49, n. 1/4, jan.– dez. 1988.

QUEIROZ, S. **Palavra banto em Minas** [on-line]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

SILVA, Verônica *et al.* A escrita está aí para que eu escreva com liberdade: entrevista com Jarid Arraes. **Letras Pretas**, 18 set. 2018. Disponível em: <https://>

letraspretas.com/2018/09/18/a-escrita-esta-ai-para-que-eu-escreva-com-liberdade-entrevista-com-jarid-arraes/, acesso em 03 jun. 2022.

SOUSA, Caroline Passarini. Escravidão, abolição e gênero: mulheres negras, corpo e reprodução nas Américas. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 31, p. 188-222, ago./dez. 2021.

WALKER, Alice. *In Search of Our Mothers' Gardens*. New York: Harcourt, Brace Jovanovich, 1983.

ZOLIN, L. Crítica feminista: os estudos de gênero e a literatura. In: BONNICI, T.; _____. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

GESTAR E EDUCAR EM FAMÍLIA:

(res)significações que emergem do legado ancestral de mulheres

Diana Léia Alencar da Silva

Doutoranda em Família pela UCSAL, é Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social (FVC), especialista em Educação de Jovens e Adultos (UNEB) e em Educação Especial, além de graduada em Pedagogia (UNEB) e em Letras. Coordenadora na Rede Municipal de Salvador e Docente no CUDPII, é membro Grupo de Pesquisa - Família, (Auto) Biografia e Poética (FABEP)/UCSal e do Grupo de Pesquisa Ser no Tempo (UCSal). Orcid: 0000-0002-2054-5847. E-mail: dianaleia.silva@ucsal.edu.br

Elaine Pereira Rabinovich

Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Membro do Instituto de Estudos Avançados (USP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Família, (Auto)Biografia e Poética (FABEP/UCSal). Orcid: 0000-0002-3048-6609. E-mail: elaine.rabinovich@pro.ucsal.br

Resumo: Este artigo propõe discutir o lugar das gestoras de família na rede protetiva que cuida e garante o movimento das mulheres para a escola, considerando este movimento como um legado de ancestralidade. As reflexões, fundamentadas nos princípios da autoetnografia, se apoiaram em uma revisão de literatura sobre os pressupostos conceituais que definem rede de apoio social e mobilidade educacional. Os resultados apontaram que os caminhos abertos por nossas ancestrais, ao possibilitar o acesso à escola para as filhas, alimentam transições importantes, mas ainda reclamam reexames, principalmente em se tratando da percepção sobre o lugar que nós mulheres ocupamos e do papel que desempenhamos nas famílias.

Palavras-chave: Mulheres; Educação; Famílias; Autoetnografia.

Abstract: This article proposes to discuss the place of family managers in the protective network that takes care of and guarantees the movement of women to school, considering this movement as a legacy of ancestry. The reflections, based on the principles of auto-ethnography, were supported by a literature review on the conceptual assumptions that define the social support network and educational mobility. The results showed that the paths opened by our ancestors, by allowing access to school for their daughters, feed important transitions, but still call for re-examinations, especially when it comes to the perception of the place that we women occupy and the role we play in families.

Keywords: Women; education; Families; Autoethnography.

GESTAR FAMÍLIAS: APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

No movimento incessante das mães, avós, tias e vizinhas que chegam à escola para buscar as crianças é possível reviver, não por poucas vezes, a força e a vulnerabilidade que muitas mulheres como nós, nascidas ou acolhidas pelo sertão brasileiro, testemunharam nos corpos de nossas avós. Educadas para plantar, pilar e servir, em um contexto assimétrico que normalizava as variadas sujeições da mulher ao homem através do matrimônio, elas foram ao mesmo tempo, vulneráveis aos ditames de uma sociedade de valores patriarcais e a força ancestral que negou na ação, o feminino como sinônimo de dependência, ao garantir o direito à educação escolar para as suas filhas, em terras brasileiras. Foram, assim, gestoras de famílias, que empregaram os recursos e as redes de apoio disponíveis para traçar uma realidade bem diferente para as mulheres que as sucederam. É o olhar possibilitado para o legado anônimo e despercebido dessas mulheres inclusive nos microcontextos onde foram inseridas, que alimenta este artigo (VAINFAS, 2002).

A compreensão aqui desenhada alude que a gestação da mulher na instância familiar não se relaciona necessariamente aos filhos corporificados por laços sanguíneos ou pelo parto, mas a responsabilidade pelo grupo familiar que a mulher assume. Não sem razão, na filosofia *Iorubá* “quem procria é a fundadora da sociedade humana” (OYĒWÙMÍ, 2016, p. 3).

A *Ìyá* ou *Yèyè* é, por concepção, uma instituição social, um ser “arquetípico do qual todos os humanos derivam” (OYĒWÙMÍ, 2016, p. 7). Como destaca a autora, traduzir tal palavra na língua portuguesa para o vocábulo “mãe” dificilmente captura a totalidade do significado central a ela atribuída em seu contexto de origem. Ainda assim, mergulhar na complexidade que emerge do termo é um caminho possível para desaprender e transpor os pressupostos que, ao inviabilizar e invisibilizar o potencial e o legado ancestral feminino, alimentam a naturalização de múltiplas formas de violências contra as mulheres ainda vigentes aqui no Brasil (ENGEL, 2020; PENSAN, 2022).

Atribuir centralidade nos estudos contemporâneos ao lugar das mulheres nas famílias é importante não somente para reexaminar a *práxis* social feminina, mas também uma contribuição para as investigações que buscam identificar na história os elementos que se relacionam às raízes da discriminação e da violência que hoje vivenciamos, com vista a revertê-los positivamente. Neste caminho o reconhecimento de contextos relativos a determinadas espacialidades e temporalidades, mediante a reconstituição da trajetória de vida de pessoas anônimas, também merece ser privilegiado.

Considerando o exposto se justifica, como aqui pretendido, compreender o papel das gestoras de famílias na rede protetiva que cuida e garante o movimento

das mulheres para a escola, aqui compreendida como lugar de esperança. “E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir” como bem ensinam as gerações de mulheres que nos antecederam (FREIRE, 1992, p. 110-111). Assim sendo, serão certamente visibilizados parte dos avanços que nossas ancestrais possibilitaram, quase sempre anonimamente, para fazer valer os direitos e oportunidades que hoje desfrutamos e que teimamos em fazer avançar.

AS GESTORAS DE FAMÍLIAS

As famílias se inscrevem em processos complexos nos quais os percursos individuais se entrelaçam aos itinerários de cada grupo familiar para elaborar histórias, em constante escrita, que revelam a força desses grupos, como valor essencial à vida em sociedade e como potencializadores da subjetividade dos seus membros. Nesses grupos de variados rostos, fundamentais a cada pessoa, são descortinados percursos diversos, mesmo na contemporaneidade, com realidades multirreferenciadas, em constante mudança, que definem não somente a lógica dos lugares ocupados por seus membros, mas a pertença de cada pessoa ao grupo familiar no qual foi inscrita ou que escolheu se inscrever (PIERRON, 2010).

Nas lógicas instituídas nas famílias, forjadas na pluralização de identidades, em modos múltiplos de convivência e em premissas de vínculos, são identificadas diferentes configurações que traduzem esses grupos como nucleares, monoparentais, homoafetivos ou conjugais, entre outros. Em tais grupos são delegados e naturalizados papéis e lugares, nem sempre reclamados pelos membros que os desempenham, que parecem determinar a diferenciação e o entrelaçamento das relações vigentes nas famílias. Este é o caso da mulher, responsabilizada historicamente pelos cuidados domésticos, ainda que se ocupasse também, não por poucas vezes, em prover financeiramente a sua família (DAVIS, 2016).

No recente quadro da realidade brasileira, os encargos múltiplos atribuídos a nós mulheres ainda se constituem em uma sobrecarga de trabalho considerável, pois mais de 80% do trabalho de cuidados com as famílias é feito por mulheres (IBGE, 2019). Tal panorama parece pouco se alterar para aquelas que também trabalham fora ou que empreendem pequenos negócios no lar. São as mulheres, assim, que gestam as famílias, ainda que a chefia relativa a este lugar seja, não por poucas vezes, invisibilizada.

Sobre o termo “gestora de família” é válido aqui um aparte: em sua etimologia a palavra gestão (lat. *gestio,ōnis*) traduz a ação de administrar, de gerenciar, de gerir. Ainda na origem está associado ao vocábulo latim *gestus* (gesto) e à raiz do verbo *gerere*, para aludir a ideia de fazer ou empreender algo;

é deste último termo que se origina a palavra “gestação” (gerar), parente do Grego *gígnomai* (nascer, gerar) (CUNHA, 2010; HOUAISS, 2009). Esta relação é compreensível ao se considerar que no período da gestação a mulher traz e gesta dentro de si uma vida, que não se encerra no parto.

Ao dar à luz, a mulher não se limita a trazer uma vida para o universo, pois continua a empreender para garantir a subsistência e a existência da pessoa que originou. Talvez não sem razão em culturas como a Iorubá quem procria é matriz de humanidade, *a Ìyá ou Yèyé*. Em outras palavras:

Ìyá não é apenas a doadora do nascimento; Ìyá também é uma co-criadora, uma doadora de vida, porque Ìyá está presente na criação. O papel de Ìyá é considerado uma vocação ao longo da vida. Como ancestrais, as Ìyá são *primus inter pares* entre os que partiram, sendo primeiras na fila para serem reverenciadas por sua prole, para buscar sua benevolência e bênçãos a fim de que sua progenitura tenha vida bem-sucedida e sem problemas. A relação de Ìyá com a prole é considerada de outra dimensão, pré-terrena, anterior à concepção, pré-gestacional, pré-social, pré-natal, pós-natal, vitalício e póstumo. Assim, a relação entre Ìyá e prole é atemporal. (OYĒWŪMÍ, 2016, p. 8).

Como potências criadoras, nós mulheres contribuimos para que a família crie a sua própria coerência e identidade como grupo. Ao olharmos, por exemplo, para a responsabilidade imputada comumente a muitas de nós em diferentes famílias brasileiras é possível constatar que os encargos que assumimos são traduzidos em várias formas de cuidar para garantir não somente a subsistência dos filhos, mas da própria família, ainda que muitas vezes não ocupemos a chefia do grupo.

É fato que nós mulheres nos encarregamos de prover a família com os recursos financeiros, mesmo em contextos nas quais somos identificadas como donas de casa. É este o caso das mulheres bordadeiras, doceiras e quituteiras, ainda presentes em cidades do interior da Bahia-Brasil, que a despeito terem o marido identificado como chefe da casa, sempre contribuíram anonimamente para o orçamento doméstico, equilibrando a difícil arte de ser múltipla nas várias demandas que lhes são atribuídas. Dessa forma, mesmo em um contexto no qual a figura masculina é identificada socialmente como provedora, a ação das mulheres evidencia ultrapassar o atendimento das demandas relacionadas aos cuidados com a casa e os filhos, para acumular também o lugar de provedora ou co-provedora do orçamento da família, ainda que sem o reconhecimento deste papel.

É a mulher, assim, em muitos lares brasileiros, que gesta a família, sendo por consequência o princípio da criação em cada grupo, em torno da qual a própria vida parece transitar e circular. Desse modo a relação entre os termos

gestão e gestação, em se tratando de mulher e família, se reveste de sentido e coerência.

Ao olhar para a ação da mulher nas famílias Davis (2016), esclarece que o protagonismo feminino é verificado já no período pré-industrial, mesmo em famílias conjugais de valores patriarcais. A autora aponta que era comum à época que as esposas não apenas parissem, criassem as crianças e atendessem as necessidades dos maridos, mas também trabalhassem, ao lado dos cônjuges, nas lavouras que se centravam comumente em terras no entorno da casa.

O labor das mulheres era acrescido por outras atividades necessárias à subsistência de suas famílias. Assim, “enquanto os homens lavravam o solo (frequentemente com a ajuda da esposa), as mulheres eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo que o era necessário para a família” (DAVIS, 2016, p. 44-45). Essas evidências, todavia, a despeito de importantes, são escassamente destacadas na literatura, o que culmina por reforçar, como consequência do silêncio, a subalternidade do feminino nas famílias em diferentes instâncias sociais.

O reexame da ação da mulher em diferentes espaços e instituições sociais é importante principalmente porque pode contribuir para desvendar os motivos que nos imputam a discriminação e variadas formas de violência: somos, por exemplo, no nordeste brasileiro, pretas e pardas, com baixa ou nenhuma escolaridade e trabalhadoras autônomas ou informais, chefes de família. Neste contexto, dos lares que comandamos seis a cada dez convivem com a insegurança alimentar (PENSSAN, 2022).

É válido lembrar, como destaca Engel (2020), que representamos uma parcela da população vulnerável à violência sistêmica também em uma instância que teria por função nos fortalecer e proteger: a família. Assim, “seja no ser mantida presa à homens, que ainda hoje podem decidir o rumo das vidas de muitas mulheres, inclusive a tirando delas [...], ou talvez no que seja mais cruel, imputando aos seus filhos e filhas o sofrimento, para as atingir” ainda são comuns crimes hediondos e graves violações dos nossos direitos, neste primeiro grupo de convívio (SOUZA, 2021, p. 2).

Se, como destaca Segalen (1999), as famílias são contextos de permanências, transições e mudanças há que se esperar, em sua multiplicidade de arranjos e configurações, que os aprendizados adquiridos e, certamente, em processo de aquisição, impulsionem os horizontes desse primeiro grupo de convívio humano, de modo a evidenciar melhor que as mazelas que vitimam as mulheres não se traduzem em uma problemática tão somente feminina, já que afetam a todos e especialmente às famílias. O legado que alimenta estes aprendizados, conforme evidencia o relato autobiográfico analisado neste artigo, já temos. Basta desvelá-lo.

A ROTA METODOLÓGICA QUE ELUCIDA O RELATO

As reflexões propostas neste artigo foram apoiadas em uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que essa favorece a análise de informações complexas que emergem das relações humanas, caracteristicamente norteadas por crenças, hábitos, atitudes e opiniões. Nesse caminho, permite ao pesquisador aprofundar-se na complexidade dos fenômenos, fatos e processos investigados (SEVERINO, 2007).

No percurso metodológico foram utilizados os princípios da autoetnografia colaborativa à deriva, um método de pesquisa que possibilita ao pesquisador considerar ou partir da sua própria experiência e das imbricações do seu percurso de vida com as histórias do outro, para analisar, de maneira autorreflexiva e em diálogo com outros pesquisadores, os fenômenos da sociedade ou da cultura à qual pertence (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011).

A autoetnografia é, assim, um caminho que ao entrelaçar subjetividades aos contextos socioculturais, ou, em outras palavras, a partir da inscrição reconhecida ou reclamada pelo pesquisador (a)/pesquisado (a) a um lugar social, histórico e identitário de uma coletividade ou coletividades, alimenta uma episteme multicultural mais aberta e, certamente, mais plural (VERSIANI, 2005). Essa escolha permite-lhe também, ao descrever a sua imersão na investigação, quando adequado e possível, adotar os pronomes eu, nós, meu, nossos e nossas, em substituição aos pronomes eles/elas ou seus/suas, como feito neste artigo (COLLINS, 2019). No contexto dos estudos sobre famílias, instância de pertencimento da pessoa humana e valor “fundamental à vida social” tal inscrição é perfeitamente justificada (FLEXOR, 2015, p. 23).

Para apoiar a análise do relato autobiográfico narrado por uma das autoras deste artigo, na sequência apresentado, foi feito o uso de uma breve revisão narrativa dos conceitos de mobilidade educacional intergeracional (LONGO; VIEIRA, 2017) e de rede de apoio (SEIBEL, 2017; SLUZKI, 1997), que permitiu vislumbrar a importância da ancestralidade feminina, não somente no acesso das gerações posteriores à educação, mas ao valor atribuído às ações da mulher, na gestão da família.

REDES PROTETIVAS REVELADAS NA ANCESTRALIDADE

A revivescência provocada ou invocada, por nossas narrativas como pesquisadoras (as), descortina as imbricações de subjetividades aos enredos e personagens de diferentes contextos socioculturais, em uma história que é, sobretudo, nossa. Esse movimento provoca, não por poucas vezes, estranhamentos e interrogações, condutores ou decorrentes também de incursões teóricas, em diálogos com autores/autoras que as nossas inquietações e buscas nos levam.

É certo, como já percebemos nos estudos possibilitados por nossa inscrição em um grupo de pesquisa cujas rotas investigativas são norteadas pela autoetnografia colaborativa à deriva, que narrar o visto e o sentido no vivido possibilita “ressignificar e desvelar o que permanece oculto nas inquietações da nossa trajetória pessoal e profissional” (LEAL, 2020, p. 49). No movimento é desvelado também os sentidos e os significados que emergem das representações e práticas delineadas por nossas incursões no conhecimento acadêmico, principalmente quando estas são favorecidas pela perspectiva da multiplicidade, da mobilidade e da complexidade (VERSIANI, 2005).

É válido destacar que não sem razão “toda a volta ao passado não é simples lembrança. Ao contrário, insere-se como elemento nutritivo a identidades individuais e, ao mesmo tempo, contribui à constituição de identidades coletivas”, forjadas no entrelaçamento de histórias que demarcam reconhecimentos e pertencas (POLLAK, 1992, p. 201). Nesse sentido abre espaço para o reconhecimento, não em uma perspectiva de repetição linear de lembranças de outrora, mas do resgate de recordações, localizadas em um espaço, em um tempo e em relações sociais norteadas por preocupações ou interesses atuais, que possibilitam reconstruções e identificações, a partir dos nossos grupos de referências (HALBWACHS, 2013).

É, assim, consciente da nossa auto inscrição como pesquisadoras em um tempo histórico que é, sobretudo, mais longo, já que o passado não por poucas vezes se presentifica no tempo atual e se reflete no tempo futuro, que as reflexões a seguir são propostas. O intuito é discutir, ainda que de forma introdutória, sobre o lugar das gestoras de família na rede protetiva que ainda hoje parece cuidar e garantir o movimento das mulheres para a escola, a partir das recordações do vivido e aprendido por uma das autoras deste artigo com suas ancestrais. Essas ancestrais, que constituíram famílias conjugais na década de 30, residiram após o casamento, em uma cidade sertaneja, localizada em um município do interior da Bahia-Brasil. A esses aprendizados se somam os saberes que emergiram no percurso que percorremos, como professoras e mulheres, junto a outras mães. Assim esclarecido, eis a narrativa:

A minha fascinação pela escola começou muito cedo. Não era raro, ainda pequena, tentar desenhar o que via nas brincadeiras à tarde, na porta da casa da minha avó materna. Ali, em um quadro negro imaginário eu reproduzia no chão de terra o que via na escola, para outras crianças tão pequenas como eu.

Distraia-me dessas brincadeiras o olhar da minha avó. À porta da casa, nas raras vezes que se afastava da cozinha ou do jirau – uma armação de madeira semelhante a um estrado ou alto, sobre a qual ela construía o seu canteiro de temperos, hortaliças

e plantas medicinais – ela se permitia observar os muitos netos e netas que ajudou a educar. Nascida e criada na roça, ela muito cedo se casou e gestou um filho e várias filhas.

Sua lida, como narrou durante o tempo em que com ela convivi, transcorria na casa onde pariu os filhos e ao redor dela, pois além de cuidar dos filhos, de cozinhar diariamente, de ir buscar água em cabaças²² para abastecer a casa e de costurar, entre outros, se fazia presente nas rodas das casas de farinha para garantir não somente a iguaria que era usada nas refeições diárias da família, mas a tapioca, apreciada nos beijos do café da manhã. Ao lado disso cuidava das galinhas, porcos e do seu canteiro no jirau, para garantir a alimentação da família. Para as suas filhas, todavia, essa avó ousou sonhar um futuro diferente, pois teimou em garantir o acesso delas à escola. Atribuo a essa teima à mudança da minha avó, com toda a família para a cidade, ainda com algumas filhas pequenas. É fato que todas as suas filhas, com exceção da mais velha, foram diplomadas como professoras.

A essas lembranças se juntam as recordações da minha avó paterna. Entre o aroma do cheiro doce das balas de café, que ela me ensinou a fazer, ela me narrou trechos da sua história: filha de uma guerreira negra foi confiada pela mãe a uma família, sob a garantia que estudaria em uma escola, em troca de trabalhos domésticos. Do combinado, restou a minha avó somente o trabalho exaustivo, acompanhado de muitas surras na casa onde passou a viver [...].

[...] Minha avó paterna gestou vários filhos e filhas, alguns precocemente ceifados ainda nos primeiros meses de gestação. Nesse contexto, sem tempo para se entorpecer na dor e no cansaço, trabalhava do dia à noite, em uma pensão, pois era a responsável pelo sustento da casa. Ao trabalho diário no pilão, no qual refinava o milho para o cuscuz já nas primeiras horas do dia, somava-se a lida na cozinha e o dever de cuidar dos filhos, que ia da costura das roupas ao acompanhamento na escola. Ao lado de tudo, a obediência e o respeito à posição de chefe da casa, atribuídos ao meu avô. É fato, porém, que talvez, recuperando os

²² Cabaça é a designação popular dos frutos da planta conhecida como cabaceira (*Lagenaria vulgaris*). No interior do sertão da Bahia-Brasil, era comum, até o final do século passado, a utilização desse elemento para o transporte manual de água, em localidades nas quais não havia água encanada.

sonhos que nela silenciaram, vó rompeu a maldição de Bertoleza²³ e se rebelou, pois todas as filhas estudaram.

Foi disfarçando o pensamento na batida ritmada do pilão e ocultando o movimento nas linhas traçadas para as sementes no jirau, que as avós aqui em foco imbricaram os seus saberes para resistir e pensar um futuro diferente para as filhas e para as filhas das suas filhas, através da educação, para além da realidade que conheciam. Assim, sem conhecer Paulo Freire (2019), elas viveram a utopia, entendida pelo autor como sinônimo de esperança, para possibilitar as suas filhas o direito de superar as contradições e os determinismos históricos que oprimem alguns grupos humanos, para exercerem a vocação ontológica de ser e querer mais.

O legado de mulheres como as aqui em evidência constituiu a nossa herança e não é, como afirma Evaristo (2020), pertença apenas de uma mulher, mas de muitas outras mulheres, silenciadas no passado e no presente da nação brasileira, chave de possíveis mudanças reais no futuro. Tais mulheres foram gestoras de famílias, que mobilizaram e orientaram a construção de uma importante rede de apoio, aqui entendida como o coletivo de “pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos”, para garantir o direito à escolarização para as suas descendentes (BRITO; COLLIER, 1999, p. 115). Nessas redes se destacavam principalmente outras mulheres, cujos vínculos nem sempre eram definidos por laços de sangue, mas pelas relações de amizade e confiança com minhas avós, construídas ao longo do tempo. A essas mulheres, identificadas como avós, tias ou madrinhas, eu e outras crianças da família, como outras tantas outras à época, aprendíamos a não somente reconhecer como também pertencentes ao grupo familiar, mas a ouvir e demonstrar respeito a essa pertença, traduzida, por exemplo, na ação respeitosa de pedir a bênção.

Elucidando o valor de redes de apoio nas famílias Seibel *et al* (2017, p. 121) afirmam que:

As relações com pessoas e instituições significativas podem ser recursos protetivos para os membros da família e seus vínculos. Da mesma forma, a família, ao passar por novos desafios, também identifica e aciona sua rede de apoio de maneiras distintas.

Vale lembrar que nossa condição humana nos entrelaça, intrinsecamente ao outro, em processos de relações múltiplas e recíprocas, construídas e consolidadas em diferentes interações na família, na comunidade, na escola ou em grupos de trabalho, entre outros. Dessa forma, esses sistemas de interação, que são essencialmente significativos, não estão restritos às famílias,

²³ Personagem de o romance “O cortiço”, de Aluísio Azevedo, Bertoleza é uma quitandeira, ex-escravizada, que empresta sua força de trabalho e economia a um português. Após enriquecê-lo, foi rejeitada por ele e comete suicídio.

já que abrangem os nossos diferentes vínculos interpessoais, e nem tão pouco estáticos, uma vez que apresentam dinamicidade ao longo do tempo. Nesse contexto, a rede social é, de acordo com Sluzki (1997), a soma das relações que percebemos como significativas ou diferenciadas, em diferentes grupos. Como esclarece Bronfenbrenner (1996), tal soma pode ser alterada, uma vez que as mudanças que ocorrem na vida e no ambiente ecológico influenciam as interações estabelecidas pela pessoa.

Seilbel *et al* (2017) destacam que a rede social pode se constituir em um importante recurso protetivo, ao possibilitar o apoio à pessoa, principalmente quando ela vivencia situações de vulnerabilidade social. Nas conversas com as muitas mães em nossas vivências na escola pública aqui no Brasil, atestemos o valor dessas redes, que se estendem para além dos laços de sangue: são as avós, irmãs, tias, primas, vizinhas, amigas, quase sempre também mães, que lhes possibilitam garantir o acesso diário dos seus filhos à escola. Esquecidas nas e pelas políticas públicas são mulheres que continuam a projetar, como as avós aqui em destaque, um futuro diferente para aqueles que geraram, com o apoio, principalmente, de outras mulheres.

É assim, de forma recíproca, em trocas afetivas e através da conjunção do apoio mútuo, que as mães buscam equilibrar a balança que ainda as colocam no difícil desafio de ser e existir, sem deixar de desempenhar a multiplicidade de tarefas e papéis que lhes são delegadas na gestão da família. É nesse contexto que buscam enfrentar o desafio de provocar o que Longo e Vieira (2017) chamam de mobilidade educacional intergeracional, em um contexto no qual o acesso ao capital econômico ainda é privilégio de poucos. Ao se considerar que a educação escolar é um dos componentes do capital cultural que pode se constituir em um recurso não somente de acesso ao capital econômico, mas de determinação e reprodução das relações sociais, evidencia-se a relevância deste enfrentamento (BOURDIEU; PASSERON, 1975).

Longo e Vieira (2017) esclarecem que a mobilidade educacional intergeracional se refere à diferença entre os níveis de escolaridade verificados entre duas gerações sucessivas. Elas elucidam que entre os fatores que podem implicar positivamente ou negativamente na mobilidade está a interdependência entre as pessoas e os contextos sociais nos quais se inserem. Nesse caminho, sem desconsiderar que “ser e estar vulnerável é marca da nossa condição humana”²⁴ é inegável que a mulher ainda é parte de um segmento suscetível às dinâmicas sociais excludentes, que prejudicam mais fortemente muitos, em proveito de poucos.

Também na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – uma de nós foi professora nessa modalidade de ensino brasileira por quase três décadas – reencontramos a vulnerabilidade, mas ao mesmo tempo, o respeito e a esperança atribuídos pelas avós aqui em destaque à educação, em homens

24 Afirmação do professor Dr. José Eduardo Ferreira Santos em aula do componente curricular Família e Educação, do Doutorado em Família da UCSal, no mês de abril de 2022.

e mulheres que chegavam à escola, depois de um dia exaustivo de trabalho para buscar a dignidade em letras e números que ainda não traçavam. Às suas mãos calejadas, que tentavam, desajeitadamente, segurar o lápis para desenhar sonhos subtraídos, somavam-se as falas tímidas, que verbalizam descrenças incutidas na própria capacidade de aprender. Nesse contexto de muitos antagonismos que colocam à margem da sociedade homens e mulheres invisíveis às políticas públicas de educação, “[...] a opressão não é contra uma parte da pessoa que é subalternizada; ao contrário, a opressão é contra o sujeito inteiro, como um todo” (FERREIRA, 2019, p. 109).

Para as mulheres, todavia, o peso da opressão era ainda pior. Concomitante à dificuldade de equilibrar as demandas do trabalho, da casa e dos filhos à necessidade de manter a regularidade da vida escolar, eram vítimas de uma sociedade que discrimina e se silencia sobre as práticas de violência contra o corpo feminino. Assim, independentemente da idade, era comum desistirem, quando os seus agressores, disfarçados em companheiros, usavam a palavra e não raro a força física, para assim determinarem. Tal contexto clamava e ainda clama, como denuncia Hooks (2013) pela politização da educação, para denunciar ranços cujas raízes estão em grande parte, aqui no Brasil, na experiência colonial. Esse, ainda concordando com Hooks (2013) seria um dos caminhos para produzir outras teorias e políticas capazes de produzir deslocamentos positivos nos sujeitos do processo educativo, inseridos em contextos etnocêntricos perversos.

É certo, assim, que a ação educativa, embora se fundamente em uma dialética de humanização e de alienação possibilita, inegavelmente, a “criação de novas objetivações a serem legadas ao coletivo social presente e futuro”, também em nações “periféricas do capitalismo”, como é o caso da brasileira (FERREIRA, 2019, p. 503). Esse é um dos motivos, de acordo com Ferreira (2019), que justificam a educação escolar como um direito social, a ser garantido por um sistema nacional que ainda carece ser articulado, aqui no Brasil.

A articulação aqui em pauta demanda em se desvelar os antagonismos que afetam negativamente o modelo civilizatório vigente, caracterizado pela degradação das condições de vida da maioria da população, da negativa de direitos e da contestação dos bens públicos (FERREIRA, 2019). A ausência ou a timidez nas políticas públicas educacionais de condições motivadoras para acesso e permanência dos estudantes e, especialmente, das mulheres mães, que a exemplo das avós em destaque no relato não tiveram acesso ou não lograram êxito na escola na idade regular, ratifica, entre outros, a pertinência desses desvelamentos. Ao lado disso é premente edificar os caminhos para desconstruir os valores sociais excludentes, alicerçados historicamente, que desqualificam o protagonismo feminino na gestão das famílias e nas redes de apoio à outras mulheres.

Afirmamos que o nosso percurso pessoal e profissional como pesquisadoras trazem as marcas de mulheres que formam e gestam famílias. Acessá-las

como “presenças que fogem dos retratos e estão fortemente costuradas nas palavras e nos atos daquele que narra a sua história”, elucidam as imbricações dos sonhos que mulheres como as avós neste artigo em destaque intuíram e edificaram para as suas descendentes nas diferentes dimensões da nossa existência (DOLWITSCH, 2014, p.46).

Apontamos que no movimento, de rastrear os “guardados da memória” para recuperar as vozes de ancestrais femininas, aceitamos o nosso legado e assumimos a responsabilidade para redescobrir, completar e atualizar o que legaremos em nossos saberes e fazeres (BERN, 2012, p. 31). Esse processo, que possibilita acessar, de outro lugar, as nossas aprendizagens para potencializá-las em nosso percurso de formação e ação, ressignifica e amplia os sentidos que tem o ser mulher, mãe, professora e pesquisadora em nossas vidas (SOUZA, 2006). É esse um exercício difícil, exigente, que implica no reconhecimento e aceitação de um legado ancestral, gestado por outras mulheres que nos antecederam. Tal acolhimento é, sem dúvida, uma importante contribuição para possibilitar a cada mulher o direito de sonhar e romper as barreiras que ainda nos impedem de ter voz e de escolher ser gestora de família, se esse for o nosso desejo.

(IN) CONCLUSÕES

Este artigo estabeleceu como objetivo discutir sobre o lugar das gestoras de família na rede protetiva que cuida e garante o movimento das mulheres para a educação escolar, considerando esse movimento como um legado de ancestralidade. As informações auferidas indicam que esse papel é ancorado em redes de apoio constituídas principalmente por outras mulheres, fortalecidas na família e pela intergeracionalidade feminina. Ao mesmo tempo as reflexões delineiam um convite para repensarmos que as fissuras, abertas pelas mulheres que nos antecederam, ao possibilitar o acesso à escola para as suas filhas, provocam mudanças na educação que tentou nos restringir à condição de serviçal do lar, próximo ao jirau e ao pilão, uns dos tantos objetos associados à lida da casa. Essas fissuras, abertas por nossas ancestrais, são caminhos para as transições que nos permitem entender como chegamos até aqui. Nesse caminho certamente identificaremos o que nos foi e ainda é imposto ou negado, um movimento importante que nos dá consciência e voz, como protagonistas de um lugar que merece ser reexaminado, em uma história que também é nossa.

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá. Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral: um estudo de Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. **Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 40, jul./dez. 2012, p. 29-42. Disponível em: <https://>

www.scielo.br/j/elbc/a/XqvK9XKyGR8dwNHPM8M5rHr/?format=pdf&lang=pt.
Acesso em: 10 mai. 2022.

BOURDIEU, Pierre. Passeuron, Jean Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRITO, Raquel Cardoso; KOLLER, Silvia Helena Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (Org.) **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Lexikon, 2010.

DAVIS, Ângela **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOLWITSCH, Julia Bolssoni. **Narrativas (auto)biográficas: a mediação da Literatura Infantil nas trajetórias de uma professora de classe multisseriada**. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P (2011). Autoethnography: An Overview In. **Forum: Qualitative Social Research**, Volume 12, No. 1, Art. 10, 2011. Disponível em <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589/3095>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. In: Fontoura, Natália de Oliveira; Rezende, Marcela, Querino, Ana Carolina (orgs) **Avanços e desafios no Brasil contemporâneo**: Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10307> Acesso em: 05 abr. 2022.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.) **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. Educação Pública como direito social: desafios para a construção de um sistema articulado no Brasil. In: **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, p. 502-512, set/dez, 2019.

FLEXOR, Helene Ochi. Flexor. História da Família no Brasil (parte 1). In: Bastos, Ana Cecília de Sousa [et al]. **Famílias no Brasil: Recurso para a Pessoa e Sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270pnadcontinua.html?edicao=27762&t=resultados>. Acesso em: 15 set. 2022.

LEAL, Teresa Cristina Merhy. **Formação, prática docente e relação com as famílias em uma instituição comunitária: narrativas de professoras da Educação Infantil**. Curitiba: CRV, 2020.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo (2017). **Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil**. In: Educ. Soc., Campinas, v. 38, n.º. 141, p.1051-1071, out.-dez, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Matripotência: iyá nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. In: **What Gender is Motherhood? Gender and Cultural Studies in Africa and the Diaspora**. Palgrave Macmillan, New York, 2016. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_matripot%C3%AAncia.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

PENSSAN. **Contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]**. II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

PIERRON, Jean-Philippe. A foto da família: entre semelhança e reconhecimento. **Dans Le Divan familial** 2010/1 (N.º 24), p. 167 à 181. Disponível em <https://>

www.cairn.info/revue-le-divan-familial-2010-1-page-167.htm Acesso em 01 set. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, 1992.

SEIBEL, Bruna Larissa. *et al.* Rede de Apoio Social e Funcionamento Familiar: Estudo Longitudinal sobre Famílias em Vulnerabilidade Social. **Pensando Famílias**, 21(1), jul. 2017.

SLUZKI, Carlos E. “A rede social: proposições gerais”. In: SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Família e Educação**. Salvador: UCSAL, abril de 2022. Notas de Aula.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Caroline Matias de (2021). A maternidade perigosa: uma reflexão sobre a maternidade preta. In: **Portal Geledés**. Jun. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-maternidade-perigosa-uma-reflexao-sobre-a-maternidade-preta/> Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino de Pesquisa narrativa e escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: Abrahão, Maria Helena Menna Barreto; Souza, Elizeu Clementino de. (Orgs.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

VERSIANI, Daniela G.C.B. **Autoetnografias: conceitos alternativos em construção**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

O DISCURSO SOBRE HOMOSSEXUALIDADE EM “ADONIAS”, DE ALBERTO GUZIK E “PRIMEIRAS VEZES”, DE NATÁLIA POLESSO

Gabriel André de Barros

Graduando em Letras – Português e Inglês (licenciatura) na Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8240-6884>. gabriel.andre02@hotmail.com

Patrícia Silvestre Leite Di Iório

Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e docente do curso de Letras da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4566-149X>. patricia.leite@cruzeirosul.edu.br

Resumo: Este trabalho busca analisar o ethos homossexual (feminino e masculino) dos corpora “Adonias”, de Alberto Guzik e “Primeiras Vezes”, de Natália Polessa. Considerando-se, que um texto não é uma base de signos estáticos, mas “o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAIGUENEAU, 2006, p. 85), e, ainda, que as cenas de enunciação operam em três sentidos que se complementam: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia, busca-se, a partir da leitura e análise dos contos, discutir se há diferença na construção do *ethos* discursivo homossexual feminino e masculino, bem como contribuir para uma leitura crítica de como a literatura brasileira representa a comunidade LGBTQ+. Para a análise proposta, seguir-se-á os procedimentos sugeridos por Orlandi (2005), que consistem, primeiramente, na de-superficialização do discurso, depois na análise dos aspectos selecionados: cenas da enunciação e *ethos* discursivo homossexual. Após essa análise preliminar, realizar-se-á a interpretação do processo discursivo, estabelecendo um elo entre as formações discursivas dos dois contos e relacionando-as com a formação ideológica que rege essas relações.

Palavras-chave: Discurso. Cenas da Enunciação. Ethos homossexual.

Abstract: This paper seeks to analyze the homosexual ethos (female and male) of the corpora “Adonias” by Alberto Guzik and “First Times” by Natália Polessa. Considering, that a text is not a base of static signs, but rather, “the trail left by a discourse in which speech is staged” (MAIGUENEAU, 2006, p. 85), and that the scenes of enunciation operate in three senses that complement each other: the encompassing scene, the generic scene, and the scenography, based on the reading and analysis of the short stories, we aim to discuss whether

there is difference in the construction of the discursive ethos of homosexual female and male, as well as contribute to a critical reading of how Brazilian literature represents the LGBTQ+ community. For the analysis we propose, we will follow the procedures suggested by Orlandi (2005), which consist first of the de-superficialization of the discourse, then we will perform the analysis of the selected aspects: enunciation scenes and homosexual discursive ethos. After this preliminary analysis, we can perform the interpretation of the discursive process, establishing a link between the discursive formations of the two stories and relating them to the ideological formation that governs these relations.

Keywords: Discourse. Scenes of Enunciation. Homosexual ethos.

INTRODUÇÃO

A presença do negro e do discurso racista na literatura nacional já foram evidenciados e estudados na Academia e nas escolas de Educação Básica, no entanto sobre a presença da temática e de personagens homossexuais há um silenciamento. Os poucos estudos já realizados focalizam muito mais o viés político-social do que os vieses socioculturais e linguísticos.

Nesse sentido, este trabalho debruça-se sobre a cena englobante da literatura gay, especialmente a relativa à cena genérica conto, por meio dos corpora “Adonias” de Alberto Guzik (2002) e “Primeiras Vezes” de Natália Polesso (2015).

O conto “Adonias”, de Alberto Guzik, presente na obra “O que é ser Rio, e correr?”, publicada, em 2002, pela Iluminuras, é ambientado no contraste da bela e caótica cidade de São Paulo, na década de 1990, mostrando o embate entre a classe burguesa e a periferia, assim como a discrepância entre seus direitos e a diferença entre seus problemas.

“Primeiras Vezes”, de Natália Borges Polesso, foi publicado no livro “Amora” pela Não Editora, em 2015. A obra é constituída apenas por contos lésbicos nos quais são evidenciadas as vivências, as carências e os amores existentes no ambiente afetivo de personagens femininas, trazendo temas como a descoberta, o machismo social estrutural e a quebra de estereótipos impostos sobre essas mulheres.

Os contos de Alberto Guzik e de Natália Polesso foram selecionados por apresentarem a presença de personagens que fogem da “normatividade”, isto é, dos padrões pré-impostos pela sociedade dominante.

Como premissas deste artigo, utilizam-se os conceitos apresentados por Maingueneau (2004, 2006, 2014) relativos às cenas da enunciação, especialmente da cenografia dos contos “Adonias” e “Primeiras Vezes”, e de como o *ethos* discursivo é construído a partir dela para a análise. Para tanto,

consideraram-se os elementos linguísticos, bem como as formações ideológicas dentro dos textos analisados. Desta forma, busca-se evidenciar as marcas do preconceito, do machismo e da homofobia no corpus selecionado e contribuir para uma leitura crítica de como a literatura brasileira atual representa a comunidade LGBTQ+.

Em busca destas respostas, os passos procedimentais serão: contextualizar a relação do autor com a comunidade LGBTQ+; analisar a construção da cenografia no corpus selecionado; examinar as estratégias linguísticas utilizadas na construção do *ethos* discursivo e na imagem homossexual dos contos, comparar as representações do *ethos* discursivo homossexual obtidas pela análise do corpus e analisar as diferenças ideológicas na construção do *ethos* discursivo de cada um dos contos.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO DISCURSIVA: GUZIK, POLESSO E A COMUNIDADE LGBTQ+

Alberto Guzik (São Paulo – SP, 1944–2010) foi uma figura de renome no meio artístico paulistano. Iniciou sua carreira por meio da atuação, suas habilidades dividiam-se entre a crítica teatral e a escrita, sendo, também, professor de Artes na Universidade de São Paulo.

Mesmo não tendo se declarado como um homem homossexual, em suas obras, o autor sempre ressalta a presença de pessoas pertencentes a comunidade LGBTQ+. Sendo conhecido por possuir uma escrita chocante, Guzik retrata, detalhadamente, os preconceitos, por parte da sociedade padrão, que os homens gays enfrentam, bem como as perspectivas e motivações daqueles que o cometem.

Entre seus contos, destacam-se “Adonias” e “J.H” (O que é ser Rio, e Correr?), textos que já foram objeto de trabalhos acadêmicos, contribuindo, por exemplo, com os estudos sobre violência e homofobia na literatura.

Por sua vez, Natália Borges Polesso (Bento Gonçalves – RS, 1981) é uma escritora assumidamente lésbica. Trata-se de uma personalidade de grande destaque tanto no ramo acadêmico (Doutora em Teoria Literária), quanto no ramo literário, especialmente para a literatura gay, pois suas obras, apesar de apresentarem o machismo enraizado na sociedade brasileira, expressam amor e descobertas, o que destoa das representações da comunidade LGBTQ+ na literatura brasileira.

A autora ganhou o prêmio Jabuti 2016, pela obra “Amora” e, em 2017, foi incluída entre os principais escritores latinos pela Bogotá39. Polesso aproveita bem sua influência para representar a importância da figura feminina lésbica dentro da literatura. Suas principais obras, “Amora” (2015) e “Recortes para álbum de fotografia sem gente” (2018) retratam, de forma leve e direta, a vivência de mulheres lésbicas diante dos mais diversos obstáculos.

INSTÂNCIAS DAS CENAS DE ENUNCIÇÃO: CENA ENGLOBANTE, CENA GENÉRICA E CENOGRAFIA

Conforme Maingueneau (2001, p. 59), todo texto pertence a uma categoria de discurso, isto é, a um gênero de discurso. Para o autor, essa categoria corresponde a dispositivos de comunicação possibilitados pelas condições sócio-históricas. Para além da noção tradicional de gênero, elaborada na esfera literária, estende-se a concepção de gênero de discurso para as atividades sociais que se submetem a certas condições de êxito: sua finalidade, os papéis do enunciador e coenunciador, circunstâncias apropriadas, seu suporte e a organização textual.

Para o autor, deve-se apreender a situação de discurso como cena da enunciação, considerando o texto como “rastros deixados por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2001, p. 85).

Assim, na cena de enunciação, Maingueneau distingue três cenas complementares e indissociáveis, mas que, de forma didatizante, são analisadas distintamente. São elas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

A cena englobante é a que diz respeito ao tipo de discurso, no caso da análise em questão, trata-se do discurso literário. No entanto, a cena englobante só é possível por meio dos gêneros do discurso específicos, ou seja, da cena genérica. A cena genérica é a parte do quadro cênico pelo qual o discurso se estabiliza. Dentro dessa cena, as atividades discursivas são situadas de forma que os sujeitos estão atrelados socio-historicamente, porém a caracterização nela é incompleta devido ao não estabelecimento do estatuto dos parceiros no espaço pragmático.

A cena genérica é o plano responsável por determinar as condições de enunciação e as atividades verbais do contexto. As caracterizações envolvendo a relação de espaço, tempo, papel social dos participantes da enunciação e gênero do discurso cabem a essa cena.

Por mais distintas que aparentam ser, a cena englobante e cena genérica compartilham da mesma estabilidade, uma vez que nelas as condições de enunciação são marcadas pelo espaço tempo delimitado e marcado, fazendo com que haja sentido nos enunciados.

A última parte da tríade, a cenografia, é construída pelo próprio texto e pode ser definida com um plano de situação de enunciação. A cenografia é o primeiro elemento com o qual o leitor se depara, se tornando a fonte do discurso e aquilo que o próprio pode formar. Na cenografia, gênero e tipo não são impostos, uma vez que seu conceito estabelece uma expectativa advinda da construção do texto.

Desta forma, um texto deve validar a cena por intermédio da manifestação dos conteúdos, pois como citado por Maingueneau (2006), uma cenografia só se estabelece devidamente a partir do momento em que há o controle de seu próprio desenvolvimento, mantendo distância de seu coenunciador.

Para uma melhor compreensão, é preciso ressaltar que há gêneros do discurso em que a cena genérica impõe uma certa cenografia, por exemplo, uma lista telefônica, e outros em que, por sua natureza, há liberdade de escolha da cenografia, tal como os contos analisados.

ETHOS DISCURSIVO

A noção de *ethos* remonta à Grécia antiga e aos seus filósofos, principalmente à Retórica de Aristóteles. Em uma nova perspectiva, o linguista francês Dominique Maingueneau foi responsável pelo resgate do conceito de *ethos*, incorporando-lhe um viés discursivo mais atual. O autor cria, então, uma visão mais complexa, formulando um conceito que não se limita à fala, evidenciando a presença do *ethos* em formas escritas, faladas e discursivas, tendo essas a intenção de persuadir ou não.

A concepção do *ethos* relacionado à cena da enunciação vincula-se à incorporação, criando um caminho duplo que dá “forma” ao enunciador do discurso, oferecendo a chance de o destinatário construir uma representação dinâmica dele, incorporando sentidos e assimilando o discurso. Essa assimilação, como frisado por Maingueneau (2006), trará uma constituição de “corpo da comunidade imaginária”, em outras palavras, o imaginário do interlocutor criará estereótipos daquilo que está sendo dito ou de quem está falando.

Na proposta de Maingueneau, a ideia de *ethos* assume o princípio de noção discursiva, isto é, o *ethos* é construído por meio do discurso e não é uma imagem do locutor no exterior de sua fala. O *ethos* discursivo é aquele que mesmo não se limitando à fala do enunciador está diretamente ligado a ele, pois é a construção da imagem de si apresentada por meio do discurso.

Para Oliveira (2011, p. 41), “Por ser uma representação global de si, o enunciador ao elaborar sua fala cria sua imagem, um *ethos* e lhe confere uma gama de traços psicológicos como jovialidade, amabilidade, severidade, simpatia. Estas características marcarão o caráter do enunciador”. Para que o *ethos* discursivo faça sentido, há a necessidade de um espaço sócio-histórico que possa lhe possibilitar credibilidade.

Os estudos do *ethos* discursivo buscam analisar e compreender como o enunciador deixa a sua marca no enunciado, utilizando das cenas de enunciação (genérica, englobante e cenografia) e o contexto social. Dessa forma, o *ethos* discursivo pode ser entendido com base nos estereótipos adotados durante o percurso da enunciação, legitimando e posicionando o enunciador no campo discursivo.

CENAS DA ENUNCIÇÃO E ETHOS DISCURSIVO: UMA ANÁLISE DE “ADONIAS”

“Quente abafada tarde, desagradável, úmida”. Dessa forma Alberto Guzik introduz o leitor ao aspecto do clima urbano da cidade de São Paulo, em sua região central e de maior concentração de pessoas. Ônibus e automóveis barulhentos, postes altos e de metal gasto são mencionados pelo narrador em terceira pessoa que apresenta o local no qual Adonias se encontra.

Como já apresentado, em “Adonias”, a cena englobante é o discurso literário e a cena genérica é o conto. Como apresentado por Gotlib (1990), o conto por si só possui uma estrutura mista, na qual diversas realidades podem ser incorporadas e registradas, sendo estas ficcionais ou não. Para o autor, a voz do narrador é um fator primordial de influência em todo o desdobramento dos acontecimentos, podendo resultar em diversas interpretações para quem o lê.

No conto em análise, desde o início da narrativa, Guzik evidencia o espaço em detalhes, traçando, para a cidade de São Paulo, uma cenografia caótica, mas fazendo-o de uma forma leve e sutil, como pode ser visto em: “A poluição paira no ar, quase visível. Não aqui, na ilha entre dois rios divergentes de automóveis e ônibus ruidosos, fumarentos [...] mas lá, ao longe, para os lados da praça Oswaldo Cruz, na outra ponta da Paulista” (GUZIK, 2002, p. 13).

Na primeira instância cenográfica, o personagem principal atravessa a praça Oswaldo Cruz adentrando o Conjunto Nacional, direcionando-se até o Cinearte. No local, Adonias escolhe assistir ao filme “Hamlet”, indicação de seu “colega” de trabalho, Silva. A versão exibida é a clássica de 1948, dirigida e interpreta por Laurence Olivier. No corredor do cinema, há um pôster do filme que desperta a curiosidade e que leva a personagem a vários devaneios e reflexões.

Adonias é um homem de idade não revelada e boa aparência, vive no subúrbio de São Paulo com sua mãe enferma, levando uma vida repleta de drogas, má alimentação e sexo, pois, por não ter tido grandes oportunidades como artista, teve que se render-se à vida de ator pornográfico. O perfil de personalidade de Adonias é retratado por meio do estereótipo de um seguidor do movimento punk. A personagem usa vestimentas justas em jeans escuros, botas tipo coturno, cinto preto, acompanhados de regatas e óculos escuros. Seu comportamento, descrito como confuso e inquieto, completa a ideia de que o autor buscou inspiração nessa tribo urbana.

Este fato ganha ainda mais embasamento quando é relacionado ao contexto de produção da obra, início dos anos 2000, fase em que o centro urbano de São Paulo sofria com crimes contra as minorias sociais, com foco em homossexuais e travestis, que eram atacados com violência e brutalidade por grupos punks que, por diversas vezes, impunemente causavam mortes.

Antes de entrar para assistir ao longa-metragem, Adonias se direciona aos sanitários do cinema. No local, é surpreendido por um homem homossexual

parado ao lado do mictório que Adonias utiliza. Adonias recua, saindo do ambiente de forma raivosa do local: “Veado de merda, vai ver o que é bom’, diz entredentes enquanto caminha para porta fechando a braguilha, afivelando o cinto. Fumegando de raiva, sai do banheiro”. (GUZIK, 2002, p. 16).

No trecho é perceptível a homofobia do personagem, isto é, que o *ethos* mostrado é de repúdio a homossexualidade, bem como um *ethos* preconceituoso. Nos parágrafos seguintes, o ódio contra o homem gay, que se senta ao lado de Adonias na sala de exibição e tenta, novamente, uma aproximação continua. Sua ação é refutada novamente, desta vez com uma agressão física.

Não nota o rapaz de óculos que se sentou ao lado. Quando percebe o calor de uma coxa que roça a sua, metralha um palavrão, dá uma cotovelada seca e violenta. O outro solta um arquejo brusco de dor. O homem grunhe: “Se vier de novo atrás de mim, te mato, veado nojento” (GUZIK, 2002, p. 17).

Seguida à cenografia de repúdio à homossexualidade, inicia-se uma cenografia de confusão dentro do personagem, pois ele se encontrava deslumbrado ao ver a atuação de Olivier. Adonias se sente atraído pela imagem pálida e quase fantasmagórica do ator, mesmo sem entender a trama em que a personagem está inserida, sua atenção está voltada para o homem, algo dentro de si o faz criar uma conexão com o personagem, mesmo que este não consiga entender qual.

O rosto do loiro ocupa toda a tela. A imagem de dor mais funda em que já pôs os olhos. Lê, devagar: “Ser ou não ser”. Não acompanha as outras palavras. Mas aquilo ele entende. Experimenta em si o sentido [...] Mesmo que estivesse morto esse Olivier, a intensidade da dor, da raiva que sente, está ali presente. [...] O loiro está ali no chão. O homem lê outra frase: “O resto é silêncio” (GUZIK, 2002, p. 18).

As cenas interpretadas por Olivier²⁵ impactam o psicológico de Adonias, as frases marcantes da personagem Hamlet (“Ser ou não Ser” e “O resto é silêncio”) faz com que seus pensamentos se voltem para sua infância, com a revelação, nos momentos finais do conto, de que Adonias sofria de abusos sexuais durante a infância. Os abusos (o filho do pastor da comunidade cristã que sua mãe frequentava o obrigava a praticar sexo oral para que lhe emprestasse seus brinquedos) foram descobertos pela mãe de Adonias, que impôs exorcismo ao menino. Como minoria, o menino é culpabilizado, tendo sua imagem se fixado na comunidade como a de um “possuído”, isto é, a ideia de ter demônio no corpo.

²⁵ Laurence Olivier (1907 – 1989) foi um renomado ator, produtor e diretor britânico, vencedor de vários prêmios, inclusive, quatro Oscars.

Em uma terceira cenografia, durante a gravação de uma cena do filme pornográfico em que atua, o *ethos* preconceituoso se mantém e percebe-se que os reflexos do episódio de abuso sexual são representados por discursos machistas, homofóbicos e misóginos, tal como em “Ele resmungo, rosna e bate. Sente gosto de sangue na boca. Tem só uma raiva sem fim. Espanca a mulher, furioso, mecânico, bruto” (GUZIK, 2002, p. 23).

Considerando-se a profissão de Adonias, espera-se que a enunciação apresente um *ethos* de inclusão e adesão à causa homossexual, isto é, de que seja confirmado um *ethos* pré-discursivo ligado ao estereótipo de que atores tratam questões sexuais com mais normalidade do que o restante da sociedade. No entanto, o *ethos* mostrado é machista, pois Adonias chega a agredir fisicamente sua parceira de atuação e, ao mesmo tempo em que ocorria a gravação da cena do filme pornográfico e a agressão à atriz, também vai se revelando um *ethos* de homem confuso em relação à sua orientação sexual, pois essa cenografia é permeada por *flashbacks* da atuação de Olivier, misturadas ao desejo profundo e não revelado de Adonias de estar se relacionando com outro homem.

Adonias recusa os seus desejos, criando uma camada impermeável de agressividade direcionada a todos aqueles que de alguma forma fazem com que se lembre da punição da infância ou que exponham as verdades escondidas pela carapaça de machismo. Isto se torna evidente quando o produtor do filme convida Adonias para atuar em uma cena pornô gay, o que desperta uma fúria interna.

Fugindo de si mesmo, Adonias percorre a Avenida Barão de Itapetininga desvelando os seus medos profundos:

A Barão de Itapetininga exala odores ácidos e pastosos, intoleráveis. Adonias apressa o passo. A rua é um acampamento de esmolambados a céu aberto [...] Adonias não consegue desviar os olhos. Tem tanto medo, sempre, de acabar ali um dia, de se ver reduzido aquilo (GUZIK, 2002, p. 26).

É revelada uma quarta cenografia, marcando como espaço a esquina da Avenida Ipiranga com a Avenida São João. Adonias se encontra com outros homens que compartilham dos mesmos ideais e da mesma estética punk. Para caracterizar essa cenografia, há a revelação da imagem do líder do grupo, que acredita estar fazendo uma “limpa no lixo” social, isto é, os homossexuais, os negros, os judeus e os comunistas. De acordo com essa personagem, livrando-se do lixo, a sociedade entraria nos eixos, fazendo com que eles (os punks) pudessem viver da forma que mereciam.

Adonias é coagido a assaltar um jovem gay que caminhava pelo local embriagado. Se atirando propositalmente de forma agressiva em cima do homem, Adonias inicia uma briga que resulta em um espancamento coletivo, causando a morte do rapaz.

O primeiro soco é ele quem desfere, um murro de direita contra o rosto do veado. Sente nos nós esfolados dos dedos a força do golpe. Uivos de dor e rogos diluem-se numa tempestade de socos e chutes [...] Adonias chuta e bate mais que os outros com feroz alegria. Ouve os gemidos inúteis, o som seco dos golpes, o estalar sinistro dos ossos que se partem (GUZIK, 2002, p. 28).

De forma proposital, o autor alocou este acontecimento dentro de uma área popularmente frequentada pela comunidade LGBTQ+, assim como a região da Avenida Paulista onde a história inicia e evolui. De forma irônica, Guzik apresenta um ato violento e chocante dentro de um local dito como seguro para aqueles que fogem da heteronormatividade. Essa insegurança se relaciona diretamente com o sentimento principal de Adonias, que, em momento algum, se sente confortável e feliz consigo mesmo, mostrando um *ethos* confuso e indeterminado.

Após cometer o assassinato, Adonias corre até a quitinete em que mora com sua mãe, e, na narrativa, demonstra-se com sentimentos antagônicos: grande ódio e amor ressentido. No ambiente miserável, encontra uma ordem de despejo. Banha-se para retirar o sangue da vítima e se deita em sua cama refletindo sobre sua vida, misturam-se o medo de ser pego pela polícia e precisar abandonar sua mãe doente, ao mesmo tempo em que deseja que ela morra, bem como o receio de ser despejado e morar na rua.

Boca seca, Adonias ouve o ritmo do próprio coração. Alguma coisa tem que fazer. O filme de veado? Não, isso não. O barulho do trânsito aumenta. Permanece deitado enquanto a escuridão se dissipa, rápida. Do outro lado da cortina, a mãe está imóvel, como um bloco de gelo, ele pensa. [...] A manhã avança. Ah, se as ideias pudessem matar... Ali dentro ninguém se move. Ainda. Ser ou não ser... Ser ou não ser... Ser ou... (GUZIK, 2002, p. 35).

A frase final do conto “Ser ou não ser” se repete inúmeras vezes ao longo do texto, marcando tanto o impacto que o filme e o ator tiveram sobre Adonias, como salientando sua confusão mental e indecisão sobre se assumir ou não homossexual. Assim, a frase corrobora com a interpretação de um *ethos* homossexual confuso e atormentado, preso aos padrões de uma sociedade preconceituosa.

“PRIMEIRAS VEZES”: O *ETHOS* DA DESCOBERTA

De forma fluida e utilizando a terceira pessoa, o narrador do conto “Primeiras Vezes” introduz o leitor a uma grande questão da adolescência: a virgindade. Logo nas primeiras linhas do enredo a personagem principal²⁶ se queixa de não praticar as mesmas coisas que as outras garotas da sua idade

26 Não há menção ao nome da personagem, assim utilizar-se-á “Ela”.

costumam fazer, deixando exposto que se sente deslocada em meio a todas as experiências vividas por outrem.

Não aguentava mais aquilo de ser virgem. Dezesete anos e parecia um pecado. Estava cansada de mentir para as colegas sobre como tinha sido sua primeira vez. Cansada. Já não lembrava qual era a verdade da mentira que tinha contado e agora adicionava fatos aleatórios (POLESSO, 2015, p. 14).

Como recurso narrativo, omite-se o nome da personagem principal, para que a personagem represente qualquer adolescente, inclusive, os leitores.

“Ela” é apresentada como uma garota de 17 anos, que cursa, no noturno, o terceiro ano do ensino médio em uma escola pública. O texto tem como cena englobante o discurso literário e como cena genérica o conto, a cenografia é a de um ambiente escolar repleto de adolescentes imaturos vivendo o auge de suas vidas, sem se importar com os estudos ou com a gravidade de atos inconsequentes. A negligência juvenil, quanto ao ambiente escolar, é salientada e ao mesmo tempo normalizada.

Fazia o terceiro ano noturno de uma escola pública tradicional onde, tradicionalmente, às sextas, apenas os dois primeiros períodos eram frequentados. Nem os professores apareciam nos dois últimos (POLESSO, 2015, p. 14).

“Ela” participava deste meio, sempre faltando no último dia da semana para que pudesse descontraír no bar, cenografia em que a personagem poderia vestir sua fantasia e fingir ser aquilo que afirmava para todos os colegas: uma adolescente descolada que já havia se envolvido de forma sexual com um homem:

Estava cansada de mentir para as colegas sobre como tinha sido sua primeira vez. Cansada. Já não lembrava qual era a verdade da mentira que tinha contado e agora adicionava fatos aleatórios. Ele tinha um chevette. Estava tocando 4 Non Blondes. Eu estava usando uma calcinha verde. Comemos batata frita. Ele não mora aqui. Calcinha verde? Quem usa uma calcinha verde quando sabe que vai dar? Nada daquilo era real. Não era uma songamonga que nunca tinha feito nada, mas era virgem ainda. Cansou (POLESSO, 2015, p. 14).

Destaca-se, assim, a dúvida a respeito da sexualidade da personagem principal, pois em nenhum momento mostra interesse em se relacionar com um homem, mas sim, em se enquadrar nas vivências de suas colegas de classe, situação comum à comunidade LGBTQ+ na adolescência. Para “Ela”, era mais

simples esconder sua afetividade, e, por pressão de terceiros, sucumbir o real desejo, fazendo com que haja uma confusão entre os reais sentimentos da pessoa e da sua persona.

A adolescência costuma ser tanto o momento de descobertas como de revoltas, pois as percepções sobre sexualidade e identidade de gênero costumam ocorrer durante este período. Inseguranças, medos e convicções são consequências desse momento. É exatamente por isso que “Ela” está passando. Uma grande profusão de sentimentos permeia sua mente, deixando evidente, nessa cenografia, um *ethos* confuso.

Na cenografia seguinte, a personagem encontra-se no bar com o rapaz Luis Augusto Marcelo Dias Prado, com quem, sem medir consequências, inicia um relacionamento. O nome completo deste personagem, em contraponto com a personagem sem nome, reforça a indefinição, a falta de conhecimento de si, de “Ela”.

Com Luis, “Ela” acabou conseguindo atingir aquilo que almejava: perdeu a virgindade. Mas nada foi como imaginou. Toda a fantasia montada em sua cabeça acabou não se concretizando e, mesmo tendo feito aquilo que julgava ser algo transgressor, notou que nada em si mudou, psicológica ou fisicamente.

Concluiu que todo o antes tinha sido melhor do que o durante. Depois foi até o banheiro e notou que tinha a mesma cara virgem. Uns cabelos pretos escorridos para trás das orelhas, nada de maquiagem, ombros pontudos de tão magros, um pouco de sangue entre as coxas. Saiu do banheiro gostando muito mais de física do que antes e pediu para ir embora. Luis Augusto Marcelo Dias Prado não entendeu (POLESSO, 2015, p. 17).

De forma oposta ao que demonstrava sentir com Luis, “Ela” se sentia à vontade com Letícia, sua amiga. Em sua presença, “Ela” começa a se autoperceber, a revelar sua orientação sexual.

Aquilo tinha se enraizado intensamente nas suas sensações diárias. A boca vermelha de Letícia. Os pensamentos há anos presos num lugar escuro da cabeça, agora soltos em palavras. Palavras que foram parar na cabeça de Letícia (POLESSO, 2015, p. 16-17).

Nesse trecho, o *ethos* homossexual da personagem se torna evidente. As tentativas em omitir sua sexualidade se findaram na exposição de seus sentimentos a Letícia. Como consequência, “Ela” não conseguiu frequentar as aulas durante dias, até o momento em que telefonou para Letícia e esclareceu todas as mentiras anteriormente contadas. Letícia, por sua vez, apenas a ouviu e a reconfortou com palavras vagas.

Ligou para Letícia. Contou sobre o dia anterior e sobre como tinha mentido em relação à sua primeira vez e sobre como queria que as lésbicas não tivessem explodido no shopping e sobre como tinha sonhos esquisitos com a Linda Perry e sobre como naquele dia no sofá queria tê-la beijado em sua boca vermelha. Letícia, por sua vez, disse-lhe que primeiras vezes eram sempre daquele jeito e que talvez ele não tivesse feito direito [...] Não disse nada sobre lésbicas, novela, Linda Perry, nem sobre beijos em bocas vermelhas (POLESSO, 2015, p. 18).

O conto se encerra em uma festa escolar, tornando-se, portanto, a cenografia final. “Ela” se encontra com Letícia, momento em que se relacionam de forma sexual. Não há mais dúvidas sobre a sexualidade das personagens: “Nenhuma das duas teve tempo de tirar o sutiã. Foi tudo desajeitado, como são geralmente as primeiras vezes. Cheias de dentes que batem e movimentos de desencaixe” (POLESSO, 2015, p. 19).

Por mais que ambas se relacionem, o ato não se propaga para um romance. Letícia estava em um relacionamento heterossexual e o manteve, enquanto “Ela” seguiu vivendo sua vida de forma singular. O *ethos* inicialmente mostrado como confuso se torna um *ethos* homossexual de descoberta, a primeira vez de “Ela” com outra mulher.

CONSIDERAÇÕES

Após analisar as narrativas apresentadas nos contos, pode-se perceber que ainda há uma certa padronização no que tange à identidade homossexual. Embora no espaço literário existam possibilidades para se quebrar barreiras e ditar o imaginável, as representações homossexuais ainda são reduzidas aos estereótipos impostos pela sociedade heteronormativa ao longo dos anos.

As cenografias, em sua predominância, se resumem à área urbana. É atípico narrativas que fogem da ambientação de cidades grandes, uma vez que nestes locais é concentrada a habitação de pessoas da comunidade LGBTQ+. Nos contos analisados, as cenografias, além de caracterizarem o caótico espaço urbano, também contribuem para a construção de personagens confusas.

Por meio dos exames acerca dos *ethos* apresentados em ambas as narrativas, pode-se evidenciar as marcas do machismo, homofobia e preconceito. Como resultado, uma leitura crítica pode ser estabelecida, levando à percepção da comunidade LGBTQ+ da literatura atual brasileira.

Pelas análises, na literatura brasileira, o *ethos* atribuído ao homem gay está atrelada ao sofredor, a um indivíduo em que determinado momento de sua vida, quer seja na infância, quer seja vida adulta, passou por trauma e episódio de homofobia. A personagem Adonias, como representante de estereótipos identitários, também apresenta eventos traumáticos, mas para esconder seus

sentimentos e realizar o apagamento social do evento homossexual, junta-se a grupos opressores de minorias.

Comparando as representações dos *ethos* discursivos, no que diz respeito à mulher lésbica, sua representatividade é limitada a uma pessoa desiludida pelo amor masculino. Na análise, a personagem “Ela”, como estereótipo identitário de outras personagens lésbicas, é retratada como confusa, pois sua caracterização se dá como no estágio de descoberta e de mudança de seus enlances românticos para o âmbito homoafetivo.

Por meio da análise das diferenças ideológicas apresentadas, pode-se perceber que os *ethé gays e lésbicos são, ainda, estereótipos identitários, mas, no caso das personagens lésbicas, há uma suavização, há mais delicadeza na construção da cenografia e do ethos discursivo.*

Dessa forma, pode-se concluir que a literatura brasileira ainda está presa aos estigmas negativos ao retratar a imagem de pessoas homossexuais, há a necessidade de repaginar as histórias, criando rumos diferentes para os personagens, criando cenografias e *ethos* que fujam aos estereótipos identitários e possibilitando a equidade entre personagens homo e heterossexuais. Dessa forma, as leituras que incluem o tema diversidade serão cada vez mais normalizadas, fazendo com que o preconceito diminua de forma progressiva.

REFERÊNCIAS

GOTLIB, Nádia Battella. **Teoria do conto**. São Paulo: Ática, 1990.

GUZIK, Alberto. **O que é ser Rio, e correr?** São Paulo: Iluminuras, 2002.

MAIGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAIGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2014.

OLIVEIRA, Adriana Aparecida de. **Cenas de enunciação e *ethos* discursivo no discurso literário de Moacyr Scliar em Língua Portuguesa**. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

POLESSO, Natália. **Amora**. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

INTERSECCIONALIDADE E CIBERFEMINISMO

Construindo laços transfronteiriços nos Feminismos Contemporâneos

Camila Lamartine

Doutoranda em Ciências da Comunicação com especialização em Estudos Sociais na Universidade Nova de Lisboa (FCSH) e investigadora do ICNOVA. Mestre em Branding e Design (IADE/UBI). Jornalista e ativista.

<https://orcid.org/0000-0002-0011-7773>

Email: camilalamartinemb@gmail.com

Resumo: Os movimentos feministas contemporâneos surgem numa escala global e com reflexões também a nível local, assumindo assim uma clara dimensão transnacional a partir das manifestações de rua e do ativismo digital feminista — o ciberfeminismo. Recorrendo a narrativa de ondas, a quarta onda feminista se caracteriza, especialmente, por emergir do ciberespaço, vindo a garantir aos feminismos, portanto, um carácter diverso e plural na reivindicação de maior inclusão das diferenças, enfatizando a interseccionalidade. Dessa forma, é objetivo deste estudo tentar perceber a construção desses feminismos através do ciberfeminismo e sua relação com a interseccionalidade, mecanismo teórico-metodológico fundamental para todo ativismo contemporâneo. Recorremos a uma abordagem qualitativa pautada no levantamento bibliográfico, além de casos práticos da ação ciberfeministas que irromperam o ciberespaço. Defendemos que esta nova vaga feminista tem a interseccionalidade como pilar constitutivo, consolidando o ciberfeminismo como uma potência de atuação coletiva e conectada, transnacional e preocupada com a inclusão de diversas representações identitárias.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Feminismos Contemporâneos; Ciberfeminismo; Ativismo Digital.

Abstract: Contemporary feminist movements emerge on a global scale and with reflections also at the local level, thus assuming a clear transnational dimension from street demonstrations and feminist digital activism – cyberfeminism. Resorting to the narrative of waves, the fourth feminist wave, characterized, especially, by emerging from cyberspace, guarantees to feminisms, therefore, a diverse and plural character in the vindication of greater inclusion of differences, emphasizing intersectionality. Thus, the aim of this study is to try to understand the construction of these feminisms through cyberfeminism and its relationship with intersectionality, a fundamental theoretical-methodological mechanism for all contemporary activisms. We resort to a qualitative approach based on

bibliographical survey, in addition to practical cases of cyberfeminist action that have burst into cyberspace. We argue that this new feminist wave has intersectionality as its constitutive pillar, consolidating cyberfeminism as a power of collective and connected action, transnational and concerned with the inclusion of diverse identity representations.

Keywords: Intersectionality; Contemporary Feminisms; Cyberfeminism; Digital Activism.

INTRODUÇÃO

As ciências sociais têm visto recente intensificação de pesquisas acadêmicas na senda da interseccionalidade, na busca de um desmascaramento das diversas camadas de opressão que regem a sociedade e todos que a integram — o que não é diferente no espaço científico.

Os primórdios da interseccionalidade se entrelaçam com o movimento negro, especialmente as mulheres negras (COLLINS, 2015), sendo sua concepção atribuída à jurista Kimberlé Crenshaw (2004), que nos faz perceber que nem sempre lidamos com grupos diferentes de pessoas, mas com grupos que são, na verdade, sobrepostos. Essa ideia permite-nos (re)pensar acerca das diversas categorias que atravessam a identidade, como raça, classe, sexualidade e, claro, gênero.

No âmbito do movimento feminista, ao recorrermos a narrativa das ondas, percebemos que a diversidade e pluralidade em torno da conceituação de “ser mulher” advém da terceira vaga na eclosão do que Silva (2019) distingue de feminismos da diferença. Essa ideia nos faz também questionar acerca da predominância da branquitude no seio do movimento feminista onde o feminismo branco passa a ser quase um sinônimo pleno do que entendemos por feminismo *mainstream* (ZAKARIA, 2021).

Apesar de advir da onda acima referida, o conceito de interseccionalidade ganha espaço e se fortalece no novo momento do feminismo, a quarta onda. Ainda que não seja de todo um consenso, especialmente na academia, a quarta vaga feminista é caracterizada, principalmente, por emergir do ciberespaço (CHAMBERLAIN, 2017), originando diversos movimentos digitais emblemáticos como o #MeToo nos Estados Unidos e o #NiUnaMenos na Argentina, estes que logo se tornaram transnacionais.

Esta também é, portanto, uma característica específica e diferencial da quarta vaga do feminismo. A transnacionalidade despreza as imposições fronteiriças devido ao ciberespaço e reconfigura a justiça de gênero como um problema de caráter tridimensional (FRASER, 2007), unindo o global e o local, num feminismo que chamo globalizado, clamando por representatividade e pluralidade.

Neste sentido, considerando o ciberfeminismo como uma ferramenta essencial para a construção do novo momento do feminismo que se faz também de hibridade e, assim, heterogeneidade, procurarei demonstrar neste artigo que a interseccionalidade se transforma num mecanismo fundamental de construção não só da quarta onda feminista (ZIMMERMAN, 2017), mas do próprio ativismo contemporâneo.

Para isso, através de abordagem qualitativa traçada em levantamento bibliográfico e casos práticos de ações ciberfeministas, iremos tentar perceber qual a relação entre o ciberfeminismo e a construção do feminismo contemporâneo, bem como qual o lugar destinado à interseccionalidade, na premissa de que através da construção de laços e da solidariedade informativa (CHAMBERLAIN, 2017) o ativismo feminista permite que o feminismo de quarta onda rompa fronteiras geográficas e digitais preocupando-se, cada vez mais, com a inclusão das variadas representações identitárias.

ATIVISMO FEMINISTA: DO CIBERFEMINISMO À QUARTA ONDA

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) interferiram nos diversos formatos comunicacionais da sociedade e, ainda, nos processos de transmissão e recepção de informação. É por causa da descentralização da comunicação que os procedimentos de se comunicar tornam-se mais democratizados e horizontais. A interação proporcionada pela eclosão do ciberespaço culminou no desenvolvimento de redes sociais digitais que partem da relação entre atores e as suas próprias conexões, já que, “a abordagem em rede, tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar atores sociais nem suas conexões” (RECUERO, 2009, p. 24).

Os novos movimentos sociais formam-se a partir de redes informais, baseando-se em pontos ideológicos similares num sentido de solidariedade e identificação coletiva (DELLA PORTA, 2006). A extensão proporcionada pelo ciberespaço, logo pela cibercultura, oportuniza a maior promoção de ações coletivas que fomentem mudanças sociais e independam de questões vinculadas a geografia e demais territórios (FERNÁNDEZ *et al.*, 2019), o que, no caso do feminismo, permitiu uma maior disseminação do debate entre as mulheres.

O movimento feminista logo percebeu o potencial das redes sociais digitais na propagação dos seus ideais e discursos (BERNAL-TRIVIÑO E SANS-MARTOS, 2020), ampliando os questionamentos e representações da mulher, vindo a questionar as inúmeras desigualdades de gênero no que diz respeito a ciência e tecnologia, estabelecendo o que compreendemos como ciberfeminismo (MARTINEZ, 2019).

Durante os anos 1990 se conhece o termo ciberfeminismo que é costumeiramente atribuído à filósofa Sadie Plant e ao coletivo australiano *VNS Matrix*, por causa do seu Manifesto Ciberfeminista lançado em 1991, numa

homenagem ao estudo da teórica Donna Haraway (1995) e o seu Manifesto Ciborgue. Estes manifestos propunham a quebra de binarismos através de reflexões acerca das representações femininas e dos papéis desenvolvidos no mundo informatizado e digital (MARTINEZ, 2019), já que o empoderamento feminino em relação à política se faz a partir dos meios de produção vigentes, ou seja, as próprias TICs.

Originalmente essas redes sociais feministas se constituíram a partir do enlace entre a presença física dessas mulheres e uma interação fundamentada em tecnologia analógica e eletrônica, com cartas, cartazes, panfletos, zines, performances e intervenções artísticas (FERREIRA E LIMA, 2020) o que foi fundamental para os diversos protestos neste período ao investigarem “como as ferramentas tecnológicas as afetavam e defendiam a criação de espaços a partir de novas formas de participação ativista na internet” (ABREU, 2017, p. 137).

Se as TICs desafiaram a forma de se comunicar e relacionar, no âmbito do feminismo, a primeira resposta a essa demanda foi, sem dúvidas, o ciberfeminismo (FERREIRA E LIMA, 2020). É neste ponto que percebemos uma desvinculação do debate das mulheres às organizações e instituições a partir de uma aproximação às questões pessoais que já não mais corroboram na falsa ideia da universalização da mulher (SILVA, 2019; MARTINEZ, 2019; LAMARTINE, 2021) que tanto excluiu corpos não brancos do movimento feminista (ZAKARIA, 2021).

O ciberfeminismo adicionou às demandas feministas a análise das ciberculturas e a construção do gênero nos ciberespaços, além de lutar contra as características sexistas que excluem as mulheres da cultura e do desenvolvimento tecnológico, cenário no qual, ontem e hoje, permanece sob o domínio e o controle masculino (ABREU, 2017, p. 141).

Este ativismo feminista em conjunto às oportunidades que a internet garantiu acabaram por originar a quarta onda do movimento feminista, identificada, sobretudo, por emergir das redes e plataformas digitais (MACLARAN, 2015; TOMAZETTI, 2015; SILVA, 2019). Ainda que não seja um consenso no ativismo e na própria academia, essa nova onda se debruça na preocupação da inclusão das diferenças, na exposição de questões como o racismo, LGBTfobia, discriminação e demais preconceitos, atentando para a necessidade da consolidação do lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

Para a jornalista Kira Cochrane (2013), a quarta onda é identificada por quatro características diferentes, mas que se somam de forma indissolúvel. Em primeiro, identifica o ativismo online feminista — que aqui utilizo como ciberfeminismo, anteriormente explicitado — e sua capacidade também híbrida. Depois, define a “cultura do estupro” observando que nunca se falou tanto

de assédio e feminicídio como nos feminismos contemporâneos. Em terceiro lugar aponta a utilização do humor como estratégia de disseminação — deixo claro, todavia, que esta característica não é exclusiva do ativismo feminista, sendo encontrada facilmente nos movimentos estudantis e climáticos, por exemplo. Por fim, a autora ressalta a importância da inclusão, nomeadamente, da interseccionalidade.

Em seus estudos, Diana Parry *et al.* (2018) também identificam quatro principais particularidades desta onda. Em primeiro lugar citam as fronteiras confusas entre as demais ondas, ou seja, há um limite indefinido entre as fronteiras desta vaga. Depois, apontam às mobilizações tecnológicas como uma característica imprescindível para os projetos das feministas de quarta onda, como o #MeToo, #MeuAmigoSecreto, #NiUnaMenos, #Time'sUp, entre tantas outras. Em seguida identificam a rápida e multivocal resposta à violência sexual, na “forma como estas mulheres mobilizaram outras para lutarem contra o sexismo na sua comunidade, acendendo uma discussão global mais ampla sobre a culpabilização das vítimas, mostra o potencial emancipatório da quarta vaga feminista” (PARRY *et al.*, 2018, p. 9).

Em último lugar, e corroborando com Cochrane (2013), enfatizam a interconexão através da globalização onde os fundamentos interseccionais são essenciais em relação às questões de igualdade de gênero. Assim, entendemos que há uma maior preocupação das feministas contemporâneas em incluir representatividade no discurso feminista a partir da interseccionalidade.

Partindo da asserção de que no ciberfeminismo as ações são fruto de pontos de identificação em comum (LAMARTINE, 2021), isto é, através da troca de sentimentos entre grupos diferentes em momentos específicos, Chamberlain (2017) desenvolve o conceito de temporalidade afetiva, que se faz um pilar constitutivo dessa quarta onda, definindo-se pela solidariedade informativa. Para ela, o ativismo responsivo é estimulado pelo afeto e assim, atua como um catalisador de ação, construindo laços permanentes entre mulheres que vão além do espaço digital, culminando em ações de rua, a exemplo da Greve Feminista Internacional ou Movimento 8M, considerada a maior manifestação de mulheres deste século.

Nesse sentido, a solidariedade informativa permite que haja uma articulação entre o reconhecimento histórico e a procura de respostas às lutas contemporâneas (CHAMBERLAIN, 2017) numa compreensão de que é necessário promover análises que englobem, de fato, variadas definições de mulher e suas específicas opressões. Isto só será, enfim, possível através da utilização da interseccionalidade de forma não só teórica, mas metodológica, enquanto uma estrutura dominante da quarta onda (ZIMMERMAN, 2017).

INTERSECCIONALIDADE: DESVELANDO CATEGORIAS IDENTITÁRIAS

Como exposto, o feminismo contemporâneo está mais preocupado em incorporar representatividade e pluralidade em suas pautas a partir do reconhecimento das camadas opressoras e, para isto, o uso da interseccionalidade é fundamental, especialmente nessa onda (ZIMMERMAN, 2017). Em suas origens que despontam ao movimento negro, as mulheres negras já denunciavam a necessidade de pensar além do gênero, reforçando a obrigatoriedade ao movimento feminista de um olhar categorial interdependente que se debruçasse também sobre classe e raça (COLLINS, 2015).

A ideia de interseccionalidade é uma conceituação proposta por Kimberlé Crenshaw (2004) na tentativa de perceber o cruzamento das estruturas de poder e a interação dos diversos aspectos que cruzam uma única identidade. Vem se referir, portanto, a forma política de ativismo que se opõe aos produtores da diferença numa busca pela conciliação dessas demandas de maneira permanente (COLLINS, 2015; MARTINEZ, 2019).

De acordo com Bilge (2018), a interseccionalidade deve ser utilizada como uma teoria e como uma práxis, uma ferramenta que seja analítica, mas política, e critica o uso da interseccionalidade como produto neoliberal, mercantilizada e colonizada (p. 70), já que, como refere McCall (2005), a interseccionalidade é a contribuição mais importante dos estudos de gênero e das mulheres que a academia já viu até o momento.

No sentido metodológico, é indiscutível que a interseccionalidade precisa ser melhor e mais trabalhada na academia, mas, de toda forma, o contributo de McCall (2005) é fundamental para entendermos as categorias de análise. Para isso, a autora elabora três abordagens diferentes de utilizarmos a teoria de forma metodológica: (a) anticategorial, quando há a desconstrução das divisões categoriais; (b) intracategorial, reconhece ao mesmo tempo em que questiona a definição das categorias; e (c) intercategorial, que observa as relações dentro das categorias (CERQUEIRA e MAGALHÃES, 2007).

Para Nogueira (2017), a interseccionalidade é, na verdade, a resposta teórica que emerge dentro dos feminismos às questões das inúmeras diversidades inerentes ao grande grupo de mulheres e a forma pela qual as categorias opressivas operam no que se refere à matrizes de privilégios e subordinação a fim de se chegar, de fato, num caminho de igualdade.

Quando se trata da ação das plataformas digitais, van Djick (2013) reforça a necessidade da constituição múltipla dos diversos olhares e visibilidades em torno da interseccionalidade, pois “a interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra” (LUGONES, 2008, p. 79).

É devido a essas transformações sociais que as circunstâncias que suscitaram a origem da interseccionalidade se reformularam sem, contudo,

querer tomar para si a exaltação de grande teoria, na medida em que refuta subordinar-se a uma única categoria (ZIMMERMAN, 2017). Neste sentido, “a interseccionalidade como estrutura teórica é mais adequada para o movimento da quarta onda, porque busca intervenção e visibilidade política, mas não à custa do silenciamento, apagamento, segregação e/ou marginalização” (ZIMMERMAN, 2017, p. 64), já que o desafio do movimento feminista contemporâneo é romper as fronteiras simbólicas e materiais que tangenciam toda a sociedade.

CONSTRUINDO LAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS: INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS

Indubitavelmente, o espaço digital transformou a forma de atuação dos movimentos sociais na consolidação de comunidades formadas a partir de uma identidade definida de luta no estímulo a participação e a vida em redes (RECUERO, 2009). A interconexão entre as manifestações de rua e de rede demonstram o êxito da utilização da internet pelas pessoas ativistas no desenvolvimento de ações de caráter transacional, o que no caso do feminismo, reconfigura a justiça de gênero por enquadrar a enunciação do problema a nível tridimensional, isto é, integrar a redistribuição, o reconhecimento e a representação de forma equilibrada (FRASER, 2007).

Dessa forma, o ciberfeminismo que inicialmente veio questionar o papel atribuído às mulheres e sua relação com as TIC's, se constitui num novo poder devido ao aumento e permissividade de vozes anteriormente silenciadas, além de novas estruturas de conexão que se renovam diariamente através das redes sociais digitais (FERNANDEZ *et al.*, 2019; TOMAZETTI, 2015). Assim, os feminismos contemporâneos conseguem maior visibilidade e disseminação numa atuação dicotômica entra a ação coletiva e a ação conectada.

Há muitos feminismos sendo alimentados online. Suas ações estão pouco a pouco, transformando a compreensão sobre o que vem a ser “mulher” no século XXI. Por meio das ferramentas digitais, as lutas feministas, antes localizadas em seus territórios e contextos específicos, tornaram-se, rapidamente, a luta de milhares de mulheres que se solidarizam e se juntam em redes de apoio e de visibilidade (ABREU, 2017, p. 145).

A temporalidade afetiva (CHAMBERLAIN, 2017) marca, portanto, o tipo do ativismo feminista desta nova onda. A construção de laços só se faz possível por causa do reconhecimento dos privilégios e do apagamento que o movimento feminista, no decorrer de suas três ondas anteriores, deixou se escantear. No momento da quarta onda, é o ciberfeminismo responsável por articulação, união, propagação e convocação de protestos e manifestações em prol das questões das mulheres.

Como já falado no texto, diversos movimentos surgiram no âmbito digital e tiveram repercussões práticas em relação, inclusive, a legislação. No Brasil, o exemplo mais recente é o caso Mari Ferrer. A influenciadora digital Mariana Ferrer, após ter sido dopada e vítima de estupro de vulnerável pelo empresário André Aranha, numa festa em Santa Catarina no ano de 2018, foi descredibilizada e reativada durante audiência pelo advogado do réu por causa de suas fotos nas redes sociais digitais. Várias ativistas no Brasil e em países do mundo, como em Portugal por exemplo, iniciaram uma campanha digital sob o mote #Estupro Culposo Não Existe com quase 60 mil publicações só na plataforma *Instagram*²⁷.

A efervescência do caso ultrapassou o ciberespaço e virou lei que alterou o Código Penal e o Código de Processo Penal a fim de reservar a dignidade da vítima em relação a constrangimentos e humilhações durante audiências judiciais. De autoria da deputada Lídice da Mata, a lei 14.245/21²⁸ entrou em vigor a 22 de novembro de 2021 e garantiu a vedação de manifestações sobre fatos, informações e materiais que não integrem o processo e sejam ofensivas à dignidade da vítima e/ou de suas testemunhas.

Assim como o caso supracitado, diversas outras mobilizações feministas, seja em formato online, seja em formato híbrido, tem se desenvolvido através do ciberfeminismo, tornando-o essencial para o fortalecimento do feminismo de quarta onda. Nesse contexto, o feminismo hegemônico torna-se alvo de críticas pela segregação de outras representações identitárias convocando a urgência da inclusão de feminismos negro, transfeminismo, feminismo lésbico, entre outros.

Abreu (2017) considera que as redes sociais digitais têm alimentado o crescimento de feminismos diversificados, plurais e participativos, com a “cara da geração do século XXI, portanto, a dispersão e a fragmentação também fazem parte desses contextos” (p. 145). Assim, para que essas identidades sejam concebidas e compreendidas é crucial a utilização da interseccionalidade como uma sensibilidade analítica que concede a reestruturação metodológica e atende vivências, resistências e ainda, toma partido político na contestação da sociedade patriarcal e heteronormativa, logo excludente (AKOTIRENE, 2019).

Dessa maneira, concordando ao que Zimmerman (2017) defende, entendemos que a interseccionalidade é constitutiva na quarta onda do feminismo por conciliar progresso e reparação, na medida em que oferece lugar de fala (RIBEIRO, 2017) sem segregar ou marginalizar — compreendo que os feminismos marginalizados são fruto da supremacia branca cisheterossexual — mas na busca de uma mudança que seja realmente e verdadeiramente transformacional. “A análise de onde e como fazer essa mudança precisa ser interseccional, considerando raça, classe e gênero, e

27 Utilizamos a ferramenta pesquisar em 15 de outubro de 2022. A #estuproculposonaoexiste tem mais de 46,7 mil publicações e a #estuproculposonaoexiste tem mais de 11,5 mil publicações.

28 Lei 14.245/21, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.245-de-22-de-novembro-de-2021-361261673>.

a reparação precisa ser tanto redistribuída quanto reconhecida.” (Zakaria, 2021, p. 259).

CONSIDERAÇÕES

Quando pensamos em pluralidade e diversidade, muitas das vezes, não consideramos a heterogeneidade inclusa no “ser mulher”. Durante muitos anos — e muitas ondas — o movimento feminista excluiu inúmeras representações identitárias do seu âmago sob as amarras do binarismo, onde a branquitude, indubitavelmente, teve e tem sua supremacia irrevogável.

Nesta senda, tentei aqui demonstrar a partir de um desdobramento bibliográfico que a quarta onda do feminismo têm se preocupado com as diferenças, apoiando-se no ativismo digital e na conceituação da teoria da interseccionalidade. Fica claro, portanto, que os feminismos contemporâneos resgatam a politização para o movimento feminista, que há muito havia sido lateralizada. O ciberfeminismo se firma como uma potência sem precedentes na atuação coletiva e conectada, no questionamento do papel das mulheres dentro e fora do ciberespaço, e de forma transnacional devido a irrelevância fronteiriça.

A interseccionalidade atua como pilar constitutivo na quarta onda ao trazer para a luta, em conjunto, minorias e feminismos que conceituo marginalizados e que precisam de melhor percepção e desvelamento opressor. Mulheres negras, trans, lésbicas, com deficiência, idosas, jovens e todas as demais pessoas que assim se considerem tem um lugar de fala garantido nesse novo momento do feminismo, ainda que muita luta precise ser feita em relação ao feminismo branco e as amarras do próprio capitalismo.

Intentamos contribuir com os estudos das mulheres e de gênero, assim como os estudos feministas, mas também pensarmos fora da academia. (Re) Pensar a coletividade entre estes espaços, científico/social, nos oportuniza a encontrar mecanismos de coexistência em luta, justamente pelo exemplo da construção de laços entre essas mulheres do Norte ao Sul Global, romper mais fronteiras do que as que nos são óbvias.

Seria oportuno perceber noutro momento de que forma a interseccionalidade atua mais metodologicamente, enquanto práxis de fato, e perceber num caráter prático, os movimentos que surgem/saem do ciberespaço, claro, sem esquecer a importância do conhecimento situado.

Continuar os questionamentos e as reivindicações enquanto corpos transfronteiriços na busca da conciliação das demandas que afligem a todas é tarefa difícil de resistência. Talvez precisemos olhar além, irromper as fronteiras reais e subjetivas a fim de que caminhemos na direção da consolidação do feminismo interseccional, plural, inclusivo e igualitário.

FINANCIAMENTO

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto Ref^a2021.07485.BD e do projeto FEMglocal — Movimentos Feministas Glocals: interações e contradições (PTDC/COM-CSS/4049/2021).

REFERÊNCIAS

ABREU, Carla. NARRATIVAS DIGIFEMINISTAS: ARTE, ATIVISMO E POSICIONAMENTOS POLÍTICOS NA INTERNET. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 2, n. 4, p. 134-152, 2017.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen, 2018.

BERNAL-TRIVIÑO, Ana; SANZ-MARTOS, Sandra. Las Periodistas Paramos in Spain: Professional, feminist Internet activism. *European Journal of Communication*, v. 35, n. 4, p. 325-338, 2020.

BILGE, Silma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. *Revista Feminismos*, v. 6, n. 3, p. 67-82, 2019. <http://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680>

CERQUEIRA, Carla e MAGALHÃES, Sara. **Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media**. *Ex aequo*, 35, 9—20, 2017. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01>

CHAMBERLAIN, Prudence. **The Feminist Fourth Wave Affective Temporality**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

COCHRANE, Kira. **All the rebel women: The rise of the fourth wave of feminism**. Guadian Books, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p 13-42, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **Globalization from below: Transnational activists and protest networks**. U of Minnesota Press, 2006.

FERNÁNDEZ, Emelina., CASTRO-MARTINEZ, Andrea, e VALCARCEL, Aimiris. **Medios sociales y feminismo en la construcción de capital social: la red estatal de comunicadoras en España.** *Análisis: Quaderns de Comunicació i Cultura*, 61, 1—16, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3247>.

FERREIRA, Gabriela, e LIMA, João Vicente. **Ciberfeminismo: feministas tecem uma nova rede.** *Diversitas Journal*, 5(3), 2263—2296, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i3-1209>.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, p. 291–308, 2007.

HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaliza.** Universitat de València, 1995.

LAMARTINE, Camila. “Nem tudo tem de ficar entre 4 paredes”: ciberfeminismo e violência doméstica em tempos de pandemia. *Revista Comunicando*, 10(1), 2—39, 2021. Disponível em: <https://revistas.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/28/52>.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73–102, 2008.

MACLARAN, Pauline. (2015). **Feminism’s fourth wave: a research agenda for marketing and consumer research.** *Journal of Marketing Management*, 31 (15–16), 1732—1738, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0267257X.2015.1076497>.

MARTINEZ, Fabiana. **Feminismos em movimento no ciberespaço.** *Cadernos Pagu*, 56, 1—34, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201900560012>.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 30, n. 3, p. 1771–1800, 2005.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia feminista** São Paulo: Devires. 2017

PARRY, Diana C.; JOHNSON, Corey W.; WAGLER, Faith–Anne. Fourth wave feminism: Theoretical underpinnings and future directions for leisure research. *In: Feminisms in Leisure Studies.* Routledge, p. 1–12, 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SILVA, Jacilene. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda** Recife [eBook].

TOMAZETTI, Tainan Pauli. O feminismo na era digital e a (re) configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. **Razón y palabra**, n. 90, p. 39, 2015.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media**. Oxford University Press, 2013.

ZAKARIA, Rafia. **Against White feminism: notes on disruption**. WW Norton & Company, 2021.

ZIMMERMAN, Tegan. **Intersectionality: The Fourth Wave Feminist Twitter Community**. *Atlantis*, 38(1), 54—70, 2017. Disponível em: <https://journals.msvu.ca/index.php/atlantis/article/view/4304/54-70%20PDF>

NOÇÕES DE TERRITORIALIDADE NA VIVÊNCIA MUSICAL DO COLETIVO DE MULHERES INDÍGENAS “AS KARUANA”

Michel Albuquerque Maciel

Mestre em Ciências Humanas (PPGICH/UEA). Manaus - AM. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. E-mail: mam.mic21@uea.edu.br

Edilza Laray de Jesus

Doutora em Educação (UFRGS/RS), Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA). E-mail: ejesus@uea.edu.br

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar aspectos referentes à relação que as Karuana possuem com seu território a partir de sua produção e vivência musical. A produção é de abordagem qualitativa, e o procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e etnomusicológica. As compreensões indígenas a respeito do espaço são vistas como possibilidades de desenvolver paradigmas alternativos àqueles que objetivam a terra. Neste artigo, pretendemos identificar alguns destes aspectos presentes na música do Coletivo de Mulheres Indígenas as Karuana, pertencentes ao contexto de Alter do Chão, no baixo Tapajós, região na qual diversos conflitos territoriais estão em curso. O objetivo das Karuana é fortalecer a luta e o protagonismo indígena e feminino através da atuação em espaços laborais, educacionais e artísticos, sendo sua atividade mais evidente enquanto coletivo a música. Os discursos dos povos do baixo Tapajós são marcados pelo termo “território”, enraizado na concepção da subjetividade da terra e de seus elementos componentes, o que se faz refletir na música das Karuana. A personificação e identificação materna da terra demonstra uma relação parental e respeitosa, evidenciando também o fato das mulheres se considerarem oriundas de etnias ou famílias matriarcais. Na consideração e respeito da existência do “outro”, emana a categoria do *sagrado*. As imagens projetadas pelas músicas e discursos possuem efeitos na consciência feita sobre o espaço, sensibilizando para a importância de sua preservação estendida a todas as dimensões da existência.

Palavras-chave: Povos indígenas; território; música indígena.

Abstract: The objective of this article is to identify aspects related to the relationship that the Karuana have with their territory from their production and musical experience. The production is of qualitative approach, and the methodological procedure adopted was the bibliographical and ethnomusicological research. Indigenous understandings of space are seen as

possibilities to develop alternative paradigms to those that objectify the land. In this article, we intend to identify some of these aspects present in the music of the Collective of Indigenous Women the Karuana, belonging to the context of Alter do Chão, in the lower Tapajós, a region in which several territorial conflicts are underway. The goal of the Karuana is to strengthen the struggle and the indigenous and feminine protagonism through the performance in labor, educational and artistic spaces, being its most evident activity as a collective music. The discourses of the peoples of the lower Tapajós are marked by the term “territory”, rooted in the conception of the subjectivity of the land and its component elements, which is reflected in the music of the Karuana. The personification and maternal identification of the land demonstrates a parental and respectful relationship, also evidencing the fact that women consider themselves to come from ethnicities or matriarchal families. In the consideration and respect of the existence of the “other”, the category of the sacred emanates. The images projected by the songs and discourses have effects on the consciousness made about the space, sensitizing to the importance of its preservation extended to all dimensions of existence.

Keywords: Indigenous peoples; territory; indigenous music.

INTRODUÇÃO

Embora nem todas as coletividades indígenas possuam uma noção estrita de territorialidade, ou não esteja condicionada a um local em específico, suas compreensões e relações com o espaço se tornam possibilidades de desenvolver paradigmas alternativos àqueles que objetificam a terra. Considerando a insuficiência de conceitos, que geralmente privilegiam determinados elementos em detrimento de outros, trabalharemos com a categoria “território”, pelo fato de em sua ampla discussão, ser o termo que melhor abrange especificidades de cada contexto relacional entre ser humano e seu espaço, além de ser o termo adotado pelos grupos étnicos do baixo Tapajós em seus discursos, escritos, documentos e produções culturais.

O Coletivo de Mulheres Indígenas e da Floresta “As Karuana” faz parte desse estrato geográfico e étnico, situadas na Vila de Alter do Chão. Como as demais coletividades da região, possuem uma conexão enraizada, respeitosa e ancestral com o território. O coletivo atua em uma série de frentes de trabalho, sendo a música a mais conhecida e entendida como o corolário das demais atividades e, pela estreita relação entre música, ativismo, identidade, saberes e existência, o termo “vivência musical” se adequa a essas mulheres, que resistem aos paradigmas contemporâneos da Etnomusicologia que se afasta de compreensões puramente técnicas no referente ao fazer musical. Nas atuações, canções e apresentações, o território é apresentado, celebrado e cantado, também com o intuito de exortar para sua preservação.

No entendimento indígena, *estar* no território não é compreendido em um sentido de espacialidade estritamente. Se pode transitar e habitar em outros locais estando em seu território, ou fazer germinar compreensões simbólicas com um novo espaço, como nos casos de ocupação transitória, a exemplo dos Zo'ê, citado por GALLOIS (2004). Também há a ideia de *demarcar territórios*, por ocasião de trânsito e fala em outros lugares, que nem sempre tiveram um histórico de acolhida aos povos indígenas (ARANTES, 2020, p. 223 – 224). Nesses espaços não é apenas a pessoa que adentra, mas todo seu território e seu povo. Não por acaso as mulheres costumam utilizar como sobrenome a etnia da qual fazem parte. São os *nomes de luta*. A própria concepção de *corpos-território*, amplamente utilizada pelas Karuana, que se entende como uma interrelação do território com a própria existência, que ultrapassa o sentido de uma simples extensão. O que afeta um afeta ao outro e vice-versa. Por fim, seguindo essa linha de pensamento, o território também compõe a dimensão ancestral. É o mesmo espaço onde habitaram seus antepassados, parentes já ancestralizados, que legaram seus saberes, cosmovisões, práticas e costumes para as gerações atuais (MADURO, 2018, p. 74 – 76; ROMCY-PEREIRA, 2018, p. 221 – 229). Com estes breves exemplos, pretendemos salientar que a ideia de territorialidade para os povos indígenas perpassa mais pelo *ser* do que pelo *estar*.

Os conflitos existentes na região do baixo Tapajós (e no território nacional) são fundamentados por uma visão utilitarista do ambiente, que no caso de Alter do Chão é ainda mais evidente, dadas as atividades turísticas que criam diversas possibilidades de investimentos com altos retornos. Lefebvre (2001) aponta que uma das consequências do processo de industrialização nas cidades é a demanda pelo lazer (p. 11). Alter do Chão é um destino cada vez mais procurado à medida em que Santarém aumenta sua oferta de estudos, trabalho e serviços, atraindo pessoas de diversos lugares para uma estadia fixa ou circunstancial. Os nativos da Vila viram adentrar em seu espaço, ao longo do tempo, pessoas que possuíam concepções acerca daquele lugar totalmente diferente das suas, cujos desdobramentos mais acintosos, ao invés de os render, fortaleceram ainda mais suas identidades e sua capacidade de lutar pelo território (MADURO, 2018, p. 54–56).

Em um contexto global, o sentido de estabelecimento e pertença é cada vez mais fugaz e efêmero, devido à avassaladora precificação das coisas, estabelecendo relações de posse ou propriedade essencialmente materiais. No caso dos espaços, os converte de territórios em terras (GALLOIS, 2004, p. 39) forçando, em diversos casos, processos de desenraizamento de “coisas, gentes e ideias” (NEVES, 1998, p. 272).

O objetivo deste artigo é identificar aspectos referentes à relação que as Karuana possuem com seu território a partir de sua produção e vivência musical. A produção é de abordagem qualitativa, e o procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e etnomusicológica. No tocante à caracterização geral dos povos do Baixo Tapajós, utilizamos as recentes teses e dissertações realizadas na região sobre a temática. Sobre noções territoriais para os povos

indígenas, os importantes marcos teóricos de Gallois (2004) e Coelho de Souza (2017). Em relação ao que as Karuana falam a respeito de suas vivências, coletamos discursos proferidos nos mais diversos ambientes, entrevistas concedidas e trechos de canções. O trabalho é oriundo do projeto de pesquisa “Saberes, fazeres e narrativas culturais indígenas do Baixo Tapajós: a vivência musical do grupo As Karuana”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas.

AS KARUANA NO CONTEXTO INDÍGENA DO BAIXO TAPAJÓS

Quando tratamos sobre os “povos do baixo Tapajós”, estamos falando de coletividades indígenas localizadas no baixo Rio Tapajós e Rio Arapiuns, no Oeste do Estado do Pará, em cujas margens se localizam as cidades de Aveiro, Belterra e Santarém (a cidade principal). As aldeias estão localizadas na RESEX Tapajós-Arapiuns (margem esquerda do Tapajós, ladeada também pelo rio Arapiuns), Floresta Nacional do Tapajós – FLONA (margem direita do Tapajós, com território nas cidades de Santarém, Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis), PAE Lago Grande (entre os rios Amazonas e Arapiuns, em parte na foz do Tapajós), Gleba Nova Olinda (entre os rios Aruã e Maró, afluentes do Arapiuns) e na região do Planalto de Santarém, próxima ao Lago do Maicá.

Os povos indígenas do baixo Tapajós²⁹ passaram por um processo de afirmação étnica no final dos anos 1990, a partir de uma série de fatores e estratégias desenvolvidas pelo chamado Movimento Indígena, densamente descrito por Vaz (2010), que aos poucos foi fortalecendo suas lutas, dinâmicas e organização. A afirmação identitária de pessoas e comunidades – hoje aldeias – trouxe à tona elos profundos que as coletividades já possuíam de maneira evidente e subjacente, como as formas holísticas de relação com o território, neste novo momento também dispostas como elementos identitários e políticos.

O passar dos anos realçou a importância do movimento indígena, afinal, do ponto de vista de reivindicação por direitos, a luta é constante e desafiadora mesmo para uma organização estruturada. É verdade que o movimento conseguiu diversas conquistas em relação à educação escolar indígena, saúde nas aldeias, ações afirmativas nas universidades, abertura de processos de demarcação de Territórios. Porém há uma linha muito tênue entre direitos alcançados e mecanismos políticos que os enfraquecem, chegando ao ponto de lideranças importantes serem criminalizadas.

Santarém e as localidades adjacentes, onde se localizam aldeias e quilombos, são extremamente visadas pelo seu espaço e recursos naturais, sendo realizadas atividades predatórias de agronegócio, pesca, extrativismo

29 As etnias pertencentes ao Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) são: Apiaká, Arapiun, Arara Vermelha, Borari, Cara Preta, Jaraki, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Sateré-Maué, Tapajó, Tapuia, Tupaiú, Tupinambá.

ilegal e garimpo. Vários desses projetos de destruição já adentraram nas aldeias, de onde partem graves denúncias da violência e arbitrariedade das quais os invasores se utilizam, cuja ausência do estado fez surgir organizações locais de defesa, cujos componentes são ameaçados constantemente.

Outros massivos projetos estão sendo pensados para a região, valendo-se do conluio dos empresários – geralmente vindos de fora – e da anuência do governo, o que demonstra como o problema é estrutural e dá a impressão de piorar conforme o tempo passa, especialmente pelo momento político nacional, no qual o discurso reacionário se estabeleceu com força e se alastrou para o pensamento popular. O urgente processo de demarcação de territórios, que tramita na justiça a passos lentos, amplia ainda mais a insegurança e os conflitos, o que mobilizou processos de autodemarcação como no caso dos Borari e Arapium da Terra Indígena Maró.

Dentro do movimento indígena, as mulheres sempre tiveram uma intensa atuação política, atuando como representantes e articuladoras de grupos, aldeias e do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), como ocorre atualmente. Na trama complexa de ocupação laboral, engajamento e trânsito em espaços diversos, estão as mulheres de nossa pesquisa.

O Coletivo de Mulheres Indígenas e da Floresta as Karuana teve sua semente plantada em 2016, se estabelecendo oficialmente em 2018, com mulheres das etnias Borari, Tapajó, Tupinambá e Kumaruara, grupos localizados no baixo Tapajós.³⁰ O grupo se organizou em um período que dava sinais, a partir dos violentos discursos anti-indígenas do presidente naquele momento recém-eleito, Jair Bolsonaro (e de sua base aliada), de que seria difícil para os povos indígenas como um todo, o que a história mostrou ser um fato.

Um dos objetivos do grupo é fortalecer a luta e o protagonismo feminino dentro de seus territórios. São atuantes em diversos espaços laborais, educacionais e artísticos, realizando projetos oriundos de seus saberes e formações que atendem a comunidade. Sua atividade mais evidente enquanto coletivo é a música, apresentada em festivais e outros espaços em que são requeridas, inclusive firmando parcerias com artistas e organizações internacionais. O grupo lançou em 2021 o álbum “Vozes dos rios e Florestas”, com sete faixas, carregados em plataformas digitais como *Deezer* e *Spotify*, assim como dois vídeos disponíveis no *YouTube*.

Em virtude de suas origens, identidade e lutas, em suas canções trazem presentes elementos referentes à sua cultura, estando inserida aí a questão territorial. Também tratam a respeito de sua cosmovisão, que por sua vez, é indicadora da holística de outras coletividades do baixo Tapajós, como a crença e respeito para com os encantados e espaços sagrados e a percepção de continuidade da existência étnica a partir da estadia terrena e transcendente dos *antigos* (VAZ, 2016, p. 13–32; ROMCY-PEREIRA, 2018, p. 282). Encontram

30 Atualmente não existem mais Tupinambás no grupo. “Karuana” faz referência aos espíritos protetores das matas, das águas e dos lugares sagrados. Do mesmo modo, com seu ativismo, as Karuana se propõem a proteger o território. Viviane Borari conta que para utilizar o nome, se pediu permissão aos encantados.

na música uma forma de reverberar suas mensagens, valendo-se da capacidade de comunicação, sensibilização e abrangência que trazem os processos sonoros, além de fazer uso de estilos³¹ que por si só remetem ao local e à cultura indígena.

A natureza possui destaque, estando presente nas canções, nos discursos e na própria forma de se autodescrever do grupo (“somos mulheres indígenas e da floresta!”). Existe para com ela um tratamento de reciprocidade, sacralidade e respeito, relações estabelecidas em especial ao Rio Tapajós, entendido como espaço simbólico, de convivência e como elemento referencial e “unificador” das catorze etnias, cujo apelo à preservação se faz mais latente na contemporaneidade, devido às ações predatórias que estão o descaracterizando.

Alter do Chão, vila localizada a 35km da cidade de Santarém, no Pará, é o polo concêntrico das Karuana para a realização de algumas de suas atividades, reuniões e ensaios, ainda que nem todas tenham nascido ou atualmente ali morem. O lugar é território do povo Borari, que também se faz presente na Terra Indígena Maró, uma área indígena autodemarcada e que no processo de homologação apresenta status de “identificada”. Está localizada no Rio Arapiuns e na Terra Indígena Alter do Chão, que engloba a Vila em si e as Aldeias Caranã e Curucuruí, às margens da rodovia PA-457.

Apesar da diferença de dinâmica com as demais aldeias por conta da atividade turística, Alter do Chão encontra-se em posições reivindicatórias semelhantes, no tocante aos direitos indígenas e territoriais, em que a organização política local e o próprio coletivo que engloba várias etnias, se apresentam como amostras da luta em conjunto:

Concepções nativas de território, quando existem e considerando-se suas variações, são essenciais ao entendimento das relações de natureza social que são tecidas entre diferentes comunidades, em redes extensas de troca de diversos tipos [...] O estudo da organização territorial de uma dada sociedade indígena deve levar em conta contextos específicos, historicamente localizados e não se limitar a tomar como dado que limites étnicos correspondem a limites territoriais (GALLOIS, 2004, p. 40).

Entendemos assim que a luta empreendida em Alter do Chão e nos demais territórios está inserida em uma complexa trama que perpassa pelas identidades étnicas, mas não se restringem a elas. Adotando o ponto de vista de percepção das coletividades a respeito do espaço, para além de ser um dado puramente fenomenológico, passaremos a possuir uma visão mais coesa de organização indígena em todos os níveis. A derrota ou a conquista não é só de um, mas de todos.

31 Variações de ritmos que fazem parte do folclore local, como o Marambiré, Curimbó, Desfeiteira e Carimbó. O entendimento de sua música é ritual em virtude de alguns aspectos, sendo um deles a sua ligação com o Sairé, uma festividade local tricentenária e repleta de símbolos e transformações ao longo dos anos. Cf. MACIEL, 2023, p. 129-132.

O TERRITÓRIO DA LETRA E O DO ESPÍRITO

O ativismo mais voltado ao ambiente por parte das Karuana destaca o aspecto de vínculo com a natureza que costumava ser referendado como o principal modo de relação dos indígenas com o território do ponto de vista de assentamentos e ocupações remotas, o que segundo Gallois (2004) contém um simplismo histórico que mascara os movimentos de migração realizados, fato que aconteceu em diversas ocasiões no contexto sobre o qual escrevemos e que explica determinadas formas de ocupação (VAZ, 2010, p. 91; ROMCY-PEREIRA, 2018, p. 78), além da “mutilação” de territórios muito mais extensos. Da mesma forma, referir-se ao passado como uma maneira de significar um vínculo contínuo com o ambiente pode induzir a uma concepção naturalista do vínculo, ignorando os trânsitos supracitados e outras experiências territoriais. Por esse motivo não é simples definir o que significa afinal o território para determinado povo, ainda que se possa generalizar que cada coletividade possui uma lógica própria de ocupação, convivência e significação dentro de determinado espaço, permanente ou não:

Inúmeras situações evidenciam hoje que a defesa de um território parece dizer menos respeito à preservação de formas tradicionais de manejo de um espaço e de seus recursos do que a questões mais delicadas da convivência interétnica. O panorama da fragmentação de Terras Indígenas confirma que não se pode abordar a territorialidade como questão próxima às das ciências ecológicas, ou relacionadas a disputas por nichos de recursos (GALLOIS, 2004, p. 40).

Milton Santos aponta que a noção de território (a mais geral) que se costuma debater é aquela herdada da modernidade, na qual é o seu *uso* que se encontra no centro da análise sociológica, e não ele enquanto elemento componente da cultura (SANTOS, 1998, p. 15). O viés destituído de elementos societários fundamenta discursos no mundo todo de que o máximo usufruto da terra é a última fronteira a se superar para que se alcance a autonomia e bem-estar econômico da sociedade em questão. A própria história da Amazônia contada a partir do momento do contato até os dias atuais, é permeada por tal paradigma e por ações conseguintes a ele, causando os mais variados desbalanceamentos socioambientais. Para Santos (1998), é necessário revisitar constantemente o conceito, sob o risco de “perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (p. 15).

O que permeia os conceitos de Milton Santos são as relações de poder (KOLLING, SILVESTRI, 2019, p. 220-222), que podem ser compreendidas no jogo das disputas territoriais entre indígenas e colonizadores desde a época da invasão até a contemporaneidade, capitaneadas pelo setor privado e

referendadas pelo setor público, situação atual dos povos indígenas do Brasil e do baixo Tapajós (ARANTES, 2020, p. 38). É justamente neste estuário que se encontra (e algumas vezes se provoca) a confusão a respeito da noção de território, litígio que nas palavras de Coelho de Souza (2017) é “uma espécie de guerra semântica termo a termo” (p. 17).

Mesmo em um âmbito etnográfico, as descrições a respeito dos lugares podem aparecer enviesadas de aspectos unilaterais, depreendidas do ponto de vista analítico que se pretende destacar ou mesmo do discurso indígena, do que se sucede a compreensão do território polarizado em compreensões dos tipos: substrato natural, categoria transcendental ou política, e dado fenomenológico (respectivamente terra, espaço, território ou lugar).³²

Gallois (2004, p. 37) apresenta o conflito concreto que parte das diferenças de interpretações entre o domínio público da definição jurídica de Terra Indígena e o entendimento de Território para os povos indígenas e para a antropologia: “A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial” (GALLOIS, 2004, 39). Kolling; Silvestri (2019), em uma discussão similar, atentam que as definições jurídicas de terra – que foram tornadas populares – remetem a uma compreensão enquanto espaço de produção, através do trabalho no solo (p. 213). Gallois (2004, p. 41) aponta que tais noções a respeito do espaço reduzem seu conceito a superficiais dinâmicas de subsistência e produção.

Coelho de Souza (2017) e Arantes (2020) expõem que apesar de ser construído por indígenas e outros atores sociais de base por ocasião de sua escrita e procurando se desvencilhar do paradigma da modernidade e da assimilação, o excerto político-jurídico “terra tradicionalmente ocupada”, presente na Constituição Federal (Art. 231), não abrange o real entendimento e formas de gestão, permanência e vivência cultural dos povos indígenas no espaço, como por exemplo no que se refere aos limites de territórios, que são inexistentes ou recusados por determinadas sociedades,³³ mas que como consequência do contato acabou se tornando uma estratégia jurídica para ter direito de ali permanecer.³⁴ Badin (2006) aponta que o artigo constitucional foi construído a partir da sedimentação de uma série de tendências da tradição jurídica, sendo as principais:

- 1) a teoria do indigenato, defendida por João Mendes Jr., nas famosas conferências de 1902; 2) a noção de que a terra indígena é o habitat de um povo, segundo a fórmula de um julgamento

32 COELHO DE SOUZA, 2017, p. 13.

33 Ou mesmo a categoria “território”, em sociedades não-sedentárias. KOLLING, SILVESTRE, 2019, p. 215.; GALLOIS, 2004, p. 39; COELHO DE SOUZA, 2017, p. 10.

34 Que consiste na redução à territorialização descrita por Coelho de Souza (2017), ou seja, o “enquadramento do ordenamento territorial operado pelo Estado” (p. 14). Cf. também GALLOIS, 2004, p. 37, 40.

do Supremo Tribunal Federal de 1961, em que o Ministro Victor Nunes Leal deu mostras de sua intuição jurídica verdadeiramente genial e da mais refinada sensibilidade ética; 3) a afirmação do direito à diferença, que remonta aos corajosos argumentos de Francisco de Vitória, que, já no século XVI, se notabilizara pela defesa dos índios contra o colonizador espanhol; 4) a indignação de Clóvis Bevilacqua, que, em estudo do começo do século XX denunciava como a voracidade dos não-índios tinha reduzido e confinado a alguns rincões do país a população nativa brasileira; e 5) a influência determinante exercida pelos próprios índios, que, na Constituinte, souberam não se deixar aniquilar pelos interesses que sempre lhes foram nocivos e contrários (p. 127).

O território, ordenado por lógicas simbólicas e existenciais, passa a precisar se encaixar (ou se traduzir) em ordenamentos jurídicos que *interpretados* tendenciosamente, ou *ipsis litteris*,³⁵ permitem embaçar ou negar relações e concepções que os povos indígenas possuem com o espaço, que constitucionalmente precedem o âmbito do direito (COELHO DE SOUZA, 2017, p. 10; 14-15). Badin (2006), sustenta que paradoxalmente à autonomia expressa na constituição, estão termos que fazem parte da cultura jurídica dos não-brancos, como “posse permanente” e “usufruto das riquezas naturais”. Em resumo, expressões que reduzem os territórios a relações de uso e posse e que na prática acabam empobrecendo as discussões.

Diante da impossibilidade de se definir um conceito universal que ao mesmo tempo abarque todas as variedades de relações com o território,³⁶ Coelho de Souza (2017) apresenta o termo “T/terra” como uma proposta de consideração da polissemia das interpretações conferidas ao espaço, e que traz consigo a significação objetiva e subjetiva, que por sua vez a torna partícipe das associações que englobam humanos, não-humanos e os seres que fazem parte da cosmovisão local, sem esquecer da existência (e o que isso evoca) das instâncias inversamente proporcionais:

A alternativa ou alternância T/t quer sinalizar tanto os significados contidos no termo quanto aqueles incontidos, obrigando ao seu transbordamento: planeta/solo, globo/superfície, concebido/vivido, continente/conteúdo, ego/oikos, cosmologia/economia etc. O que está em jogo nesse artifício não são, portanto, apenas as potências de uma palavra, mas todas as outras palavras que ela evoca (p. 59).

35 Badin (2006, p. 131) destaca as tendências positivistas de alguns juristas que dificultam entendimentos científicos nos quais se fundamentam determinadas normas.

36 Em processos de homologação de terras indígenas, as lógicas espaciais de ocupação, uso, costumes e tradições são fundamentos antropológicos para seu estabelecimento, embora se precise citar que são processos escassos atualmente. Cf. GALLOIS, 2004, p. 37.

O que se pode depreender da escolha conceitual de Coelho de Souza é que as menções ao espaço, apesar de parecerem estarem enclausuradas apenas no âmbito nominal, na verdade está a serviço de uma intenção mais ampla:

A tradução das T/terras indígenas em Terras Indígenas, como processo social, implica uma operação em que a terra como extensão abstrata homogênea e quantificável (mensurável) vem substituir a rede de conexões entre (viv)entes que parece sustentar os enunciados indígenas sobre ela. Separando os humanos como sujeitos de tudo aquilo que pertenceria a uma “natureza” exterior vista essencialmente ou como “boa para usar”, fonte de recursos materiais, ou como “boa para pensar”, fonte de recursos simbólicos, essa operação tem como efeito principal retirar da terra sua “subjetividade”, de modo a transformá-la então em território apropriável (COELHO DE SOUZA, 2017, p. 28).

Ativamente contra os projetos destrutivos no baixo Tapajós, estão as populações indígenas e quilombolas, cujos discursos são marcados pelo termo “território”, enraizado na concepção da subjetividade da terra e de seus elementos componentes, o que é corroborado na fala de Auricelia Arapiun, atual coordenadora do CITA:

“O rio, a natureza e os seres humanos não são tão diferentes. É preciso transformar nossa Terra em parente, encarando os outros seres com a mesma humanidade” (comunicação proferida no Curso Amazônia no Antropoceno, promovido pela Pulitzer Center em 17/10/2022).

A despeito da dificuldade de se chegar em um denominador comum, é possível tentar se aproximar através das expressões culturais que consideram o território como uma das fontes de nutrição para sua existência (GALLOIS, 2004, p. 41). Do ponto de vista musical, Fuini (2014) traz para a discussão a proposta de Lily Kong no delineamento de uma “geografia da música”, cuja uma de suas características é evidenciar como as pessoas comunicam suas experiências de “espaço e lugar” (p. 102), apresentando-se como um importante indicador das relações sociais que abrangem o espaço.

ASPECTOS TERRITORIAIS VINCULADOS NA VIVÊNCIA MUSICAL

Situadas no contexto do baixo Tapajós, as Karuana estendem seu senso de pertença ao território para toda a Amazônia, região que historicamente atravessou diversos períodos de espólio, esquecimento, e toda sorte de consequências socioambientais decorrentes, inclusive a nível epistemológico,

no qual o sentido de enraizamento se deteriorou para dar lugar a uma perspectiva econômica, que ao não ter adentrado na consciência indígena coletiva, transforma suas relações com o espaço em paradigmas que conferem esperança para o mundo, considerando a importância da Amazônia para o sistema global.³⁷

O discurso e a ação das Karuana conferem ao espaço um dos sentidos de sua *existência* e não meramente *sobrevivência* (KOLLING; SILVESTRI, 2019, p. 212). Sua relação com território se torna ainda mais emblemática na medida em que partem de perspectivas indígenas e femininas. A exemplo do que Almeida (2021, p. 294) traz a respeito das considerações sobre a resistência nos quilombos, até o século passado o foco estava nas experiências e idealizações (ou concretizações) de arquétipos masculinos. Pode-se dizer que até recentemente o movimento indígena no Brasil também fazia salientar a figura masculina, apesar do trabalho de base realizado pelas mulheres, o que com o passar do tempo foi mudando, com o trabalho de ativistas, artistas, líderes, intelectuais, que foram cada vez mais adentrando espaços, ganhando evidência e apresentando perspectivas próprias de conceber a realidade.

Em conformidade à crescente apropriação feminina de espaços e discursos, tornam-se mais evidentes também suas práticas culturais, que quando ligadas à terra, passam a ser identificadas como símbolo de enraizamento histórico e afetivo, diacriticamente evidenciada na arte:

“A arte indígena vem da Mãe Terra, sem a Terra não há arte. Com o desligamento da Terra, a gente perde a referência e a garantia da existência das outras gerações. É da Terra que se tira a arte. As casas, as pinturas, a cerâmica, o teçume... tudo é tirado de uma forma extremamente respeitosa. A arte não se separa da vida” (Fala de Vandria Borari na roda de conversa virtual “Art, Music and Defense of the Territory in the Amazon: The Protagonism of Indigenous Women”, promovido pela Franklin Humanities Institute. 04/11/2022).

Na dinâmica da vivência artística se encontra o carimbó, presente no contexto de Alter do Chão e utilizado como um dos canais de comunicação do grupo. Concebido como música popular, e reconhecido como patrimônio do povo paraense, marca aspectos identitários das coletividades envolvidas na manifestação, além de evidenciar relações materiais e simbólicas para com o território:

Ao se considerar a importância identitária desta expressão cultural, deve-se levar em conta sua já sedimentada iconização

37 O que contribui para a internacionalização das mensagens das Karuana. Além do collab com artistas estrangeiros, participação em eventos musicais e acadêmicos internacionais, em 2022 receberam o Prêmio NATV, oferecido pela Fundação Sinchi (Países Baixos).

– símbolo de uma territorialidade amazônica e/ou paraense. Constitui uma das alegorias já bem estabelecidas no âmbito das identificações regionais, estando assim, por consequência, presente em diferentes planos, tanto circunstanciais quanto discursivos (IPHAN, 2014, p. 93-94).

Cada coletividade possui sua forma de demonstrar o enraizamento com o local, a partir dos elementos materiais confeccionados com os elementos dispostos em seu universo, dos discursos de origem e perpetuação,³⁸ das escolhas temáticas, do cotidiano, das influências locais, dos modos de paramentar-se, o que leva à compreensão da música enquanto relato de lugares e experiências únicas, a despeito da homogeneização cultural e da racionalidade desterritorializadora (FUINI, 2014, p. 98-100).

Um exemplo de dinamismo local próprio é a utilização por parte das Karuana, do carimbó “pau e corda”, característica dos conjuntos de Alter do Chão.³⁹ A música também expressa o fato da ligação que as Karuana possuem com o território ser antes de tudo afetiva, através dos conteúdos e poéticas feitas da realidade, sensibilizando o interlocutor a respeito do recorte em questão. Suas temáticas são permeadas por eventos, personagens, cosmovisão e elementos específicos do local, como o Lago Verde, os seringais e o muiraquitã:

*Meia noite chegou, grande ritual
Potes com banho de cheiro, vem do seringal
E o encanto do lago brilha ao luar
E as mulheres guerreiras pra purificar
Muiraquitã é meu protetor, muiraquitã me protegerá
(Muiraquitã – composição de Risoneila Borari e Luis Alberto)*

O afeto perpassa pelas subjetividades, desembocando na dimensão coletiva, que se coloca na essência da existência do grupo. O aspecto coletivo, que permite o desenvolvimento de um consciência territorial (FUINI, 2014, p. 99), se concretiza na canção “Karuana guerreira”:

*Karuana guerreira que canta e encanta
Esse território é nosso lugar.
(Karuana Guerreira – composição de Risoneila Borari)*

O afeto com o espaço faz brotar a categoria de Mãe, que aparece nas músicas juntamente com outras figuras femininas, como Pajé e mestra de carimbó. A personificação e identificação nominal da terra demonstra que se compreende como aquela que gera e que cuida, e com a qual se possui uma

38 O carimbó possui origens indígenas e afrodescendentes, sendo concebido como uma manifestação que celebra o encontro de existências marginalizadas.

39 Um estilo de carimbó realizado com materiais mais artesanais, geralmente manufaturados no próprio lugar.

conexão parental e respeitosa, em demonstração afetiva com a figura materna. Além disso, destaca o fato das mulheres se considerarem oriundas de etnias ou famílias matriarcais, ou seja, de coletividades onde as mulheres exercem importantes papéis.

Ainda na dimensão afetiva, há de se considerar também o território como espaço de convivência. Segundo Fuini (2014), os lugares nos quais as pessoas se reúnem “criam conexões e padrões, sintetizando o tangível e o intangível, que abarca “os afetos, sensações e sentimentos produzidos no/pelo lugar” (p. 100). No espaço se convivem com os parentes, amigos, vizinhos... no caso das Karuana, a partir de seus projetos pessoais e coletivos, também reúnem pessoas para aprender, para fazer arte, para dançar, para contribuir com o movimento. Fuini (2014) ainda afirma que os padrões de convivência em torno de representações comuns são importantes contributos para o reforço de identidades territoriais e padrões de pertencimento social (p. 100). O fazer musical das Karuana evidencia coletividades e formas de resistência indígenas, femininas e amazônicas.

É na consideração e respeito para com a existência do “outro” que emana a categoria do *sagrado* e dos lugares sagrados, hierarquicamente dispostos pelo espaço, intrincado na cosmovisão e significação histórica de sujeitos e acontecimentos, realidade frequente nas aldeias do baixo Tapajós. A noção de sacralidade desponta na medida em que se entende o espaço como *outro* não nas categorias de imanência e transcendência, contingência ou convívio, e sim nas categorias de “ambos e outra coisa”/“outro-que”, expostos por Coelho de Souza (2017, p. 31). Ou seja, pode se haver uma consideração *sobre* ele sem que se desconsidere sua dimensão autônoma.

Nossa água é o nosso sagrado
(...)

A floresta é o nosso sagrado
(Borari – composição de Risoneila Borari)

A canção das Karuana demonstra a continuidade de uma relação sacramental com o espaço, mesmo que com o tempo tenham se introduzido outras noções a respeito dele com as atividades turísticas. Essas dinâmicas ao invés de afetarem os indígenas, trouxeram um maior senso de cuidado, expresso culturalmente e através de apropriação de discursos e mobilização política, aspecto compartilhado pelas diversas etnias ao longo do Tapajós e Arapiuns, cientes de que a perda de seu território para a implantação de destrutivas formas econômicas significa o apagamento de sua história e cultura:

Uma etnia só se mantém, se sua territorialidade estiver preservada. Nos lugares de aculturação e desenraizamento, o único meio de sobrevivência que resta a um grupo é constituir um novo território,

por ínfimo que ele seja, e, se isso não for possível, recriar um, num outro lugar, no sonho e no mito. Trata-se aí de reencontrar os lugares onde se exprime a cultura e, depois, a espécie de relação secreta e emocional que liga os sujeitos à sua terra e, no mesmo momento, funda sua identidade cultural (KOLLING; SILVESTRI, 2019, p. 215).

As composições, como é possível perceber, são traços concretos de demonstração dos mais variados tipos de relação existentes para com o território. Fuini (2014) afirma que “a letra musical é criatura de territorialidades, pois ela em si é o relato discursivo de um processo real, ou ficcional com elementos de realidade, que produziu elementos de territorialização” (p. 104).

A canção “Ervas cheirosas”, que abre algumas das apresentações, demonstra os conhecimentos a respeito das ervas: com o que misturar, qual o tempo lunar mais eficaz para se banhar, quais seus atributos, e de onde provém esse conhecimento (das pajés). É possível perceber um traço de nostalgia e perpetuação das práticas dentro do espaço quando se faz referência às crianças:

*Ervas verdes, ervas cheirosas, mistura boa com patchouli
Banho de cheiro, põe pra serenar, banha a mim, cunhatã e curumim
Ervas verdes, ervas cheirosas, mistura tudo em noite de luar
Banho de cheiro, põe pra serenar, obter as forças pra energizar
Ervas secas, ervas sagradas, mistura com água de igarapé
Limpa o corpo, limpa a alma
Tem os segredos da nossa pajé.
(Ervas cheirosas – composição de Risoneila Borari)*

Percebe-se que nas composições nos estão sendo apresentadas diversas imagens de paisagens, sendo interessantes descrições de locais sem estarem necessariamente dispostas *ipsis litteris*. As paisagens estão dispostas não como um elemento “cênico”, e sim como estuários de realidade e alegoria caracterizados através de símbolos, alusões e estetizações. As imagens criadas, longe de reforçar estereótipos espaciais e culturais, possuem efeitos na consciência feita sobre o espaço, aliadas propositalmente à consciência crítica a respeito do desbalanceamento de forças entre natureza e a sanha humana. Aqui confluem os mais variados discursos, criados e veiculados através dos saberes e apropriações conjunturais e oriundos dos locais de fala, a respeito da estabilidade do território que estão presentes nas músicas, intervenções durante as apresentações e características dos eventos em que se fazem presentes. No toque do curimbó e em suas vozes estão a canção, o respeito e a profecia.

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, tratamos alguns aspectos da música do grupo “As Karuana” que evidenciam sua relação para com o território, que por sua vez é similar a das demais coletividades indígenas dispostas na região do baixo Tapajós, sendo evidente o seu movimento de defesa frente às diversas pressões estabelecidas, catalisadas em um período de forte discurso reacionário.

No ínterim das lutas e atuando nas mais diversas frentes, destaca-se o papel das mulheres no movimento indígena. Em conformidade à forte atuação e a partir de uma conjuntura política desfavorável em todos os setores, forma-se o Coletivo de Mulheres Indígenas As Karuana, cujas frentes de trabalho além da música são diversas. Em todas, elas exprimem sua identidade, saberes e percepção territorial, conferindo especial destaque à salvaguarda da natureza, para com a qual existe uma relação orgânica de respeito, reciprocidade e afeto.

Inseridas no contexto de Alter do Chão, vila distrito da cidade de Santarém, no Pará, compreendem o território de uma maneira não-utilitarista, diferente da mentalidade que atrai pessoas pelas potencialidades econômicas que o turismo oferece. Quem compartilha da visão das Karuana afirma que Alter do Chão é antes de tudo, território do povo Borari.

O substrato da visão utilitarista do espaço, que o diminui à categoria de terra, é a percepção oriunda da modernidade, que se distancia do elemento cultural e se aproxima da perspectiva de *préstimo*, ideia que adentra no meio jurídico e fundamenta usos desordenados do espaço e indiferentes às existências ali enraizadas, histórica realidade da Amazônia e do baixo Tapajós desde o momento da invasão.

A relação e o significado do território para as populações indígenas possuem diversas variáveis que dificultam uma definição universal precisa, se constituindo em uma via de mão dupla: na esfera política, é necessário que se elabore e se fundamente definições jurídicas, para que a partir delas aconteça o debate e a garantia de direitos neste âmbito. Em compensação, podem ocorrer chicanas e interpretações semânticas que beneficiam atores que não os próprios. A antropologia então, busca formas de tornar os termos os mais apropriados e abrangentes possíveis, o que perpassa pelas formas discursivas, diacríticas e expressivas das coletividades em questão. São elementos que não necessariamente são expressos o tempo todo, porque constituem uma vivência, mas que podem aparecer como discursos de resistência em momentos de ataques aos seus direitos e territórios.

A música, enquanto indicadora epistemológica e temporal, pode conter em si as experiências espaciais, demonstrando que tipo de relação se há para com o local. Cientes dessas características, as Karuana posicionam seu fazer musical como fortalecedor dos discursos das lutas em que estão envolvidas, a partir de epistemologias e práticas artísticas indígenas e femininas.

Um dos ritmos executados pelas Karuana é o tradicional carimbó. A manifestação traz consigo o enraizamento e relações materiais e simbólicas com o espaço, sendo reconhecido como patrimônio do povo paraense mesmo antes de ser reconhecido publicamente. Sua especificidade no contexto de Alter do Chão denota a história e tradição do local, o que pode ser contemplado nos discursos, influências, sinais diacríticos e escolhas temáticas. Essas últimas, concretizadas nas composições, caracterizam personagens, eventos, elementos cosmovisionários, reminiscências, sensações e a presença do território que não se reduz a um cenário inerte.

A música expressa, a partir dos conteúdos poéticos e sensíveis, a ligação afetiva que as Karuana possuem com o território, afeto que perpassa pela consideração da Terra como Mãe, evidenciando entre outras coisas, a característica de serem oriundas de famílias matriarcais. Também consideram o espaço como lugar de convivência com pessoas, demais seres da natureza, os encantados e os ancestrais.

A consideração e reverência para com o território, compreendido como *outro*, faz brotar a noção do *sagrado*, que supera a objetificação da terra, dinâmica que se instalou em Alter do Chão e em outros territórios, e que ao invés de destruir o pertencimento que aquelas populações possuem com o local, deu lugar a movimentos de resistência e afirmação étnica. O cantar das Karuana, em suas experiências de vida, traz os elementos poéticos, críticos e proféticos destes movimentos, fazendo convergir suas memórias pessoais e coletivas, que se tornarão memórias das lutas empreendidas enquanto mulheres, indígenas e artistas, fortalecendo a partir destas identidades a pertença étnica e territorial das gerações do presente e do futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléia. Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. **História Oral**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 293-309, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1209>. Acesso em: 05 out. 2022.

ARANTES, Luana. **Mulheres indígenas do Baixo Rio Tapajós (Pará) em exercício de mediação social**. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020.

BADIN, Luiz Armando. **Sobre o conceito constitucional de Terra Indígena**. Brasília: Arquivos do Ministério da Justiça. n. 190, p. 127-141, jul.-dez. 2006.

COELHO DE SOUZA, Marcela (coord.). **Entreterras**. Brasília: UnB, PPGAS, v.1, n.1, junho 2017.

FUINI, Lucas Labigalini. Territórios e territorialidades da música: uma representação de cotidianos e lugares. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 97–112, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81083>. Acesso em: 22 out. 2022.

GALLOIS, Dominique Tilkin. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?”. In: RICARDO, Fany (org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 37–41, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Carimbó. Belém-PA, 2014.

KOLLING, Patrícia; SILVESTRI, Magno. Reflexões sobre Território e Terra Indígena: aspectos culturais, sociais e jurídicos. **ParaOnde!?**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 211 – 226, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad.: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACIEL, Michel Albuquerque. **Saberes, fazeres e narrativas culturais indígenas do baixo Tapajós: A vivência musical do Coletivo “As Karuana”**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UEA, Manaus, 2023.

MADURO, Rossini Pereira. O processo de afirmação da identidade étnica dos Borari de Alter do Chão – PA. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, 2018.

NEVES, Gervásio. **Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (orgs.). **Território. Globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (orgs.). **Território. Globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ROMCY-PEREIRA, Ricardo Neves. **Os verdadeiros donos da terra: paisagem e transformação no baixo Tapajós**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNB, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34472>. Acesso em 20 ago. 2021.

VAZ, Florêncio. **Pajés, benzedores, puxadores e parteiras**. Os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia. Santarém: UFOPA, 2016.

VAZ, Florêncio. A Emergência étnica dos povos indígenas do Baixo Rio Tapajós, Amazônia. Tese (doutorado em antropologia social). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.

DISCURSO 50+: IDADE, ETARISMO E UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA

Neiva Maria Machado Soares (UEA)⁴⁰

neivauea@gmail.com

Resumo: Este artigo em uma perspectiva transdisciplinar coloca em diálogo diferentes áreas do conhecimento ao trazer à discussão o tema idade, envelhecimento e etarismo/ idadismo no Brasil. Toma como teorias de base as de autores como Goldani (2010), Levy (2003) e Beauvoir (1970), Goldenberg (2021), Fairclough (2003) e Kress (2011, 2012) e Kress e van Leeuwen (1996, 2006). Tem como objetivo analisar o discurso visual e verbal quanto à temática envelhecimento e seus possíveis desdobramentos. O corpus constitui-se em um vídeo de 2022, relativo a uma peça publicitária da empresa *Natura*. A análise combina a Gramática do Design Visual (GDV), Kress e van Leeuwen (1996, 2006), quanto ao Significado Interacional; Baldry e Thibault (2006), para imagens em movimento e Análise Crítica de Discurso, Fairclough (2003) quanto aos significados Representacional, Identificacional e Acional. As análises, quanto ao discurso visual, retratam a participante, em plano médio, que olha diretamente para o observador demandando uma ação ou mesmo reflexão em relação ao tema-alvo do vídeo. No que se refere ao texto verbal, no Significado Acional, observa-se a narrativa pessoal da participante, as sentenças estão no nível da declaração e da demanda, as afirmações são claras e diretas, os questionamentos pontuais referentes ao episódio vivenciado de etarismo; no Significado Representacional, destacam-se o hibridismo discursivo e a caracterização da atriz social como inclusa na cena, identificada, nomeada individualmente, com destaque para pronome em primeira pessoa e para o processo relacional *estar* que se associa aos elementos identitários que representam a voz da agente e participante do evento; no Significado Identificacional, revela-se a dialogicidade, a interlocução da participante, uso de adjetivos auto avaliativos que evidenciam as características pessoais. O discurso, por fim, conduz a voz de uma mulher, que muitas vezes sofre mais com manifestações etaristas, ao mesmo tempo em que sinaliza a necessidade de mudança e de conscientização em relação à temática. O vídeo e os estudos voltados para o etarismo podem contribuir para que possamos começar a romper barreiras e construir um caminho mais equânime e justo no quesito idade e seus desdobramentos no Brasil.

Palavras-chave: Idade; Brasil, Discurso Publicitário; Etarismo.

⁴⁰ Pós-doutorado pela UFSC; doutora em Linguística pela UnB; professora Associada da UEA. Líder do GP SDISCON.

Abstract: This article, from a transdisciplinary perspective, places into dialogue different fields of knowledge by bringing to discussion the issue of age, aging, and ageism/ageism in Brazil. It takes as background theories those of authors such as Goldani (2010), Levy (2003) and Beauvoir (1970), Goldenberg (2021), Fairclough (2003), Kress (2011, 2012), and Kress and van Leeuwen (1996, 2006). It aims to analyze the visual and verbal discourse on the theme of aging and its possible developments. The corpus consists of a video from 2022 related to an advertising piece for the company *Natura*. The analysis combines the Grammar of Visual Design (GVD), Kress and van Leeuwen (1996, 2006), for Interactional Meaning; Baldry and Thibault (2006), for moving images; and Critical Discourse Analysis, Fairclough (2003), for Representational, Identificational and Actional meanings. As for the visual discourse, the analyses depict the participant, in a medium plane, looking directly at the viewer, demanding an action or even reflection in relation to the video's target theme. As for the verbal text, in the Actional Meaning, the personal narrative of the participant is observed, the sentences are at the level of the statement and the demand, the statements are clear and direct, the questions are punctual referring to the episode experienced of ageism; In the Representational Meaning, we highlight the discursive hybridism and the characterization of the social actress as included in the scene, identified, individually named, with emphasis on the first-person pronoun and the relational process of *being* that is associated with the identity elements that represent the voice of the agent and participant of the event; in the Identificational Meaning, we reveal the dialogue, the interlocution of the participant, the use of self-evaluative adjectives that highlight the personal characteristics. The discourse, finally, conducts the voice of a woman, who often suffers more from ageism manifestations, while at the same time signaling the need for change and awareness in relation to the theme. The video and the studies focused on ageism can contribute so that we can start breaking barriers and build a more equitable and just path in the age issue and its developments in Brazil.

Keywords: age, Brazil, advertising discourse, ageism.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando escreveu seu livro, *Velhice*, Simone Beauvoir, (1970, 2018), já possuía a dimensão do que a velhice traz para os indivíduos e quais são os desafios que precisam ser superados dia a dia. Em sua obra retrata desde questões históricas, ao discutir o papel social desempenhado pelos idosos ao longo dos tempos, passando inclusive por representações em diferentes religiões e culturas. O retrato descritivo realizado não se constitui em uma leitura aprazível tendo em vista a realidade e o cenário expostos, principalmente, os problemas decorrentes da idade e suas implicações no corpo e na mente

dos indivíduos que muitas vezes passam a exercer tarefas desprestigiadas porque alguns papéis devem ser exercidos pelos mais jovens. Um relato chamou atenção foi quando a própria autora, aos cinquenta anos, foi identificada e avaliada por uma aluna como ‘velha’. Essa revelação levou a autora a considerar que o indicador da idade se faz muitas vezes pelo olhar do outro, não nos consideramos como tal até que aconteça pela primeira vez e sob a ótica do outro. Em suas pesquisas, afirma que nunca encontrou a denomina “bela velha”, no máximo, “uma encantadora anciã” (p. 334), no entanto, o mesmo não se pode dizer dos homens que, apesar da idade, ainda podem ser admirados como “belos velhos”. Nesse ponto, não há como negar que, apesar de todas as transformações vivenciadas na humanidade, a balança etária socialmente sempre pesa para o lado feminino. Boa parte dessa visão pode ser atribuída ao fato de que a mulher, por volta dos quarenta anos, deixa de ser reprodutora e geradora de filhos, com isso fica decretado que não pode cumprir dados papéis. Sabemos que a sociedade vem mudando de forma considerável, mas o relógio biológico feminino, diferente do masculino, tem o mesmo tempo desde nossas avós, bisavós.

Após essa breve contextualização, o objetivo deste artigo é analisar o discurso verbal e visual do vídeo da Empresa *Natura* com a participação de Andrea Beltrão com temática idade e seus desdobramentos. Como referencial, apoia-se de forma transdisciplinar na Análise Crítica de discurso (ACD), Análise do Discurso Multimodal (ADMM) e suas respectivas categorias apresentadas na Metodologia, além da temática idade e etarismo. O artigo divide-se em Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise, Resultados e Considerações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

TEORIAS LINGUÍSTICAS – *Linguística Sistêmico Funcional – LSF*⁴¹ – *Linguagem, texto e contexto*

A análise funcional constitui-se em um arcabouço teórico e metodológico que reconhece que os “contextos de análise de discurso são numerosos e variados- como o educacional, social, literário, político, legal, clínico e assim por diante” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 3). A linguagem é, em primeiro lugar, um recurso para fazer sentido, o texto é um processo de fazer sentido no contexto, visto ser um fenômeno rico e multifacetado. O texto conduz e revela aspectos do contexto em que foi produzido. O contexto de situação, ambiente em que o texto está funcionando, na LSF abrange três variáveis: o *campo* que se refere à atividade que está sendo realizada pelos participantes; as *relações* envolvem os participantes e a distância social estabelecida; *modo* corresponde à linguagem utilizada, o canal, o meio (oral, escrito, verbal, não verbal). Essas três variáveis se relacionam às metafunções da linguagem. O campo corresponde à metafunção ideacional, representada pelo sistema da transitividade; as relações, pela metafunção interpessoal, representada pelo sistema do modo e modalidade

41 As referências a obras estrangeiras neste artigo têm nossa tradução.

e, por fim, modo corresponde a metafunção textual que abrange a estrutura temática, tema e rema. O entendimento da complexidade do texto e do discurso, bem como suas condições de produção passa pelo que é dito ou não em cada contexto. Necessário ressaltar que os textos são constituídos pelos contextos de uso, mas esses também os constituem. Por causa dessa relação dialética entre texto e contexto, os leitores podem prever o que está por vir no texto (FUZER; CABRAL, 2014). Em uma análise discursiva, algum viés pode ser mais ou menos explorado, no entanto, o entendimento do discurso em sua totalidade se faz na ótica das três metafunções. Essa base da LSF serviu de referencial para Norman Fairclough, em *Análise Crítica do Discurso*, (1992, 2003, 2016) bem como para Kress e van Leeuwen na *Gramática do Design Visual* (1996, 2006) para fornecer um arcabouço com intuito de realizar análises multissemióticas.

A importância das teorias linguísticas neste estudo revela-se porque as representações são construídas discursivamente, o indivíduo se vê e é visto a partir do olhar do outro, sendo que esse ‘olhar’ perpassa um campo discursivo, verbal e semiótico permeado de recortes moldados pela ação de inúmeros outros instrumentos.

Análise Crítica do Discurso – ACD

No livro *Discurso e Mudança Social*, Fairclough (1992; Tradução 2001; 2016) apresenta diferenças entre o que denomina de Análise e Discurso Textualmente Orientada (ADTO) e a análise de discurso de linha foucaultiana. Para o autor, a ADTO está preocupada com qualquer tipo de discurso (mídia, sala de aula), a análise de textos da linguagem falada ou escrita é parte central. Orientado pelos princípios funcionais, na perspectiva da ACD, a linguagem cumpre em três sistemas interrelacionados: identitários, relacionais e de conhecimento e crença. A LSF fornece um arcabouço teórico e metodológico para o estudo e análise de como os discursos são construídos em sua complexidade, conforme aponta o Quadro 1.

Quadro 1- Metafunções textuais de Halliday e funções discursivas de Fairclough.

LSF – metafunções textuais Halliday, 1994.	ACD- Fairclough, 1992.
Ideacional – texto constrói representações de mundo	Discurso constrói identidades sociais Função Ideacional
Interpessoal – textos desempenham papéis sociais	Discurso contribui para construir as relações sociais Função identitária e relacional
Textual – os textos organizam as informações de forma coesa e coerente	Discurso contribui para construção de sistemas de conhecimento e crença Função textual

Fonte: Produção da autora com base em Halliday (1994) e Fairclough (1992).

A aproximação das duas teorias é explicada pelo fato de que Fairclough considera que todas as orações são multifuncionais, porque são a combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais, que resultam, discursivamente, em construção de identidade (ideacional), de relações (identitária ou relacional) e de sistema de conhecimento e crença (textual). Ao longo de seus estudos, Fairclough propôs uma aproximação mais estreita com outros campos do saber de forma transdisciplinar como é evidenciado em 2003, no livro *Analysing discourse, textual analysis for social research*. Nessa obra, apresenta categorias analíticas que vão do domínio textual para o social como o título sinaliza, inclusive a adotamos nesta pesquisa. Com intuito de fornecer um suporte para linguistas e não linguistas realizarem suas análises, o livro propõe um diálogo entre categorias linguísticas e temas do domínio social (Quadro 2).

A análise do texto é parte essencial da análise de discurso, mas não se constitui em uma mera análise linguística de textos, pois oscila entre o foco em um texto específico e o foco na Ordem do Discurso (OD), como uma estrutura social da linguagem (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3), convergindo assim, gênero, discurso e estilo. Esse entrelaçamento entre os três elementos da OD contribui para que a ACD não seja vista como um tipo de análise que tem como o alvo apenas os textos e os aspectos linguísticos.

O Quadro 2 aduz inúmeras possibilidades de análises discursivas tanto de aspectos linguísticos-textuais quanto de questões sociais que muitas vezes não são tão priorizadas nas análises críticas do discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Da mesma forma, como sugere o autor, com esse diálogo a ACD pode contribuir de forma transdisciplinar com estudos de outras áreas convergentes com a análise de discurso, como a empreendida neste artigo.

Quadro 2 - Significados Discursivos e Categorias Analíticas

SIGNIFICADO ACIONAL	GÊNEROS E AÇÃO	CATEGORIAS ANALÍTICAS
		<p>GÊNEROS E ESTRUTURA GENÉRICA</p> <p><u>Análise do texto:</u> Análise do gênero: atividade, relações sociais e comunicação tecnológica; Significado da relação entre as sentenças e orações; Orações e tipos de trocas.</p> <p><u>Análise de questões sociais:</u> Globalização; A esfera pública; Ideologia; Notícias; Legitimação, hegemonia.</p>
<p>Metafunção Textual e relacional de Halliday, (1994).</p>		

<p>SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL</p> <p>Metafunção Ideacional (Halliday, 1994).</p>	<p>DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES</p>	<p>DISCURSOS</p> <p><u>Análise do texto:</u> Análise interdiscursiva e relações semânticas; Representações dos eventos sociais Elementos da oração: participantes, processos e circunstâncias; Representações dos atores sociais. <u>Análise de questões sociais</u> Discurso como uma relação dialética; Governança e Agência.</p>
<p>SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL</p> <p>Metafunções Interpessoal e identitária (Halliday, 1994).</p>	<p>ESTILOS E IDENTIDADES</p>	<p>ESTILOS</p> <p><u>Análise textual</u> Estilos; Dialogicidade; Realização linguística de estilos; Linguagem corporal; Avaliatividade e modalidade. <u>Análise de questões sociais:</u> Identidade social e identidade pessoal Agência; Esfera pública; Personagens do novo capitalismo; A esfera pública, cidadão e experts.</p>

Fonte: elaborado com base no livro *Analysing discourse, textual analysis for social research* (FAIRCLOUGH, 2003) com adaptações também devido à tradução.

As categorias analíticas apresentadas na terceira coluna vêm na esteira da proposta do autor, visto que entende que os pesquisadores em ciências sociais são constantemente confrontados com textos, mas possuem pouco conhecimento linguístico para realizar as análises. Propõe, assim, tais categorias que podem ser dispendidas por linguistas e demais estudiosos com o intuito de melhor operacionalizar as análises de discurso que perpassem questões linguísticas e sociais. Esse diálogo entre as ciências se faz necessário tendo em vista que a linguagem é parte da vida social, dialeticamente, conectada com outros elementos da vida social, assim como toda pesquisa social terá a linguagem como ponto de partida.

O sistema dialético do texto tem sido entendido como envolvendo outros sistemas como a linguagem – sistemas semióticos corporais (gestos, toques, proximidade), semiótica visual (distante ou próximo) e os sistemas de som e música CHOULIARAKY; FAIRCLOUGH, 1999, p. 50–51). Para os linguistas, há uma completa equivalência e movimentos entre a linguagem, outros sistemas semióticos e os momentos não-semióticos das práticas sociais. Cada momento e cada sistema semiótico têm sua própria lógica e mecanismos. Dessa forma, constrói-se um em relação ao outro, o que o sistema da linguagem escrita pode não revelar, pode ser feito por um gesto, um sorriso. Na sequência, será dada ênfase a essas questões.

Teoria da multimodalidade

Para Carol Jewitt, o interesse na multimodalidade emerge das transformações da sociedade contemporânea em que a fala e a escrita não dão conta do entendimento de diversos campos de representação e de comunicação. Para a autora, *viver em qualquer cultura é viver uma cultura multimodal* (tradução nossa, 2011, p. 4), ressalta inclusive que não há uma cultura monomodal, ou seja, que utilize apenas um modo de comunicação. Devido à contínua evolução tecnológica, novos modos semióticos estão surgindo e neles despontam gêneros híbridos com a combinação de imagem e palavra; som e ação. Atualmente, com o advento do Metaverso, Inteligência Artificial, por exemplo, novas linguagens no campo tecnológico são disponibilizadas, todas atraem o interesse de estudiosos pelo fato de passarem a fazer parte da vida das pessoas de forma direta ou não.

Pensar a multimodalidade é compreender a linguagem de uma forma contextualizada e socialmente funcionando em contextos, fazendo sentido para seus interlocutores. Os diferentes modos semióticos podem estar em interação, esse gesto de comunicação em conjunto, produz sentido para os participantes na cena comunicacional. Para Kress (2011), os diferentes modos semióticos que circulam como a imagem, gestos, cores, texturas, design, objetos, gráficos, vídeos, filmes, olhar, postura, sons e ação são mobilizados e impactam a vida das pessoas, acima de tudo, porque uns em relação aos outros, em contexto, produzem sentidos. No campo das ciências humanas, artes e educação, a multimodalidade vem ganhando força e significância, no entanto, o linguista chama atenção quanto ao papel atribuído ao tema, quando visto como ilustração ou ornamentação, comum no caso de fotografia ou gráfico junto a um texto escrito. Os modos possuem diferentes potencialidades para fazer sentido e têm efeito fundamental nas instâncias de comunicação, por exemplo, a escrita tem as palavras, as orações, sentenças organizadas na gramática, que podem diferenciar no *layout*, no arranjo de acordo com cada cultura, inclusive no caso da fala em que uma mesma língua pode ter variações de inúmeras ordens.

Na perspectiva da Gramática do Design Visual (GDV), Kress e van Leeuwen (1996, 2006) objetivam fornecer ferramentas para análise de imagens, pois segundo os autores, assim como existe uma gramática da língua com as orações e períodos, pode existir uma para o trato das questões visuais. O Quadro 3 apresenta categorias analíticas correlacionadas a cada um dos significados no quesito visual.

Quadro 3. SIGNIFICADOS DISCURSIVO - VISUAIS E CATEGORIAS ANALÍTICAS

	Categorias emalíticas
Significado representacional Imagem - representação e ação no discurso	Repr. Narrativa - PI (Participante Interativo); PR- (Participante Representado) Processo de ação transacional- PI - ator-vetores - alvo (reação transacional) Processo de Ação não-transacional - PR - (reação não-transacional) Ação Bidirecional - ação entre dois participantes Processo verbal; Processo mental - Repr. Emceitual - abstrata Processo emalítico, simbólico e classificacional
Significado interacional Imagem em interação - eu e o observador no discurso Participantes no discurso	Emtato: oferta ou demanda Distância: pessoal, íntima, social Planos: médio, close-up, aberto Atitude: ângulo frontal, oblíquo, de costas, de baixo para cima ou de cima para baixo. Objetividade; Subjetividade Modalidade: naturalista; não naturalista-tecnológica: 3D, avatar, metaverso Emsorial
Significado composicional Imagem e organização no discurso	Valor informacional: Dado - novo; Real-Ideal; centro, margem Emquadramento - emexão ou desconexão. Emliência; Moldura; Cores; coesão e coerência visual.

Fonte: Categorias emalíticas de GDV. Elaborado com base em Kress e van Leeuwen (1996, 2006) com adaptações de Costa e Soares, (2020).

Na Emálise do Discurso Emultimodal (MMDA), Kress (2012, p.35-36), os ‘tópicos’ relativos ao texto são emitos e de natureza diversa: gesto, imagem (parada ou movimento), fala, escrita, música (website ou em um filme), bem como a três dimensões (3D), que podem ser desenhados no emjunto semiótico e textual. Para o autor, os textos de qualquer tipo são resultado de design, de processo de composição e de produção. Emsidera também que assim como os textos escritos emstroem sua textura por meio de elementos coesivos que garantem a coesão e coerência, os textos visuais por meio de diferentes modos podem garantir o significado em emjunto com todos os modos.

Na sequência, o artigo se dirige para questões sobre emvelhecimento, preconceito, estereótipo e etarismo, temas esses que de forma transdisciplinar emtribuirão para a emálise.

Emvelhecimento e seus desdobramentos

A vida se emstitui de um longo processo que inicia com o nascimento, ao longo de todas as emes, cada indivíduo emstruirá percursos que o levarão em diferentes direções. Costuma-se atribuir a cada eme dadas funções e expectativas, mas novos estudos apontam que o viver pode estar livre de rótulos que estão emdo emisitados e repensados.

Na sociedade emtemporânea, onde as taxas de natalidade vêm diminuindo assim como a de mortalidade, a velhice toma um novo emtorno, como algo que pode ser retardado (COUTO *et al* (2009, p. 508-509). Apesar dessas emdanças, culto da juventude é cada vez mais reforçado, e a velhice é permeada por estereótipos e preconceitos que a reduzem a uma eme de declínio e perdas. O processo de emvelhecimento emstitui-se em um fenômeno biopsicossocial fortemente influenciado pela cultura e pelas emdições e emtextos de vida. Inclusive ressaltam que essa eme pode ser vista de maneira também individual porque vemos pessoas com baixa qualidade de vida em emes iniciais da maturidade e outras com idade avançada, mas em plena emúde.

No Brasil, há estudos emtemporâneos sobre a temática do emvelhecimento e seus desafios, por um lado, podemos citar um dos livros de Mirian Goldemberg, como *A invenção de uma bel velhice- projetos em busca da felicidade*, 2021, em que a autora apresenta a ‘bela velhice’ que pode ser alcançada pelos projetos que as pessoas podem ter para se manterem ativos em todas as suas fases da vida, o que conduziria à liberdade e ao respeito individual; por outro lado, quando se trata de preconceito contra idade, há o livro de Fran Winandy, *Etarismo, um novo nome para um velho preconceito* de 2021, que aborda o etarismo e seus desdobramentos, como os estereótipos relacionados ao envelhecimento que dão origem ao preconceito e à discriminação. Logo, inúmeros autores que estão abordando o assunto em diferentes linhas de estudo poderiam ser citados, desde antropologia, gerontologia, psicologia, administração entre outros campos, o que de fato destaca o interesse e importância do estudo.

A expectativa de vida no Brasil e no mundo vem crescendo paulatinamente, mas isso não será benéfico completamente se os indivíduos não puderem estar de fato em todos os contextos exercendo atividades que desejarem sem que sejam vistos como *inadequados* ou *ultrapassados*⁴² para esta ou aquela função. Goldani, 2010 (p. 412), afirma que “a discriminação por idade e os estereótipos são problemas que a sociedade deve enfrentar e eliminar através da conscientização, da educação e de intervenções políticas apropriadas”. Os estereótipos se caracterizam como rótulos ou etiquetas que são construídos ou fornecidas ao longo da vida das pessoas e sob a influência de inúmeros fatores sociais, culturais entre outros e que podem resultar em preconceito e discriminação.

Nascimento dos preconceitos da idade

Levy⁴³, (2003, p. 203–211), apresenta vários estudos que indicam que os estereótipos são construídos ao longo da formação do indivíduo e ficam adormecidos e são auto representados ou resgatados. Para a pesquisadora, “quando os indivíduos atingem a velhice, os estereótipos de envelhecimento internalizados na infância e depois reforçados por décadas, tornam-se autoestereótipos” (Tradução nossa, 2003, p. 205). Aponta casos em que os indivíduos que possuíam autopercepção positiva demonstraram anos depois melhor saúde funcional em termos de sexo, solidão, raça, autoavaliação de saúde e nível socioeconômico. Afirma ainda que os idosos podem ser excepcionalmente suscetíveis a autoestereótipos negativos, em parte porque os estereótipos do envelhecimento são internalizados muito antes de serem relevantes para sua autoidentidade. No entanto, isso é apenas uma presunção; não há como saber se os indivíduos idosos são excepcionalmente vulneráveis (2003, p.211). Aponta como os estereótipos podem influenciar quando o indivíduo atinge a fase da velhice, embora muitas vezes esteja bem de saúde, física e emocionalmente, há uma gama de referentes que apontam que não pode realizar essa ou aquela ação, logo, se vê e muitas vezes é visto conduzido por tais representações. Assim, é preciso que haja uma possível desconexão com os valores que a pessoa foi moldando ao longo da vida para que os estereótipos não o influenciem de forma a limitar seu modo de vida.

A imagem comemorativa do mês da família, apresentada abaixo, retrata a configuração uma que foi incutida socialmente com referência ao que seria uma família ideal. Nela os participantes “maduros” são retratados de maneira estereotipada e caricatural, o avô de bengala, óculos, cabelos brancos, face triste e caída, a avó de cabelos brancos, face triste, uso de coque e óculos e roupas de frio. Apesar de essa representação vir mudando, as famílias e indivíduos também terem passado por transformações na forma de ser e agir, ainda é muito frequente quando se busca em banco de imagens, naturais ou abstratas,

42 Ambos considerados como estereótipos negativos.

43 Department of Epidemiology and Public Health, Yale University, New Haven, Connecticut, em seu artigo: Mind Matters: Cognitive and Physical Effects of Aging Self-Stereotypes.2003.

que a representação se faça dessa forma o que somente reforça e consolida padrões equivocados para toda a sociedade.

Imagem 1: Imagem que representa uma família.



Fonte: UNIVERSOS DOS ENXOVAIS BABY.⁴⁴

Nessa mesma direção, em estudo com a população portuguesa, Ferreira-Alves e Novo (2006, p.65), afirmam que o envelhecimento faz emergir problemas sociais novos, muitos dos quais ainda não visíveis ou tematizados, como a discriminação social veiculada através de comportamentos, atitudes e preconceitos presentes nas interações diárias com pessoas idosas e/ou difundidos através dos meios de comunicação. Isso pode ser corroborado por Goldani (2010, p. 412) que cita a revelação regular da idade depois do nome de uma pessoa, no jornalismo brasileiro. Esse também é um tema explorado pela linguista Carmen Rosa Caldas-Coulthard (1997) em suas pesquisas no âmbito do discurso e da discriminação por sexo, idade, classe social e credo.

Ageísmo, etarismo ou idadismo

O termo ageísmo (*age-ismo*) foi inicialmente denominado pelo norte americano Robert Butler em 1969, inclusive o prefixo *age* remete à idade em inglês, ganhou outras denominações como idadismo, adotado em Portugal; etarismo, no Brasil, embora existam diferentes denominações, todas referem-se ao preconceito contra idade, similar inclusive ao de classe social e ao do

⁴⁴ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/UniversoDosEnxovaisBaby/photos>.

racismo. Para Helal e Viana (2021), citando Butler (1969), o ageísmo reflete uma inquietação profundamente arraigada por parte dos jovens e pessoas de meia-idade, como uma repulsa pessoal e aversão a envelhecer, à doença, à incapacidade, ao medo de impotência, à “inutilidade” e à morte.

No Brasil, os trabalhos de Goldani que exploram o tema sob dois aspectos, o do preconceito (ageísmo) e o da discriminação:

O ageísmo refere-se essencialmente às atitudes que os indivíduos e a sociedade têm frequentemente com os demais em função da idade, enquanto a discriminação por idade descreve a situação em que a idade é o fator decisivo. Um exemplo de discriminação por idade é o empregador que decide contratar, promover, retreinar ou aposentar/dispensar um funcionário com base somente na idade (2010, p. 385).

Quanto à discriminação, a autora cita o local de trabalho quando o empregador não contrata, promove, atualiza ou até demite a pessoa devido ao fator idade. Para a pesquisadora, embora reparar na idade⁴⁵ não seja ofensivo, agir com estereótipos é claramente um preconceito, porém o mais sério é fato de que a sociedade não considera como tal, assim como acontece com o racismo e o sexismo, por exemplo.

O combate ao ageísmo deveria, dessa forma, se ater a mudanças de crenças sociais e de atitudes relativas aos idosos. O preconceito contra idosos pode implicar danos para a sua qualidade de vida, podendo também resultar em perdas para a sociedade. Com os avanços da medicina, o processo de envelhecimento tem sido favorecido e, assim, os idosos têm vivido mais e experienciado menos doenças e déficits físicos (COUTO *et al*, 2009).

Segundo O Relatório Mundial de Idadismo (2022, p. XVII), o idadismo se refere a estereótipos (como pensamos), preconceitos (como nos sentimos) e discriminação (como agimos) direcionadas às pessoas com base na idade que têm. O idadismo pode ser institucional, interpessoal ou contra si próprio. O idadismo institucional se refere às leis, regras, normas sociais, políticas e práticas institucionais que restringem injustamente as oportunidades e prejudicam sistematicamente indivíduos em função da idade deles. O idadismo interpessoal surge em interações entre dois ou mais indivíduos, enquanto o direcionado contra si próprio ocorre quando o idadismo é internalizado pela pessoa e usado contra ela mesma. Essas considerações sobre a temática idade correspondem a um apoio interdisciplinar à análise linguístico-discursiva que será realizada a seguir.

⁴⁵ Idade pode definida como: 1 Tempo de vida que se considera desde o nascimento até certa data, determinada como ponto de referência; 2 Duração da vida; 3 Quantidade considerável de anos de uma pessoa. Entre outras definições. Fonte: Idade | Michaelis On-line (uol.com.br).

Sinônimos para idade: vida, existência, anos e duração.

METODOLOGIA

Para a presente análise, utilizamos um *corpus* composto por vídeo de Andrea Beltrão para campanha publicitária da empresa *Natura*, divulgado em maio de 2022 no *Youtube*. Por tratar-se de semiótica de imagens em movimento, orienta-se em Baldry & Thibault (2006), para análise dos frames visuais e significado das representações discursivas, bem como em Kress e van Leeuwen (2006), via categorias associadas ao significado Interacional (Ver Quadro 3). Além-se às categorias analíticas da ACD, Fairclough 2003, relativas aos significados Acional, Representacional e Identificacional (Ver Quadro 2). A investigação é qualiquantitativa, pois interessa levantar aspectos recorrentes no texto e realizar a análise descritivo-interpretativa dos dados. Para operacionalizar a análise visual e discursiva, o vídeo de 55 segundos foi dividido em 19 frames, capturados por meio da ferramenta digital *Freevideotojpgconvert*. As cenas escolhidas retratam aspectos da narrativa da participante e a temática alvo do artigo.

ANÁLISE



Como mencionado, o vídeo de Andrea Beltrão que faz parte da campanha da empresa *Natura* e possui o propósito de discutir temáticas sociais importantes, nesta trata-se do envelhecimento e mais especificamente do preconceito que pode estar embutido nas relações sociais. Realizamos alguns recortes de cenas (frames) do vídeo devido à configuração do artigo e à delimitação de forma que não interferisse no resultado, a análise foi realizada quanto ao aspecto visual-discursivo e ao significado das representações em cada frame proposto.


TEMÁTICA: VÍDEO TEM COMO TEMA ETARISMO OU AGEÍSMO. 'TENHO 58 ANOS E ME SINTO MARAVILHOSA', DIZ ANDRÉA BELTRÃO SOBRE ETARISMO.



Contexto – Meios técnicos de transmissão – Campanha da *Natura* contra o etarismo e divulgação da marca *Natura Chronos*. Tempo: 31 de maio de 2022. Local: *Youtube*. <https://youtu.be/PvKEmCqc1EE>. A empresa atua no Brasil e em outros países no ramo de beleza e com produtos para tratamento *anti-ageing* como *Chronos* que conduziu uma série de publicidades e depoimentos voltadas para temática idade e suas implicações.



Análise visual e significado das representações

Frames do vídeo	Análise visual	Significado das representações
 <p>Frame visual 1</p>	<p>Participante Representada (PR): Andrea Beltrão Participante Interativo (PI): observador</p> <p>Andrea em plano médio narra episódio vivenciado. Distância é social. Atitude em ângulo horizontal frontal-interage com o observador com a cabeça levemente de lado, sugerindo engajamento. Modalidade é naturalista e as cores das roupas estão em tons pastéis que sugerem leveza, elegância e despojamento.</p>	<p><i>Nossa, Andrea! Você tem 58 anos?</i></p> <p>Na primeira sentença, a atriz narra a surpresa das pessoas ao saberem que tem 58 anos. O processo relacional possessivo (<i>tem</i>) Constitui-se em uma sentença exclamativa e outra interrogativa que revela a surpresa do interlocutor. Nesse caso, a oração está dando e solicitando informações no processo de troca entre os participantes citados, embora um deles seja genérico.</p>
 <p>Frame visual 2</p>	<p>PR: Andrea em plano médio, cabeça e olhos ao centro da cena, olha nos olhos do observador e cita a sentença que provoca a discussão. O tom sério, os lábios semiabertos apontam seriedade e surpresa da atriz em relação ao evento.</p> <p>PI: observador</p>	<p><i>MAS você está ótima!!!</i></p> <p>A sentença introduzida para expressão adversativa. O conector <i>mas</i> apresenta um aspecto divergente no discurso, como se a idade citada não pudesse ser atribuída à atriz. Pode-se dizer que há uma contraposição marcando contraste entre negativo (idade) e positivo (estar ótima).</p>



 <p>Frame visual 3</p>	<p>PR: Andrea fecha um pouco os olhos e menciona qual é a sua reação ao se deparar como o comentário com isso não encara o interlocutor. O plano é médio e a postura é a mesma dos frames anteriores. A sua mão esquerda está sobre a perna e a direita mantém-se para trás.</p>	<p><i>Bom, quando eu escuto isso, eu sorrio.</i></p> <p>Os dois processos empregados: <i>escutar e sorrir</i>, um se relaciona ao aspecto mental e outro comportamental. Sorrir talvez seja o comportamento de muitas mulheres a se depararem com a situação.</p>
 <p>Frame visual 4</p>	<p>PR: A atriz posiciona a cabeça para o lado e menciona que agradece. Há uma coesão e coerência visual entre a atitude que diz ter e a posição da cabeça, olhar e gesto que demonstra no frame.</p>	<p><i>Agradeço até, não perco muito tempo.</i></p> <p>O processo <i>agradecer</i> vem acompanhado do conector <i>até</i> que se constitui em um reforço no ato de agradecer. Demonstrando ser essa a atitude tomada pela atriz.</p>



 <p>Frame visual 5</p>	<p>PR: Andrea volta ao conector de oposição MAS e questiona de certa forma o interlocutor. Olha nos seus olhos e realiza a pergunta? Demandando, assim, uma reação ou reflexão do interlocutor. Os lábios estão cerrados ao finalizar o questionamento.</p> <p>PI- Interlocutor/ Observador</p>	<p><i>Mas o que o MAS quer dizer?</i></p> <p>Nesse caso, poderia ser colocado – o que o <i>Mas</i> significa no contexto citado ou o que o participante da cena disse? Os processos verbais ajudam na criação do texto narrativo. O processo de troca na oração se dá por meio de uma pergunta em que solicita por parte do interlocutor /observador uma resposta ou reflexão.</p>
 <p>Frame visual 6</p>	<p>PR- Andrea A atriz se dirige ao interlocutor demandando dele uma resposta. Seus olhos ligeiramente caídos e focados nesse participante. O plano é médio e apenas uma das mãos aparece, mas não se observa um gesto aparente.</p> <p>PI- Interlocutor/ Observador</p>	<p><i>Que porque eu tenho 58 anos eu devia estar péssima?</i></p> <p>Nessa sentença a atriz fornece uma informação quanto a sua idade ao mesmo tempo em que demanda uma resposta quanto a esse dado numérico. Há uma correlação ao número 58 e a avaliação negativa em <i>péssima</i>.</p>


 <p>Frame visual 7</p>	<p>PR: Andrea</p> <p>A interação entre os participantes se dá por meio da pergunta novamente direcionada ao interlocutor. A participante, Andrea estabelece um contato por demanda com os olhos voltados diretamente para o observador. A atriz sorri levemente contestando ou até mesmo ironizando a situação vivenciada. A boca expressa a surpresa com a situação.</p> <p>PI- Interlocutor/ Observador</p>	<p><i>Parece que sim, né?</i></p> <p>Nessa sentença, a atriz responde à pergunta que formulou e mantém contato com o interlocutor pelo uso do operador argumentativo- de oralidade- né. A modalização expressa no verbo – parecer- demonstra que a participante não tem certeza ou não deseja demonstrar isso.</p>
 <p>Frame visual 8</p>	<p>PR: A participante se dirige especificamente às mulheres e seu olhar está voltado para essa(s) participantes.</p> <p>Andrea inclina-se para frente o que possibilita uma aproximação ainda maior com o interlocutor. Os olhos estão apertados e sua boca quase se fecha.</p> <p>PI: Interlocutor/ Observador (a) - Mulher</p>	<p><i>Se você é mulher, já passou dos 35 ou 40 anos</i></p> <p>Nessa sentença condicional, a atriz chama atenção novamente do seu interlocutor e se dirige, especialmente, às mulheres.</p>

 <p>Frame visual 9</p>	<p>Pr- Andrea PI- Mulheres; Você</p> <p>A atriz se direciona às participantes femininas, principalmente entre 35 e 40 anos+, embora o fato possa se inserir em outras faixas.</p>	<p><i>Você já deve ter ouvido isso na sua vida várias vezes</i></p> <p>A sentença anterior completa-se nessa em que faz uma declaração de um novo fato. A modalidade é epistêmica, visto que o verbo <i>dever</i> sugere possibilidade e não obrigação quanto a ter ouvido declarações ofensivas quanto à idade.</p>
 <p>Frame visual 10</p>	<p>PR: Participante faz uma afirmação ao mesmo tempo em que fecha os olhos e gesticula com a mão esquerda. A boca está cerrada e lábios apertados que sugerem ênfase à informação dada.</p> <p>Plano também é médio e a distância é pessoal. Ângulo é horizontal frontal Modalidade é naturalista.</p>	<p><i>É uma questão cultural.</i></p> <p>Essa afirmação em termos de uma declaração indica que a participante fornece uma informação dentro da temática em questão. O processo relacional seguido de um atributo, refere-se aos conceitos que são criados socialmente.</p>

 <p>Frame visual 11</p>	<p>PR: Andrea dialoga com o interlocutor, olha nos seus olhos diretamente, o plano é o mesmo dos quadros anteriores, gesticula com as mãos também. Seus olhos estão mais baixos e sua boca entre aberta, com fisionomia séria, convergindo com a informação fornecida discursivamente.</p>	<p><i>Só que esse MAS carrega um preconceito gigante com a idade.</i></p> <p>O elemento articulador <i>só que</i> introduz uma ressalva para enfatizar o fato de se tratar de um preconceito, ou seja, o MAS não é um mero conector adversativo, tem um argumento sendo dado em uma direção. O processo material <i>carrega</i> tem sentido de levar carga: conduzir, levar, portar, perceptíveis na sentença.</p>
 <p>Frame visual visual 12</p>	<p>PR: Andrea interage tanto nos gestos quanto pelo discurso ao lançar mão no início da sentença de <i>Olha!!</i> Nesse caso, faz-se a advertência, olha diretamente para o interlocutor. Utiliza uma declaração em nível de proposição, ou seja, quando a linguagem é empregada para trocar informações, entre a participante 50+ e as pessoas que desconhecem ou praticam essa ação. PI: Interlocutor/ Observador</p>	<p><i>Olha elogio com MAS não é elogio.</i></p> <p>O processo <i>olhar</i> no início da sentença, não tem a função do ver, mas como uma interjeição de advertência em relação ao fato citado ou à prática regular de simular um pretense elogio com MAS.</p>

 <p>Frame visual 13</p>	<p>PR: A participante fornece mais uma informação e se insere marcadamente entre os participantes – Eu. Nesse caso, não há outro participante atribuindo características. A atriz Andrea Beltrão atribui a si o estado se estar ótima.</p> <p>PI: Interlocutor/ Observador</p>	<p><i>Eu tenho 58 anos. E eu estou ótima.</i></p> <p>Eu tenho 58. O processo relacionar <i>ter</i> a identifica (Eu- Andrea) como uma pessoa de 58 anos. Os processos relacionais representam os seres em termos de suas características e identidades. Esse é o caso do processo <i>estar</i> em Eu (Andrea) atributo positivo <i>ótima</i>. Esse atributo é fornecido pela atriz, sua identificação. O conector E tem a função de adicionar as informações, contrário ao caso do MAS que exclui também.</p>
 <p>Frame visual 14</p>	<p>PR: A atriz olha nos olhos do interlocutor de forma enfática e determinada a dar a informação que ela mesma é responsável e vivencia. O ouvinte tem o papel de constatar e observar. Os olhos estão postados no observador e a boca levemente aberta, a mão gesticula levemente, sobre a perna, ou seja, apesar de ser enfática não usa as mãos como imposição.</p> <p>PI: Interlocutor/ Observador</p>	<p><i>Eu tenho 58 anos E eu estou cheia de energia.</i></p> <p>Similar à sentença anterior a atriz reforça a sua idade ao mesmo tempo que afirma <i>E eu estou cheia de energia</i>. Nesse caso conector E adiciona um argumento positivo. O processo relacional <i>estou</i> fornece um atributo novo que Andrea possui aos 58 que é a <i>energia</i>. A participante novamente se insere no discurso e menciona-se duas vezes. <i>Eu</i> é remissivo à própria atriz social- Andrea.</p>

 <p>Frame visual 15</p>	<p>PR: A realizar a afirmação positiva seu rosto e olhar centram-se no observador.</p> <p>Na relação estabelecida entre os participantes, pela ênfase fornecida na primeira oração, a atriz fornece mais um argumento em relação a sua idade que é o fato de estar maravilhosa. Não demanda nada explicitamente ao interlocutor, aparente, tenta convencê-lo de que isso deve ser normal.</p>	<p><i>Eu tenho 58 anos E me sinto maravilhosa.</i></p> <p>Pela terceira vez a sentença relativa à idade e retomada, mas há cada episódio um argumento positivo é colocado. Nesse caso- <i>E me sinto maravilhosa.</i> O processo mental emotivo <i>sentir</i> conduz uma relação entre a experienciadora Andrea e o fenômeno <i>maravilhosa</i>. Essa informação de certa forma potencializa o número fornecido.</p>
 <p>Frame visual 16</p>	<p>PR: Andrea fornece mais uma informação ao interlocutor. Direciona o olhar e menciona como deve ser o trato do discurso relacionado com o tema idade. Os seus olhos estão fixos no interlocutor, contato se faz por oferta, as mãos não aparecem, a boca está aberta e sua aparência é séria. O plano médio é o mesmo dos outros frames, o ângulo também é frontal, a modalidade é naturalista.</p> <p>PI: Interlocutor/ Observador</p>	<p><i>Sem nenhum MAS.</i></p> <p>Esta é a última sentença que encerra o pequeno vídeo sobre o tema etarismo. Poderia ser visto como- Não empregue conector de oposição ao tratar de idade. O MAS em todas às vezes que apareceu estava em caixa alta, assim como o E. No caso do <i>mas</i> para frisar que não deveria ter sido utilizado, do E por ser colocado como substituto, para adicionar questões positivas associadas à idade na ótica da atriz.</p>

 <p>Frame visual 17</p>	<p>PR: Os olhos estão abertos e direcionados ao observador, a boca está fechada e sorri sutilmente. A mão esquerda está sobre a perna, a direita permanece nas costas como em todas as cenas. O frame pode ser visto no ponto de vista da Oferta (Andrea 58); Demanda por reivindicar uma atitude/posicionamento do interlocutor.</p> <p>PI: Interlocutor/ Observador</p>	<p>Sem texto verbal.</p> <p>O texto visual fala por si.</p> <p>Andrea ao centro do quadro, seu rosto e colo estão mais salientes, a cor é neutra e não há saturação ou contraste nas cenas. Quanto ao enquadre ele é o mesmo e sugere conexão entre todos os frames anteriores. A interação é direta, embora não haja palavras o significado é construído ao logo dos textos anteriores, cabendo ao interlocutor, pensar, refletir, concordar ou não.</p>
---	---	---

Análise crítica discursiva do vídeo

O diálogo entre a imagem e o texto fornecem uma gama de possibilidades analíticas que contribuem para se construa um olhar sobre os textos principalmente pelos significados que podem ser disponibilizados via interação entre os participantes como foi possível observar na análise acima. Isso se torna mais relevante considerando que além de uma narrativa de cunho pessoal há uma publicidade. Na sequência, via ACD, com os significados Acional, Identificacional e Representacional buscamos sopesar questões transdisciplinares que perpassam o viés linguístico que podem ser evidenciadas no vídeo.

No viés do Significado Acional, a narrativa do vídeo analisado conduz a um tema de interesse comum, principalmente das mulheres, desenvolve-se a partir de uma sentença que retrata um acontecimento particular vivenciado por Andrea Beltrão: “*Nossa, Andrea! Você tem 58 anos? Mas você está ótima. Bom, quando escuto isso, eu sorrio*”. Todo o vídeo de 55 segundos é constituído pela exposição da atriz que advém desse evento, inserido em um evento maior que é publicidade ‘engajada’ da *Natura*. Nesse contexto, a interação se realiza e as orações empregadas, no nível das trocas, tanto fornecem informações quando

solicitam do interlocutor dada interação, a atriz não só argumenta sobre o ocorrido, mas demanda dada reação (atitude) do espectador, mesmo que seja refletir sobre o que ocorrido, revelado nas passagens: *Que porque eu tenho 58 anos eu devia estar péssima? Parece que sim, né?* Andrea emprega o pronome *você* várias vezes para manter e estimular o contato com o interlocutor. Percebemos ainda que a participante cumpre um papel social, conduz a voz da empresa *Natura*, ao mesmo tempo em que é portadora de forma interdiscursiva da voz de muitas mulheres que passaram ou passam por situação similar, mas que podem vê-la como naturalizada, por exemplo, em *Você já deve ter ouvido isso na sua vida várias vezes; É uma questão cultural*.

Observamos também um jogo discursivo em que a participante faz indagações e argumenta sobre o fato. Se o intuito é suscitar reflexões e questionamentos e contribuir para que as pessoas percebam que certas colocações no campo discursivo constroem e reforçam representações e constituem casos de etarismo, terá cumprido o seu papel. Entendemos que a comunicação nas novas mídias se apresenta de forma distinta em que simular um pretense diálogo ou parecer que está dialogando com o interlocutor é cada vez mais estimulado. Para Fairclough, (2003, p. 75), os gêneros como formas de interação constituem tipos particulares de relações sociais entre os interagentes, que podem ser de diferentes tipos como organizações, grupos e indivíduos conforme é evidenciado no vídeo também, pois constitui-se em um gênero relato que possui a voz da atriz, indivíduo, da empresa *Natura*, organização, e das mulheres como um grupo. A *Natura* ao provocar esse debate estabelece uma discussão que sai de uma esfera privada e avança em direção a camadas da sociedade que talvez nunca tenham pensado em discutir a temática idadismo, porque é mais frequente a naturalização a respeito de conceitos que se cristalizam socialmente. Como bem afirmou Levy, 2003, os estereótipos com o passar do tempo se tornam autoestereótipos e até mesmo as vítimas passam a reproduzi-los de forma natural.

Quanto às orações empregadas no texto, uma questão semântica se faz presente e é o divisor de águas no argumento condutor do vídeo, expresso em sentenças – *Nossa, Andrea! Você tem 58 anos? MAS você está ótima!!* O conector de oposição *mas* não deve ser considerado como uma partícula coesiva apenas, e sim, como um operador argumentativo que evidencia uma gama de significados. Neste caso em específico, não é possível apontar um elogio, se estabelece uma contraposição marcando contraste entre negativo (idade) e positivo (estar ótima), como se a participante não pudesse estar bem aos 58 anos. Há ainda um diálogo, como outras variantes contextuais, por exemplo, em *mas você está ótima* que pode estar relacionado a elementos como a profissão, ao corte e cor do cabelo, a vestimenta entre outros aspectos.

Como substituição ao conector *mas*, a própria atriz sugere o uso da partícula aditiva *E* que diferentemente do *mas*, que faz ressalvas, exclui ideias e opõe outras, adicionaria informações. Nessa direção, apresenta uma série de

argumentos positivos relacionadas a sua pessoa como em: *Tenho 58 e estou ótima*. Ao todo, a atriz utiliza a partícula aditiva quatro vezes sempre com argumentos de valoração positiva, como *ótima, cheia de energia, maravilhosa, tá superlegal*, assim, encaminha como a idade deve ser vista. O reforço argumentativo por meio de sentenças aditivas e não adversativas tenta romper com uma visão hegemônica de que depois de uma ‘certa idade’ as pessoas devem ter dada característica. No contexto pós-moderno em que a sociedade vem passando por inúmeras transformações em suas práticas sociais, certos vieses discursivos, ideológicos não devem ser mais reforçados. Quanto ao significado acional, destaca-se a narrativa e suas nuances em tom diálogo no nível da demanda e da troca de informações, bem como as questões semânticas advindas de elementos de tecitura textual, por fim, a correlação entre as questões linguísticas e as sociais associadas ao campo do etarismo.

Quanto ao Significado Representacional, o vídeo analisado constitui-se em um gênero híbrido porque, ao mesmo em que possui um relato pessoal da atriz brasileira Andrea Beltrão, tem como pano de fundo a campanha publicitária da empresa *Natura* com relação à temática: idadismo, por sua vez, vinculada à linha *Chronos* em que a idade se constitui como identificadora dos produtos⁴⁶. Para Fairclough, (2003, p. 66), as formas de ação e interação nos eventos são definidas pelas práticas sociais, e a mudança no novo capitalismo aponta alterações nas práticas sociais e nos próprios gêneros. Nesse caso, notamos que os novos gêneros, principalmente, com o apoio das redes sociais, vêm se transformando porque os participantes e os propósitos também são múltiplos, o que implica nas práticas discursivas, produção e consumo dos textos, que se alinham às novas demandas de produtores e consumidores em cenários cada vez mais diversos e híbridos. Gostaria de ressaltar uma passagem de Fairclough, 2003, em que afirma que os discursos se diferem em graus de repetição, estabilidade, há maneiras de representar as pessoas e os muitos domínios da vida social geram um vasto número de representações. Vê o novo espírito do capitalismo como um novo discurso que tem a combinação de discursos existentes, há uma relação dialética entre o discurso e outros elementos da vida social. Discursos não devem ser vistos como maneiras de representar com graus de estabilidade, mas modos de representar a linguagem e outros elementos da vida social. Nesse sentido, o texto analisado tem como viés revelar como os discursos podem representar práticas institucionalizadas, como nas expressões relativas a idade: *58 anos, logo, está acabada (o)* ou *58 anos, logo, está ótima(o), maravilhosa (o)*. Se há diferentes modos de representar as pessoas nos inúmeros domínios em que agimos por que essas representações devem ser sempre as institucionalizadas? Concordamos com Fairclough, 1992, ao afirmar que as ideologias são construídas nas várias dimensões das práticas discursivas e contribuem na produção, reprodução e transformação das práticas

⁴⁶ Descubra a **Natura Brasil Chronos**, uma gama completa de cuidados para o rosto adaptada a cada idade e cada tipo de pele, com **ingredientes da biodiversidade brasileira** e com os mais eficazes **ativos tecnológicos**, para uma **alta eficácia antienvhecimento e hidratação**. Fonte: Chronos (naturabrasil.br).

de dominação. Portanto, o vídeo e os estudos voltados para o etarismo podem contribuir para que possamos começar a romper barreiras e construir um caminho mais equânime e justo no quesito idade e seus desdobramentos no nosso país.

Se os discursos são distintos pelas formas de representar o mundo e as escolhas linguísticas realizam discursos, resulta que um discurso etarista, sexista, machista apresenta-se discursivamente marcado, como está evidenciado na sentença 1 abaixo.

1.	Você	tem	58 anos	MAS nem parece.
2.	Eu	tenho	58 anos	E eu estou ótima
3.	Eu	tenho	58 anos	E eu estou cheia de energia
4.	Eu	tenho	58 anos	E eu estou maravilhosa
5.	Eu	tenho	58 anos	E tá superlegal

Na sentença 1, há uma marcação social, um estereótipo, olhar do outro que avalia e qualifica a performance social etária e até corporal da atriz; da segunda até a quinta sentenças, a atriz social se coloca como partícipe da história e se autoavalia ao mesmo tempo em que direciona como deve ser o olhar do outro. Os processos relacionais assumem prevalência no texto, *ter* aparece 6x no texto e *estar* 3x, atribuído ao fato de que eles estão relacionados às identidades dos participantes e suas características. Na análise, as ocorrências estão associadas ao fator idade da participante – Andrea Beltrão, portadora dos atributos mencionados (*58, ótima, cheia de energia, maravilhosa, tá legal*).

Discursos podem ser diferenciados devido às relações semânticas entre as palavras (sinonímia, hiperonímia e antonímia), nesse caso podemos verificar que as relações construídas pelas palavras citadas revelam um mesmo campo semântico positivo e que são cunhadas pela própria participante como atriz social que dá voz ao discurso (*Ótima, cheia de energia, maravilhosa, tá, legal*).

Em relação aos atores sociais, nesse caso, apesar de fazer parte de uma campanha da empresa *Natura* esse participante não é revelado diretamente, somente a atriz social Andrea Beltrão é partícipe e realiza seu depoimento em primeira pessoa, ao mesmo tempo em que se autoatribui qualidades. A atriz está incluída porque tem voz discursivamente, de forma personalizada, determinada, nomeada – Andrea Beltrão, identificada e categorizada – como atriz, mulher, quanto ao aspecto físico e biológico – 58 anos.

Outro ponto que poderia ser adicionado na análise, com base em Fairclough, 2003, corresponde ao novo espírito do capitalismo em que um novo discurso emerge dos já existentes, pois temos como pano de fundo o

discurso empresarial que por sua vez se alia ao discurso da atriz. O hibridismo constitui-se cada vez mais uma prática nos discursos contemporâneos em que um discurso existente mescla-se com outros e passa a cumprir uma nova função. No caso analisado, passa quase despercebido o fato de ser uma publicidade que faz parte de uma campanha publicitária da empresa *Natura*, vinculada a linha *Chronos*.

Quanto ao Significado Identificacional, em diálogo com os outros dois significados, abarca estilos e identidades. Na questão textual, é possível remeter a aspectos como a dialogicidade, revelada por meio das diferentes vozes ecoam na temática discutida que são a da atriz, a das demais mulheres chamadas para debater e a da empresa *Natura* que deseja reportar ao assunto, por meio do cuidado às mulheres com o uso dos produtos *Chronos*. No quesito realização linguística dos estilos, a atriz participante faz uso de uma linguagem acessível do público, sua interação ocorre de forma descontraída pelo emprego de marcadores da oralidade, como *Né, Olha, Até, Bom Nossa, Só que, tá*, termos característicos da linguagem informal, em uma espécie de bate-papo que se estabelece com o público. O estilo pode ser evidenciado pela reiteração do pronome pessoal de identificação da própria atriz, ao se colocar discursivamente expressando sua opinião em primeira pessoa, o pronome *eu* é utilizado (13) treze vezes, da mesma forma o pronome *você* 3 (três) vezes, ao chamar atenção sobre pontos relevantes da temática etarismo como em *-Talvez você já tenha dito isso para outra mulher*. Estilos e identidades estão também associados à modalidade, como parte das relações interpessoais, no caso temos a modalidade epistêmica, em *devia estar péssima; deve ter ouvido; Talvez você já tenha dito isso para outra mulher; parece que sim*. São modalidades que indicam níveis de possibilidade em relação ao que se expressa, no caso quanto ao comportamento que a atriz deveria adotar quando abordam sua idade e naqueles em que o fato possa ter ocorrido de forma ‘natural’ sem ter percebido. Ainda com relação aos estilos e identidade no texto temos a seleção lexical seguida por Andrea ao falar de si e assumir sua identidade de pessoa com 58 anos, bem como sua forma de ver a vida. Esses adjetivos evidenciam sua personalidade e talvez esse fato tenha sido levado em conta ao ser chamada para fornecer o depoimento à marca. Na teoria da avaliatividade, “Empregamos recursos da avaliatividade para a negociação de nossas relações sociais, dizendo a nossos ouvintes ou leitores como nos sentimos sobre as pessoas e as coisas” (MARTIN; ROSE, 2003, p. 26). São nessas relações que os produtores do texto, por meio de marcadores atitudinais, assumem posições no mundo que podem ser de afeto, de julgamento ou de apreciação (SOARES, 2013, p. 104). No texto analisado, observamos que as relações são estabelecidas por meio de atitudes de afeto e de julgamento. Afeto se refere a atitude quanto a emoções, boas ou ruins, como em *Quando eu escuto isso, eu sorrio, agradeço até. Não perco o meu tempo*. Julgamento se refere à sentença social expressão: *Mas você está ótima!* Nesse julgamento, no nível da estima social, Andrea é julgada por sua capacidade, estar ótima, apesar dos 58 anos. Esse julgamento social desencadeia avaliações pessoais em que a própria

atriz de auto identifica como- *Ótima, cheia de energia, maravilhosa, tá, legal*. Nesse sentido, uma avaliação pretensamente positiva desencadeou outras da própria atriz em tom de elogio, admiração própria demonstradas com muito mais propriedade. Esses adjetivos revelam e reforçam a sua identidade e como acredita que o público deva vê-la assim com as outras mulheres que possuem a mesma faixa etária, por fim, talvez possa ser correlacionado às mulheres que adotam o autocuidado pelo uso de produtos da *Natura Chronos*.

A análise discursiva empreendida corrobora que uma narrativa breve, menos de um minuto, pode conduzir uma gama de significações visuais e discursivas. Gostaria de ressaltar que o tema *etarismo, idadeismo, ageísmo* vem sendo cada vez mais discutido, mas o intuito de trazê-lo como foco nos estudos linguísticos se deve também às poucas pesquisas no contexto da linguagem e discurso, se fazendo necessário um olhar mais pontual para o tema com sua diversidade de abordagens. Ademais é importante que a temática não se transforme em mais um modismo ou discurso vazio, cheio de rótulos e de caixas como tantos outros, que, em vez de contribuírem, só afastam as pessoas de diálogos e possíveis soluções.

CONSIDERAÇÕES

Retomamos Fairclough, (1992, 2016) quando afirma que as ideologias são construídas nas várias dimensões das práticas discursivas e contribuem na produção, reprodução e transformação das práticas de dominação. Logo, o vídeo e os estudos voltados para o etarismo são importantes, pois contribuem para que possamos romper barreiras e construir um caminho mais equânime e justo no quesito idade e seus desdobramentos, a considerar as novas expectativas de vida em nosso país.

Enfatizamos que quanto mais pessoas tratarem do tema menos naturalizado será o fato de se atribuir essa ou aquela representação às pessoas devido aos rótulos formados socialmente. Chouliaraki e Fairclough, 1999, ressaltam o papel da linguagem na mudança social contemporânea. No vídeo analisado, o conector *mas* determina toda a conjuntura, e o efeito discursivo provocado vai além de uma questão semântica, pois é também ideológica. Assim, certos elementos linguísticos empregados devem ser revistos, pois há significativas mudanças na sociedade e as pessoas com mais de 50 ou 60 anos não devem continuar a ser vistas como apontava Beauvoir em 1970.

Ressaltamos que se os jovens adultos veem modelos de comunicadores adultos mais velhos interagindo de maneira positiva e empoderadora, o que torna mais difícil para eles manter estereótipos negativos do envelhecimento. Desta forma, serão geradas e reproduzidas expectativas positivas de comunicação intergeracional (RYAN *et al.*, 1995). Sendo justamente essa a perspectiva fornecida por Andrea Beltrão e tantas outras pessoas que usam seus espaços

em rede para tratar o tema do envelhecimento de forma verdadeira, positiva e como autor de sua história.

Destacamos a profunda influência da linguagem na construção social do envelhecimento, inclusive na criação e manutenção de estruturas sociais que perpetuam o envelhecimento (NUSSBAUM *et al*, 2005). Ao retomar aspectos interacionais evidenciados pelos diferentes modos semióticos, o vídeo analisado estabelece um diálogo, de forma coesa e coerente, entre o que se afirma no discurso verbal e no visual, corroborado que as múltiplas semioses, cenário, cores, gestos, olhar, postura, fala, entonação, vestimenta constroem representações e significados discursivos em relação à temática abordada.

REFERÊNCIAS

BALDRY, A.P.; THIBAUT, P. *Multimodal transcription and multimodal analysis*. Reino Unido. Oklerville, CT.: Equinox Publishing, 2006.

BEAVOUIR, S. *A velhice*. Tradução Maria Helena Franco Martins. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018; 1970 (1ª edição).

CALDAS-COULTHARD, C. R. *News as social practice*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês: UFSC, 1997,

BUTLER, R. Ageism: a foreword. *Journal of Social Issues*, n. 365, p. 8-11, 1980.

CHOULIARAKY, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. London: Edinburgh University Press, 1999.

COUTO, M. C. de P.; KOLLER, S. H.; NOVO, R.; SOARES, P.S. Avaliação de Discriminação contra Idosos em Contexto Brasileiro – Ageísmo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Out-Dez. 2009, v. 25 n. 4, pp. 509-518.

COSTA, B.P. A.; SOARES, N.M.M SOARES. Uma leitura multimodal discursiva-crítica da Amazônia na fotografia de Sebastião Salgado. In. SOARES, N.M.M. (Org). *Multimodalidade, gêneros e discursos*. São Paulo: Pimenta Cultural. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Tração Izabel Magalhaes. Brasília: Editora UnB. 2016. 1992 (1ª. ed.)

_____. *Critical discourse analysis*. In. GEE, J. P.; HANDFORD, M. (Org) *Routledge handbook of analysis discourse*. London: Routledge, 2010.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

- FERREIRA-ALVES, J., NOVO, R. F. Avaliação da discriminação social de pessoas idosas em Portugal. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 6, 65-77. 2006.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. São Paulo: Mercado das Letras, 2014.
- GOLDENBERG, M. *A Invenção de uma bela velhice*. São Paulo: Record. 2021.
- GOLDANI, Ana Maria. *Desafios do “preconceito etário” no Brasil*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. Londres: Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M.A.K; MATTHIESSEN, C.M.I.M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Hodder Education, 2004.
- HELAL, D. H; VIANA, L. O. Ageísmo: uma revisão integrativa da literatura em língua portuguesa. *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, v. 13, n. 29, p. 171 – 191 jan./abr. 2021.
- JEWITT, C. *The Routledge handbook of multimodal analysis*. London: Routledge, 2011.
- KRESS, G.; van LEEUWAN, T. *Reading Images: The grammar of visual design*. 2. ed. Routledge: London, New York. 2006 (1996).
- KRESS, G. What is mode? In: JEWITT, C. (Org.) *The Routledge handbook of multimodal analysis*. London: Routledge, 2011.
- KRESS, G. Multimodal discourse analysis. In: GEE, J. P.; HANDFORD, M. *Routledge handbook of analysis discourse*. London: Routledge, 2012.
- LEVY, B. Mind matters: Cognitive and physical effects of aging selfstereotypes. *Journal of Gerontology: Psychological Sciences*, 58B, 203-211. 2003.
- MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London: Continuum, 2003.
- NUSSBAUM, J. F.; PITTS, M.J.; HUBER, F. N.; KRIEGER, J. L. R.; OHS, J. E. Ageism and Ageist Language Across the Life Span: Intimate Relationships and Non-intimate Interactions. *Journal of Social Issues*, v. 61, n. 2, 2005, pp. 287--305
- PALMORE, E. B. The Ageism Survey: First findings. *The Gerontologist*, 41, 572-575. 2001.

PALMORE, E. B. Research note: Ageism in Canada and the United States. *Journal of Cross-Cultural Gerontology*, 19, 41-46. 2004.

RELATÓRIO mundial sobre o idadismo. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2022. <https://doi.org/10.37774/9789275724453>.

RYAN, E. B., MEREDITH, S. D., MACLEAN, M. J., & ORANGE, J. B. Changing the way we talk with elders: Promoting health using the Communication Enhancement Model. *International Journal of Ageing and Human Development*, 41, 87-105. 1995.

SOARES, N. M. M. *Discurso verde: reposicionamento discursivo das marcas*. Tese de doutorado. Pós-graduação em linguística, Brasília: UnB. 2013.

TERRES, M. L.; TORRES, M. C.; HEBERLE, V. M. V. The visual representation of mature women on the posters of the Netflix series “Grace and Frankie”. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n (59.3): 2309-2329, set./dez. 2020.

WINANDY, F. *Etarismo*. Um novo nome para um velho preconceito. Minas Gerais: Adelante. 2021.

Fonte do vídeo citado: Youtube. <https://youtu.be/PvKEmCqc1EE>.

REFLEXÕES SOBRE DANÇA INDÍGENA

Um breve relato sobre visitas aos povos Tukano, Desano e Tatuyo

Priscila Nunes Duarte de Amorim

Advogada, Mestra em Ciências Humanas (PPGICH/UEA), especialista em Gestão Pública (UFAM) e em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (Faculdade Damásio).
[https://orcid.org/número\(0000-0003-1115-5473\)](https://orcid.org/número(0000-0003-1115-5473))

OBSERVANDO, CONVERSANDO E REFLETINDO

O presente trabalho foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2021 para o Componente Curricular Epistemologia de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, regida pelos docentes Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo e Dr. Luiz Davi Vieira Gonçalves. A proposta foi lermos a dissertação “*Kohixotikipàe*, a dança da Ema – memória, resistência e cotidiano Terena”, de autoria da Dra. Naine Terena de Jesus, e produzirmos um seminário para apresentação aos demais colegas e professores. O trabalho seria produzido por mim em conjunto com dois colegas.

Após realizarmos a leitura da dissertação, sentimos a necessidade de conversar com os indígenas sobre o significado da dança para eles. Diante da impossibilidade de encontrarmos-nos com os Terena, programamos uma ida até alguma aldeia próxima à Manaus. Assim, em 21/10/2021 um colega e eu visitamos os Tuyuka, o Núcleo Cultural Indígena Cipiá, que tem desano e tukano, e os Tatuyo. Chegamos à aldeia Tuyuka por volta das 08:30 horas. A primeira imagem que tive foi de duas meninas brincando na terra, na entrada da maloca. Eram irmãs, a mais nova ainda engatinhava, já a mais velha, com cerca de quatro anos, nos recebeu com um sorriso.

Moro em Manaus há oito anos e já conheci muitas aldeias, mas aquela era a minha primeira vez como pesquisadora. Imediatamente percebi que o meu olhar havia mudado.

Ao entrar na maloca encontramos alguns adultos. Homens e mulheres se arrumavam para nos receber. Naturalmente a conversa foi fluindo e notei que os homens eram mais receptivos e comunicativos do que as mulheres. Conversei com *Ûtaro*. Seu nome significa protetor da casa da cerimônia. Ele me explicou que antes o grupo vivia em Novo Airão, mas a aldeia era muito isolada, distante da cidade, o que dificultava a sua rotina. Estão naquele local, próximo à praia do Açutuba, há sete anos. Quando indaguei acerca da dança, *Ûtaro* disse que gosta de dançar, cantar e expressar sua cultura para que ela continue viva. Destacou que sabe que há muito indígenas produzindo vídeos

e colocando nas redes sociais, mas que fica triste quando vê que não estão dançando direito ou que “estão inventando coisas que não existem na cultura”. Com um semblante decepcionado, contou-me que sente vergonha quando assiste a esse tipo de vídeo e que “aquilo está brincando com a cultura deles, não está levando a sério”.

Em seguida conversei com *Poron*, a segunda pessoa do pajé. Ele me explicou que a aldeia “tem a permissão do proprietário para permanecer naquelas terras”. Gravamos vídeos com mais detalhes sobre as explicações de *Poron*, com o objetivo de exibir no seminário.

Tentei aproveitar ao máximo cada detalhe daquela experiência. Da brisa ao rio ao som dos instrumentos, do cheiro do mato à alegria das crianças que estavam sempre brincando ao nosso redor, da vista magnífica do rio à inteligência da instalação daquela palha que nos abrigava, da delicadeza da mãe que amamentava seu bebê ao carmim do pé carregado de urucum. Jamais esquecerei aqueles olhares.

Quando terminamos os vídeos na maloca subimos as escadas que levam até as casas de alvenaria e à capela católica. Eles estavam finalizando a construção. Ali sentei num tronco caído e fiquei recordando as palavras de *Ûtaro* acerca dos vídeos das redes sociais. Ele não vê as práticas católicas como algo que tome o espaço da sua cultura, pelo contrário, no seu entendimento há harmonia e convergência nesse sentido.

Ao finalizarmos nosso contato com os Tuyuca, fomos surpreendidos por uma forte chuva. Aguardamos mais de duas horas que a chuva parasse. A natureza parecia nos lembrar da sua soberania, reafirmando nossas limitações. Quando finalmente estiou, seguimos para o Núcleo Cultural Indígena CIPIÁ onde almoçamos arroz, frango e feijão preparados por uma mulher Desana cuja filha chamada Laís me pintou. Em todos esses anos morando aqui e tendo visitado outras aldeias, nunca havia feito a pintura. Mas estou cada vez menos receosa de julgamentos e não encaro como apropriação cultural. Fiz com afeto e para fins pedagógicos! Eu queria sentir o carvão e o urucum na minha pele. Queria dizer: coloca aqui um pouco da sua cultura que eu tanto admiro. Queria voltar para casa e dizer: filha, olha a pintura que uma menina Desana da sua idade fez em mim! Queria e precisava, com aquele gesto, dizer indiretamente a Laís que a pintura que o seu povo faz tem importância para mim também. Perguntei se Laís se pintava todos os dias e ela disse que sim. Disse a ela que continuasse assim.

Não demoramos no CIPIÁ. Partimos para a aldeia dos Tatuyo. Ao chegarmos ali, cumprimentamos a todos e notei que quando percebiam a pintura no meu rosto seus olhos brilhavam, como se a pintura sinalizasse algo, como se fosse uma forma de conexão ou comunicação, que de fato é.

A volta foi perigosa. Tempo ainda chuvoso e muito banzeiro. Como pulava aquela voadeira! Eu ainda encantada com tanta experiência e aprendizado em um dia de trabalho de campo! Foram muitas conversas, relatos e uma certeza:

não voltei a mesma. Enquanto o barquinho pulava eu pensava nos ensinamentos de Roy Wagner. Porque, de fato, o que descrevo aqui é a “invenção da cultura” (WAGNER, 2020) Tuyuca, é o que construí do que é, compreendi e imprimi com toda a carga pessoal e cultural que já me acompanha. E do que captei, nada quero perder ou deixar esquecido. É necessário carregar comigo e transmitir o respeito, a resistência, a luta, ensinar a minha filha e aos meus futuros alunos que a responsabilidade por manter a dança, saberes e costumes dos povos originários é de todos nós. Não é fácil, eu sei. Mas é possível sim, um país diferente, um mundo melhor se formos na contramão da onda de ódio, acreditarmos e construirmos a cada dia dentro das nossas possibilidades espaços de tolerância, igualdade, equidade, justiça e oportunidades. Para tanto, precisamos seguir resistindo e defendendo incansavelmente as ideias que promovem o diálogo, a convivência pacífica, a paz social e o respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. Tradução de Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

AULA INAUGURAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS MINISTRADA PELA PROFESSORA DRA. THERESINHA DE JESUS PINTO FRAXE (08/03/2017)

Theresinha de Jesus Pinto Fraxe (Conferencista)

Nome do transcritor

Rafael Seixas de Amoêdo (Revisor)

APRESENTAÇÃO

Homenagem pelo dia das mulheres realizada pela professora Edilza Laray de Jesus com dedicação especial à Profa. Dra. Theresinha de Jesus Pinto Fraxe e a todas as mulheres PPGICH UEA. Agradecimentos de destaque à presença da Pró-Reitora de pesquisa Maria Paula e ao corpo docente.

INTRODUÇÃO

O trabalho interdisciplinar com as ciências humanas e as ciências naturais de forma sistêmica para a Amazônia é um árduo trabalho. A trajetória com visão interdisciplinar requer determinado esforço, como pontuado pela Dra. Theresinha de Jesus Pinto Fraxe:

A trajetória para desenvolver uma visão interdisciplinar, assim como para muitos em diferentes locais no Amazonas, demandou experiências diversas. Vivi três anos no meio da Floresta Amazônica assim que me formei como engenheira agrônoma, residindo no município de Coari, nas comunidades e não na cidade, um período em que ainda não havia o terminal Solimões, pois a Petrobrás ainda não havia se instalado, período de acesso inexistente de luz elétrica a população, entretanto, o conhecimento do homem e da mulher amazona requer a vivência da realidade.

Em complemento a isso, no que tange a esse conhecimento, destaca-se que os objetos de pesquisa devem ser devolvidos para quem se está pesquisando, independente do objeto. Nesse âmbito, a interdisciplinaridade e suas vertentes influenciam nas presentes pesquisas, sua importância reafirma o estudo em conjunto das ciências sociais e naturais e fomentam a compreensão de uma

realidade. Assim iniciam-se as discussões em torno do tema “Sustentabilidade e Sociedade”.

Sustentabilidade na Amazônia

O que se entende por sustentabilidade na Amazônia?

Antes de entender esse conceito, deve-se compreender a Amazônia até criar um elo com essa definição. O desenvolvimento sustentável surge nos âmbitos social, econômico e cultural, que não se desassociam. Algumas questões também devem ser agregadas nessa análise como a política e a territorial.

A imbricação nessa temática, como visto por Elimar Pinheiro do Nascimento, inclui um estudo que agrega a categoria chamada campo e pelo cientista Pierre Bourdieu, cujo ensino complementa, afirmando que a sustentabilidade deve ser vista dentro desse campo, seja artístico, econômico, social, cultural ou ambiental. Por exemplo, para o estudo dos povos indígenas em São Gabriel da Cachoeira, devemos verificar a língua e o território interligando com outras áreas considerando o lugar e espaço de acordo com o tempo que o transforma constantemente, esses são alguns dos aspectos a serem considerados ao pensar na sustentabilidade de uma determinada realidade.

Formação social da Amazônia

Há de se considerar a diversidade ambiental e social da região. Trata-se de recorrer a uma antiga, porém, atual, indagação: quem é o ser da Amazônia ou, em outras palavras, quais são as consequências do processo de formação da suposta identidade no contexto amazônico?

No que diz respeito à diversidade ambiental, para compreender o ser amazônico devemos compreender sua gênese, como visto pelo professor Alfredo Wagner, diferenciando povo de população. Para esse autor, os ribeirinhos, os caboclos, os quilombolas são povos tradicionais e não populações tradicionais, pois não entram nas estatísticas do IBGE, logo tem sua identidade, e devemos nos reportar a esses grupos como um grupo societário de forma histórica por meio das gêneses das categorias.

Além disso, uma característica marcante e histórica social se observa pelos tipos variados de escravismo e servidão e situações análogas à escravidão que permanecem uma realidade em algumas partes do Amazonas.

Verifica-se o histórico de escravismo na região, tanto no caso dos povos indígenas pelos povos europeus quanto os caboclos que até hoje são explorados por seus patrões, regatões, marreteiros, ou donos dos condomínios de castanhas (sendo estes os antigos

donos de engenho do nordeste) que são os padrões da Amazônia. Há um processo de escravidão, aqueles que ficam de 14 a 15 horas mergulhados na água que são os malveiros, entregando sua produção por escambo sendo está uma troca desigual aonde o trabalho e suor não vale o que se recebe, tendo em troca às vezes qualquer quinquilharia ou remédio em troca de todo o esforço do seu trabalho, isso ainda existe até os dias atuais no Amazonas. Para compreender a sustentabilidade devemos nos voltar a uma antiga indagação: quem é o ser da Amazônia? Somos uma mistura, os próprios povos indígenas podem vir de uma língua matriz, mas se formos perceber, essa língua possui uma miscigenação, que também está presente no nosso ethos, porque esse mito de raça pura já foi superada há muitos anos, não há nenhum tipo de raça, quanto mais pura, o que existe é um processo cultural de formação de cada grupo societário seja grupos indígenas, caboclos, ribeirinhos seringueiros, extrativistas, pescadores. Sem esse entendimento, jamais poderemos elaborar uma pesquisa que responda a nossa realidade amazônica e ao anseio, não apenas da academia, mas ao anseio de devolver à sociedade aquilo que produzimos.

Além disso, os povos da floresta não vivem isolados no tempo e no espaço, mas estabelecem relações contínuas de trocas materiais e simbólicas entre si. Portanto, a iniciativa de lhes dar visibilidade pressupõe considerá-los inseridos em um contexto de mudanças históricas sujeitos às transformações socioculturais que permeiam o sistema socioeconômico e político-cultural contemporânea.

Outro mito que já desmistificamos e percebemos nessa modernidade ou como alguns autores colocam, “pós-modernidade” é que não há mais como nos reportarmos de forma a dizer que o Amazonas é um território isolado do país, pois existe algo chamado de maximídia, por meio da comunicação, televisão, jornais além de existir há muitos anos o rádio de pilha, que faz com que se possa ouvir e comunicar com o Brasil e com o mundo inteiro. O que existe é, a partir da geografia física, ilhas de grupos societários, mas da geografia física com dificuldade de mobilidade não quer dizer isolamento, pois para tanto deveria ser cultural, físico, comunicacional ou territorial. É importante a percepção de qualquer pessoa que esteja em qualquer parte do Amazonas que se veja de forma igual, introduzida na sociedade, nem maior nem menor, nem superior nem inferior, o que existe são pessoas que detêm poderes e afirmam que estamos isolados do planeta, mas cada capital cultural comprova isso como irreal e que há sustentabilidade nas mãos de homens e mulheres que trabalham de forma igual no mundo.

Povos da floresta

A ocupação de terras e seus diferentes usos pelos povos tradicionais na Amazônia abrangem muitas categorias de populações: índios, seringueiros, castanheiros, quilombolas, quebradeiras de coco, caboclo-ribeirinhos, entre outros. A ocupação territorial e social é analisada como:

A ocupação das terras ocorre diferente desde o processo das capitâneas hereditárias, é uma ocupação em que ao se reportar ao objeto de pesquisa e a Amazônia deve-se fazer referência ao território que se está trabalhando, por exemplo, ao estudar homens e mulheres trabalhadores, como os pescadores, deve-se considerar o território aquático, que no estado é ímpar. Os grandes barcos pesqueiros entram na água e retiram a maior proteína animal ingerida por nossa população, isso é um processo de ocupação. O território tem suas especificidades, seja no território terra, floresta, água, e é visto de acordo com os grupos societários. Os cientistas denominam esses grupos de maneiras distintas (quebradeiras de coco, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, por exemplo) mas esses se autodenominam povos indígenas em sua maioria. Deve-se lembrar que a autodenominação vem com a essência, a gênese com o que ocupamos, o lócus, o território, o espaço. Os indivíduos se identificam de acordo com a forma como estão alocados, no seu trabalho, na sua formação, no intelecto, seja em diferentes classificações sociais.

A Amazônia abrange uma grande área de floresta tropical, acolhe uma economia socioambiental importante, embora insuficientemente valorizada pela sociedade brasileira. Essa economia é praticada por populações culturalmente diversificadas, motivo pelo qual, a sustentabilidade na Amazônia deve ser enfatizada mediante duas faces complementares: a conservação e a manutenção das populações tradicionais.

As populações amazônicas têm uma relevância diferente de outras populações do planeta, pois trabalham três macromeios de produção, a terra a floresta e a água, ao mesmo tempo um indivíduo exerce uma atividade como pescador, mas também pode ser um agricultor de acordo com a matéria-prima local e outras atividades não diretamente da terra.

Como exemplo, destaca-se a sazonalidade das várzeas no Amazonas que propiciam diferentes atividades com as águas, terras e florestas, colocando os povos amazônicos em situação peculiar, fomentando a sociodiversidade. A manutenção da cultura, dos povos tradicionais, da cultura, do território, da floresta é o que se denomina sustentabilidade na Amazônia.

Quando se fala na importância das populações amazônicas na conservação da natureza, está implícito o papel preponderante da cultura e das relações homem/natureza (DIEGUES, 2001).

No meio rural, os produtos vêm da terra, utiliza-se as matérias primas locais, do *ethos*, essa diferença não é dicotômica, é apenas uma diferença.

Somos diferentes de acordo com nossa identidade, não somos opostos, não se pode pensar nessa diferença como uma dicotomia, através do processo da globalização, das televisões, computadores interagindo, seja com o mundo rural ou urbano. Por exemplo, aqueles que colhem milho fazem a farinha que vai para o mundo urbano e nesse mesmo meio o produtor pode comprar víveres para levar para o mundo rural.

No que diz respeito à aquisição de mercadoria, entende-se os produtos e inclusive o conhecimento. As classes sociais também estão elencadas pelo conhecimento como visto por Pierre Bourdieu, essa classe se soma às classes econômicas e sociais. A troca entre o mundo rural e urbano é uma troca de conhecimento, existindo as identidades como essa troca.

É na troca de conhecimento que se percebe a transculturalidade e transnacionalização da cultura, que só se pode ser percebida dentro das identidades culturais.

As identidades regionais possuem múltiplas interpretações e a percepção do meio amazônico vem da observação também dos grupos societários, do comportamento desde o horário de dormir e despertar, a execução das atividades laborativas de forma determinada que pode ser percebida e interpretada de forma distinta pelo observador externo. Em território urbano, por exemplo, há hábitos diferentes, as estruturas determinadas muitas vezes não marcadas e desiguais ou pontuais.

Esses hábitos estruturados para os povos tradicionais fomentam o conhecimento em diferentes vertentes do ambiente como, por exemplo, da sazonalidade, do saber ecológico justamente por serem seres ecológicos.

No meio rural há um tratamento especial aos elementos naturais, prática pouco executada no meio urbano em que já há um afastamento da natureza. O sentimento consumista prevalece e a busca pela apreciação-percepção do meio e dos elementos naturais são postos de lado.

A cultura do caboclo-ribeirinho estabelece profundas relações com a natureza, consolidando e fecundando o rico imaginário desses grupos sociais.

A transculturalidade pode ser analisada para o entendimento do ir e vir da mercadoria, a exemplo do Boi-Bumbá que se transformou em mercadoria, pois é vendido, e as cores azul e vermelho também passam a se configurar como produto a fim de poder alcançar o mundo inteiro para venda.

Mitos, lendas e tradições dos caboclos ribeirinhos

O caboclo busca desvendar os segredos do seu mundo, recorrendo aos mitos, às lendas, às plantas medicinais, às rezadeiras, tanto no trabalho como no lazer.

Temos dentro de cada um, lendas e mitos que nos fazem existir, Há pessoas que acreditam no Buda, os que se dizem agnósticos ou ateus. O homem e a mulher amazônica têm seus próprios mitos e lendas que foram ressignificados de outros locais e outras criadas por eles mesmos. A exemplo, a cobra grande, o trabalhador em contato com o meio ambiente e verificar animais como a boiuna que ameaça uma pescaria, passa a ser contada como tal em forma de lenda.

As classes ficam expressas também nas lendas, nas leis e nas relações de trabalho com os povos, seja o empregador e empregado, bem como seus familiares.

Aspectos sociais da família

Há de se considerar o entendimento das relações diversas além da denominação popular consanguínea, como também a família escolhida, ou a acadêmica, que são primordiais para o entendimento da cultura, da existência e da terra. É da família que vem a divisão do trabalho, as relações interpessoais, o poder e os papéis a serem executados por gênero. As famílias caracterizam os indivíduos e como funcionam em sociedade e essa depende da interação.

No meio rural, as mulheres costumam participar de todas as atividades, sejam elas domésticas ou para ajudar seus maridos nas atividades produtivas, tais como pesca e agricultura. Há uma mudança na parte de trabalho, na atualidade, há mais mulheres que pescam, mas que entendem fatores limitantes como períodos de menstruação.

Apresentação do Projeto: AGROUFAM 2015- Feira Livre da Agricultura Familiar

Projeto de transdisciplinaridade para o entendimento da sustentabilidade na realidade aplicada a um grupo societário. A AGROUFAM é uma feira que trabalha diversos meios de produção inclusive a floresta. Não é um local apenas de comercialização, mas também de aprendizagem em que há troca de conhecimento, o comum e o científico.

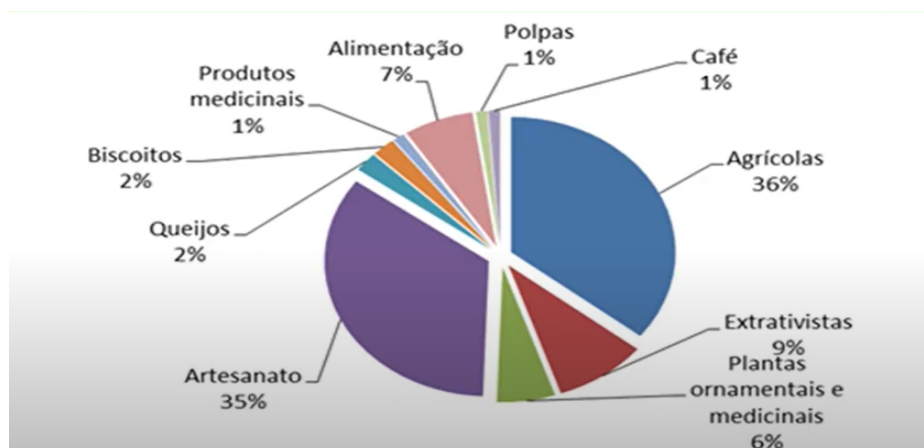
Objetivo: Ser um espaço de integração de saberes, difusão da agroecologia, inclusão socioeconômica, e de comercialização e valorização de produtos regionais provenientes das agriculturas familiar.

A agroecologia é uma ciência que reporta da ancestralidade a agricultura sintrópica, ou seja, trabalhar sem veneno. Trabalha-se as frutas e verduras, com o manejo das terras e dos lagos. Além disso, valoriza-se a identidade a cultura dos povos da floresta.

Atualmente, há 50 barracas e 150 expositores, congregando mais de 1000 agricultores agroecológicos. Trata-se de um projeto autossustentável, gestado por uma associação pelos próprios agricultores e artesãos.

A oferta de produtos pode ser observada na diversidade de ramos produtivos, visualizados no gráfico.

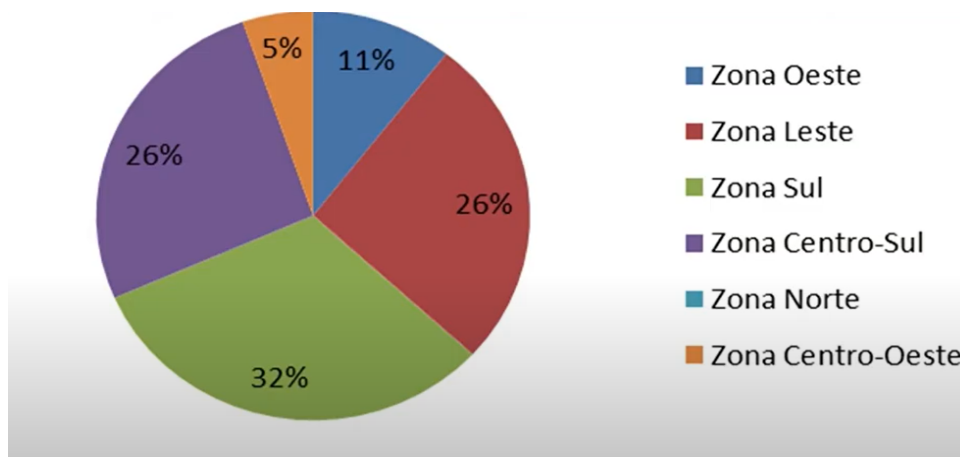
Gráfico 1: Diversidade de Produtos da AGROUFAM



Desses produtos, destaca-se o conhecimento particular dessa produção, que pode ser conhecimento que passa de geração a geração como o caso das plantas medicinais utilizadas para diversos males. Uma possibilidade dentre esse processo é a aquisição desses produtos, pois observa-se a transculturalidade, ou seja, levar esse produto para casa com o conhecimento de quem o gerou, há uma transferência de conhecimento.

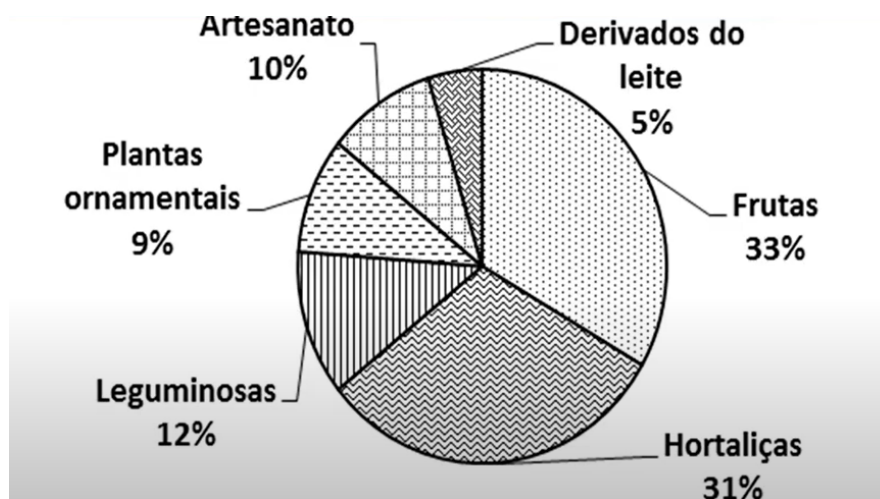
No que diz respeito aos visitantes, a AGROUFAM engloba visitantes de diversas áreas da cidade como visto no gráfico.

Gráfico 2: Origem dos Visitantes Consumidores



O número de visitantes vem aumentando gradativamente, indicando uma busca maior por alimentos saudáveis, como verificado no gráfico a seguir que trata das preferências de consumo dos visitantes.

Gráfico 3: Preferências de Consumo



A agroecologia luta contra o uso de venenos, que é uma linha da sustentabilidade e o sujeito ecológico trabalha a terra e a água de forma sustentável, retirando a matéria prima de sua origem, mas também devolve a mesma ao meio ambiente.

Além disso, foi criado pela AGROUFAM um grupo de mulheres que trabalha com artesanato chamado Chitas Nativas, agregando aos recursos naturais em conjunto com o projeto e a universidade.

A participação da academia é importante de forma a trazer a economia ecológica dentro da universidade, sendo passível de crescimento por meio da colaboração de outras iniciativas no meio acadêmico.